

Aula 13

*BNB (Analista Bancário) Português -
2023 (Pré-Edital)*

Autor:

**Equipe Português Estratégia
Concursos, Felipe Luccas**

09 de Abril de 2023

Índice

1) Noções Iniciais de Tipologia Textual	3
2) Tipo x Gênero	4
3) Narração	6
4) Descrição	14
5) Injunção	15
6) Dissertação	17
7) Funções da Linguagem	23
8) Questões Comentadas - Narração - Cebraspe	28
9) Questões Comentadas - Descrição - Cebraspe	29
10) Questões Comentadas - Dissertação - Cebraspe	30
11) Lista de Questões - Narração - Cebraspe	39
12) Lista de Questões - Descrição - Cebraspe	40
13) Lista de Questões - Dissertação - Cebraspe	41
14) Noções Iniciais de Interpretação de Textos	48
15) Linguagem Verbal x Linguagem Não verbal	49
16) Linguagem Literária x Linguagem Não literária	50
17) Intertextualidade	51
18) Interpretação e Compreensão	54
19) Julgamento de Assertivas	57
20) Questões Comentadas - Compreensão e Interpretação - Cebraspe	60
21) Lista de Questões - Compreensão e Interpretação - Cebraspe	96



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Olá, pessoal!

Professora e Coach Patrícia Manzato aqui para estudarmos o tópico mais cobrado nos concursos públicos: *interpretação de textos* e *gêneros textuais*!

A **tipologia** textual se refere fundamentalmente ao tipo de texto e a sua estrutura e apresentação. Diferencia-se um tipo do outro pela presença de traços linguísticos predominantes.

Normalmente, em concursos públicos, as bancas examinadoras têm cobrado com mais profundidade o tipo dissertação e suas subvariantes argumentativa e expositiva.

A descrição quase não é cobrada, por ser muito fácil de identificar, mas também deve ser estudada, pois permeia os outros tipos de texto e pode induzir o aluno a marcar que um texto é uma descrição pura...

Por fim, se quiser conhecer melhor meu trabalho e ter ainda mais dicas de Estudos e de Língua Portuguesa, me siga nas redes sociais 🎯👉📚

Grande abraço e ótimos estudos!

Profª Patrícia Manzato



@prof.patriciamanzato



Prof. Patrícia Manzato



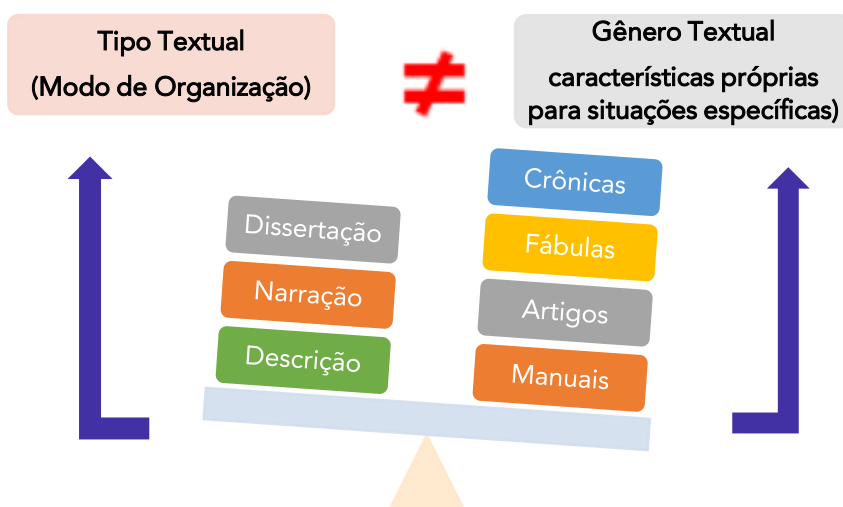
TIPO X GÊNERO

Gênero textual é um conjunto de características comuns de um texto. É um conceito mais específico que o conceito de “tipo” textual, que se define fundamentalmente pela “finalidade”.

Um gênero narrativo que tem sido bastante cobrado é a **crônica**, que se caracteriza por apresentar reflexões sobre fatos cotidianos, da vida social, do dia a dia, aparentemente banais. Dentro dessa temática, pode ser humorística, crítica, intimista. Geralmente é narrada em primeira pessoa e transmite a visão particular do autor. Sua linguagem é direta e geralmente informal, registrando a fala literal e espontânea dos personagens.

Pode haver presença de lirismo e ironia. Contudo, há crônicas de alguns autores, especialmente clássicos, em que se verifica registro formal e erudito da língua.

Antes de detalhar cada um dos tipos, vamos relembrar a diferença entre Tipo e Gênero:



Em suma, os tipos textuais principais são poucos, mas os gêneros são inúmeros e estão sempre surgindo novos, de modo a abranger as novas “situações comunicativas”.



(PREF. CAMBORIU - SC / PROFESSOR / 2021)

Sobre tipologias textuais, assinale a alternativa correta.

- A) Os gêneros textuais são formas de comunicação a serviço das tipologias textuais.
- B) As tipologias textuais podem ser classificadas em primárias e secundárias.
- C) As tipologias textuais são ferramentas essenciais a serviço dos gêneros textuais.
- D) O site, o blog, o chat, o e-mail são exemplos de tipologias textuais recentes advindas da presença marcante de um novo suporte tecnológico na comunicação: a Internet.
- E) Para a produção de um tipo textual, o autor deve valer-se sempre do nível de linguagem cuidada, ou seja,



culta.

Comentários:

Questão um pouco mais técnica. Vejamos as alternativas:

- A) ERRADA. É o contrário: a tipologia é que auxilia os gêneros.
- B) ERRADA. Não há essa classificação para tipologia textual.
- C) CERTA.
- D) ERRADA. O site, o blog, o chat, o e-mail são exemplos de **gêneros textuais**.
- E) ERRADA. O nível de linguagem depende do gênero a ser utilizado. Gabarito letra C.



NARRAÇÃO

A narração tem a finalidade de contar uma história, isto é, **retratar acontecimentos**, reais ou imaginários, sucessivos num lapso temporal, de forma linear ou não linear. É dinâmica, pois traz uma mudança de estado, uma sequência de fatos, uma relação de antes e depois.

Os elementos da narrativa são **narrador**, **enredo**, **tempo** (quando), **lugar/espço** (onde), **personagens** (quem) e um encadeamento de **eventos** (o quê) que se desenvolvem ou se complicam até um **clímax** e um posterior **desfecho**.

Por narrar acontecimentos em **sequência no tempo-espço**, o tempo verbal predominante é o pretérito perfeito, embora também possa ocorrer o pretérito imperfeito ou até o presente, quando se pretende aproximar os acontecimentos do tempo da narração.

Não há uma estrutura rígida para a construção de um **enredo**, contudo a narrativa normalmente parte de um “fato narrativo inicial”, um evento que dá a referência inicial a partir do qual o enredo vai se desenvolver. Deve haver uma relação de causalidade entre os eventos, uma integração lógica das ações e acontecimentos, pois o relato de vários eventos desconexos não constitui um enredo, que deve ter uma unidade lógica.

O enredo da narrativa geralmente vai partir de um estado inicial de harmonia, que será interrompido por um fato gerador de desarmonia e conflito, que causará a busca por uma solução. Então, essa busca se desenrolará em várias outras ações e outros conflitos, até um clímax e um desfecho da história. Basta pensar em qualquer filme ou romance e perceberemos esse desenvolvimento. A banca não costuma cobrar isso de forma teórica, mas pode perguntar sobre a motivação dos personagens.



Não há uma sequência rígida: as narrações podem ocorrer de forma muito simplificada, resumidas ao relato de algumas poucas ações sequenciais.

A característica mais marcante de uma narração é a **sequência temporal**. A passagem do tempo narrativo geralmente se explicita por meio de **advérbios de tempo**, **orações temporais**, **tempos verbais específicos**. Contudo, pode vir implícita:



João **deixou** uma panela de feijão no fogo e **foi** à padaria comprar pão. **Quando** voltou, **antes** de entrar em casa, parou para brincar com seu cachorro e **então** sentiu um cheiro forte. **Ao entrar** em casa, percebeu que o feijão **queimara**. Desligou o fogo e gritou um palavrão bem alto.

Observe as marcas temporais: os **verbos** estão conjugados no pretérito perfeito, indicando ações perfeitamente concluídas. Os **advérbios de tempo** “antes”, “depois” e as **orações temporais** “quando voltou” e “ao entrar” sinalizam explicitamente a distribuição das ações na linha



cronológica. Em “desligou o fogo E gritou”, o “E” aditivo é uma marca implícita da passagem do tempo, pois também indica uma ação seguida da outra.

As narrativas podem seguir cronologias irregulares, tempos psicológicos, em que os eventos são narrados dentro da consciência do narrador e não coincidem com o tempo real. Também podem ser contadas de trás para frente, em “flashback”.

O **ritmo** da narrativa também pode variar, podemos ter uma “narrativa direta”, que se desenvolve rapidamente, com foco em levar o leitor diretamente ao desfecho. Esse é o caso das piadas, anedotas, tirinhas.

Também podemos ter uma “narrativa indireta”, que se desenvolve de forma mais lenta, com muitas interrupções e digressões do narrador, com rodeios, devaneios, pausas para descrições e intercalação de subnarrativas de eventos secundários. Esse é o estilo de narração de grandes obras, como “Memórias Póstumas de Brás Cubas” de Machado de Assis e “Dom Quixote” de Miguel de Cervantes.

Quanto ao elemento “**personagens**”, é importante lembrar que são seres humanos ou humanizados (entidades personificadas, com atitude humana). Podem ser principais e secundários, de acordo com sua importância na narrativa.

O personagem **protagonista** é um dos principais e conduz a ação. Sua experiência é o foco da narrativa, que geralmente se funda na solução de um conflito ou busca do personagem principal.

O personagem **antagonista** é aquele que se opõe ao objetivo do protagonista. Suas ações geram obstáculos que ajudam a desenvolver a narrativa em outras ações e outras subtramas. Pessoal, isso é bem simples, basta pensar nos “heróis” e “vilões” dos filmes e quadrinhos.

Os principais gêneros textuais narrativos são charges, piadas, contos, novelas, crônicas e romances.

Tipos de narrador

O narrador pode apresentar diversos graus de interferência na história.

Pode ser um **narrador personagem**, que conta a história em primeira pessoa e **faz parte dela**. Sua fala também pode vir registrada como a de um personagem comum, reproduzida literalmente ou indiretamente, com a pontuação pertinente. A narrativa em primeira pessoa é impregnada pela opinião e pelas impressões do narrador. Veja o exemplo:

"Não tínhamos dinheiro para passagem de ônibus a próxima cidade, de modo que meu amigo sugeriu irmos de trem de carga, a condução dos espertos. Quando anoiteceu, corremos a nos esconder num vagão vazio. Ofegantes, fechamos a pesada porta e nos estendemos sobre o chão. Estávamos cansados e famintos."

Pode ser um **narrador observador**, que narra a história em terceira pessoa, como se a assistisse de fora, traz o relato de uma **testemunha**.

"...Ele andava calmamente, a rua estava escura dificultando sua caminhada, mas ele parecia não se importar, andava lentamente como se a escuridão não o



assustasse..."

Por fim, pode ser um **narrador onisciente**, que não só narra a história, mas também tem **pleno conhecimento do pensamento** e das **emoções dos personagens**, bem como sobre **o passado e o futuro dos acontecimentos**. Não há segredos para ele, pode desvelar a tendência e a personalidade dos personagens, mesmo que esses mesmos não saibam. Ele conhece a verdade da narrativa.

"Ele sofria como um tolo desde a despedida dela. Dizia para si mesmo um milhão de vezes que ela um dia voltaria. Mas no fundo, o idiota se obrigava a acreditar nesta imbecil fantasia. Afinal, era a única coisa que o impedia de estourar os próprios miolos".

Tipos de discurso do narrador

O narrador dispõe de 3 tipos de discurso para estruturar sua narrativa e mostrar ao leitor as falas, as emoções e os pensamentos dos personagens. São eles: o discurso direto, o indireto e o indireto livre.

Discurso direto

É narrado em **primeira pessoa**, retratando as exatas palavras dos personagens.

Caracteriza-se pelo uso de verbos *dicendi* ou declarativos, como **dizer, falar, afirmar, ponderar, retrucar, redarguir, replicar, perguntar, responder, pensar, refletir, indagar** e outros que exerçam essa função. A pontuação se caracteriza pela presença de **dois pontos, travessões ou aspas** para isolar as falas, que são claramente alternadas, bem como de sinais gráficos, como **interjeições, interrogações e exclamações**, para indicar o sentimento que as permeia.



EXEMPLIFICANDO

"- Por que veio tão tarde? **perguntou-lhe** Sofia, logo que apareceu à porta do jardim, em Santa Teresa.

- Sempre é tarde para os amigos, **replicou** Sofia, em ar de censura."

(Machado de Assis, Quincas Borba, cap. XXXIV)

Discurso indireto

É narrado em **terceira pessoa** e o narrador incorpora a fala dos personagens a sua própria fala, também utilizando os verbos de elocução (*dicendi* ou declarativos) como **dizer, falar, afirmar, ponderar, retrucar, redarguir, replicar, perguntar, responder, pensar, refletir, indagar**.

Trata-se de uma **paráfrase, uma reescritura das falas**, agindo o narrador como intérprete e



informante do que foi dito. Geralmente traz uma oração subordinada substantiva, com a conjunção "que".



EXEMPLIFICANDO

"A certo ponto da conversação, Glória me **disse que** desejava muito conhecer Carlota e perguntou por que não a levei comigo."

"Capitu **segredou-me que** a escrava desconfiara, e ia talvez contar às outras"

Discurso indireto livre

É um discurso *híbrido*, haja vista que concilia características dos dois anteriores.

Há absoluta *liberdade formal e sintática por parte do narrador, que mistura reproduções literais das falas com paráfrases*, que alterna pensamentos e registro de falas e ações, aproximando a fala do narrador e do personagem, como se ambos falassem em uníssono.



EXEMPLIFICANDO

"Quincas Borba calou-se de exausto, e sentou-se ofegante. Rubião acudiu, levando-lhe água e pedindo que se deitasse para descansar; mas o enfermo após alguns minutos, respondeu que não era nada. Perdera o costume de fazer discursos é o que era."



TOME NOTA!

Por ser o discurso mais difícil de ser percebido, vamos sintetizar suas principais características:

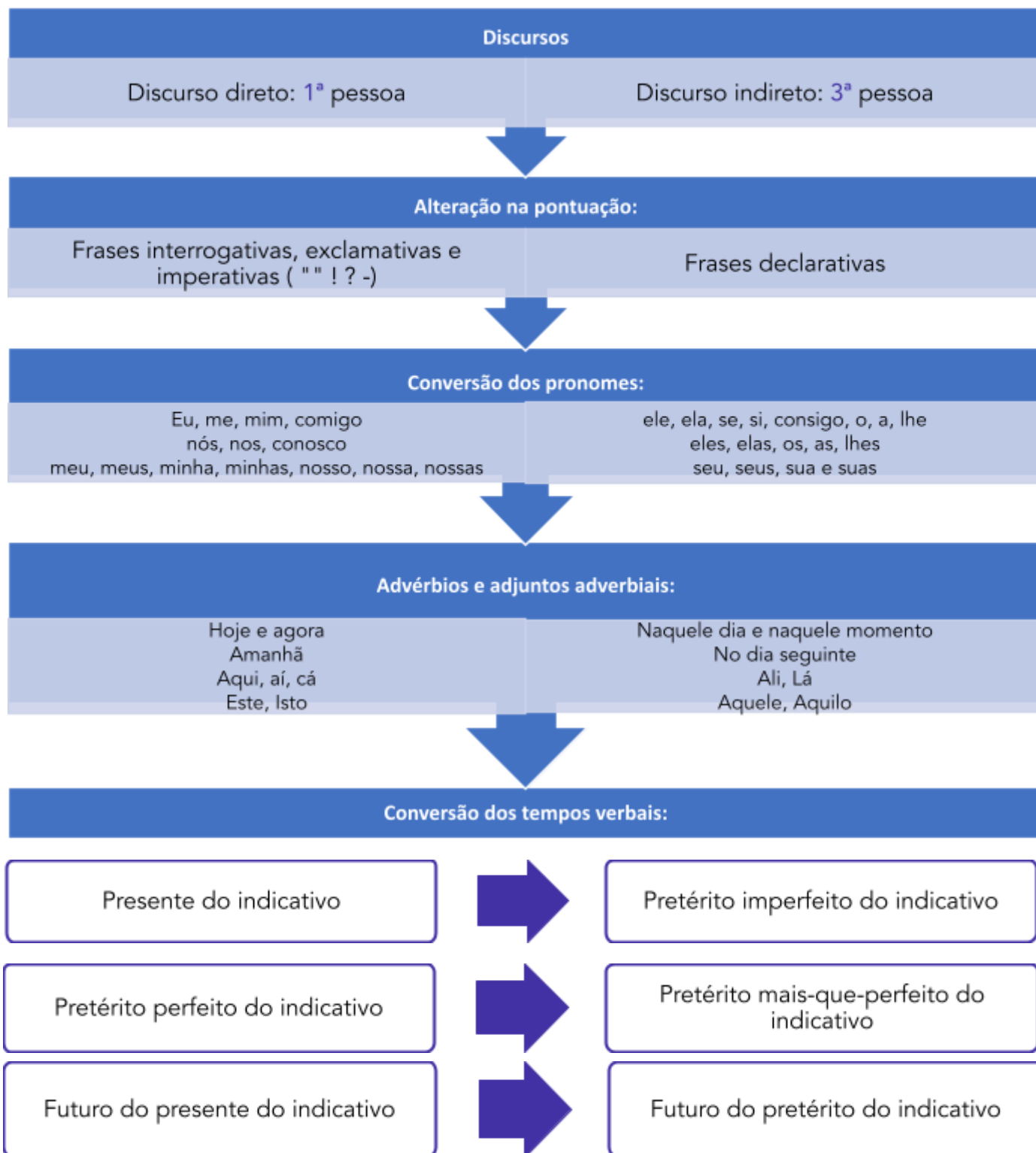
- ✓ As falas das personagens (feitas na 1ª pessoa) surgem espontaneamente dentro discurso do narrado (na 3ª pessoa);
- ✓ Não há marcas que indiquem a separação das falas do narrador e da personagem;
- ✓ Não é introduzido por verbos de elocução, nem por sinais de pontuação ou conjunções;
- ✓ Por vezes, é difícil delimitar o início e o fim da voz da personagem, já que está inserida dentro da voz do narrador;
- ✓ O discurso do narrador transmite o sentido do discurso da personagem;
- ✓ O narrador é onisciente de todas as falas, sentimentos, reações e pensamentos da personagem.

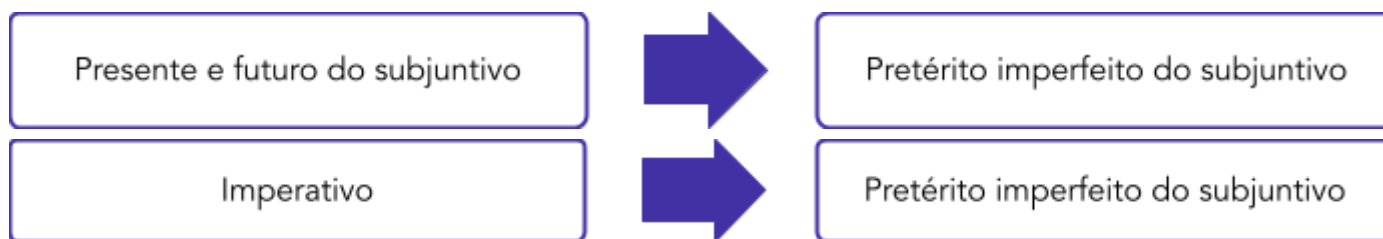


Passagem do discurso direto para o indireto

Essa conversão é cobrada em prova e deve observar algumas mudanças.

Todas essas mudanças são lógicas e decorrentes da própria passagem de uma fala literal para uma fala recontada. Então, vamos sistematizar essas regras gerais.





EXEMPLIFICANDO

— Fugam agora— ordenou o General.

O general ordenou que fugissem imediatamente (naquele momento).

Pedro: Eu confesso— Quero viver sem pensar tanto em mim mesmo—.

Pedro confessou que queria viver sem pensar tanto em si mesmo.

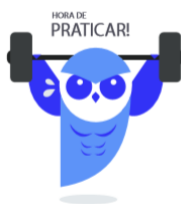
Observe que a conversão do discurso direto para o indireto está sinalizada principalmente pelo verbo “declarativo” (verbo *discendi*), ou seja, aquele que introduz a fala (disse, declarou, afirmou, respondeu, retrucou etc), seguido da oração com conjunção integrante “que”, “quem”.

Então, muitas vezes somente o verbo declarativo é passado para o discurso indireto e os verbos do restante da fala são mantidos nos tempos originais.

— “Pedro não desistirá” — disse João. (Discurso Direto)

João disse que Pedro não desistiria.

João disse que Pedro não desistirá.



(CREF - 20ª Região / 2019)

“A prática demonstra isso: um quadro de emoções negativas conduz à depressão e a outros males”, diz ele.

De acordo com o texto, julgue o item a seguir.

O emprego do sinal de dois pontos à linha 21 justifica-se por introduzir discurso direto.

Comentários:

De fato, dois pontos podem ser utilizados para iniciar uma fala / discurso direto, mas não é o caso da questão. No trecho, a pontuação é utilizada para iniciar uma enumeração. Questão incorreta.



Opinião do autor/narrador

Percebemos que o **discurso direto** é mais objetivo, pois narra falas literais, exatamente como proferidas, de modo que o leitor pode julgar por si mesmo a atitude dos personagens. Então, o discurso direto ajuda a construir “veracidade” e “credibilidade” no que foi dito.

Já no **discurso indireto e indireto livre**, o narrador divide com o leitor seu próprio ponto de vista, sua própria leitura dos fatos. Inclusive, ao recontar as falas dos outros, já pode estar inserindo seu viés na própria escolha das palavras.

Nesse contexto, a opinião do narrador (ou do locutor de um texto argumentativo) pode ser verificada em algumas pistas, palavras que indicam em algum nível as verdadeiras impressões sobre o que se fala. Essas expressões que indicam ponto de vista são chamadas de “modalizadores”:

Ex: Pedro *infelizmente* não tinha chegado *ainda*, *devia* estar no *maldito* trânsito e *fatalmente* perderia o início do evento que *lutara* para organizar.

No exemplo acima, os advérbios “infelizmente” e “fatalmente” indicam que o locutor considera negativos o acontecimento de perder o início do evento. Então, tais expressões revelam um viés “afetivo” e “subjetivo”.

O advérbio “ainda” indica que há na fala expectativa ou convicção de que ele já deveria ter chegado. Se o advérbio utilizado fosse “já” (ele já chegou), o sentido seria outro e revelaria a visão de que ele chegou mais rápido que o esperado.

O verbo “devia” foi usado como um modalizador, para indicar “possibilidade/probabilidade”, de modo que sabemos que não há certeza absoluta naquela declaração. Se fosse usado outro verbo, como “poderia”, ou um uma forma verbal mais categórica, como “estava”, os sentidos seriam outros e a visão do fato pareceria outra.

O adjetivo “maldito” expressa verdadeiro rancor contra o “trânsito”.

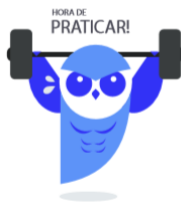
O verbo “lutar” também indica que o autor considera o ato de “organizar” o evento uma tarefa difícil, que exigia esforço e encontrava oposição, enfim, uma luta.

Esses são apenas alguns indícios de opinião do narrador/autor, examinados num pequeno período. No texto, qualquer estrutura ou classe de palavras (verbos, adjetivos, advérbios, palavras denotativas, interjeições) pode ser vestígio de uma opinião subjacente.

O que foi dito acima **não** é exclusivo para “narradores”: vale para a opinião do autor em dissertações, argumentações, propagandas, artigos, matérias jornalísticas e qualquer gênero textual.

Cuidado, não é qualquer adjetivo ou advérbio que necessariamente indica um juízo de valor! Muitas vezes eles têm caráter mais objetivo, embasado em uma situação concreta. É preciso analisar o contexto e as opções da questão.





(CÂMARA DE FORTALEZA (CE) / 2019 - Adaptada)

"Propriedade de escravos" – dizia Torres Homem [...] – "era uma monstruosa violação do direito natural." (1º parágrafo)

Transposto para o discurso indireto, o trecho transcrito acima assume a seguinte redação: "Torres Homem dizia que propriedade de escravos é uma monstruosa violação do direito natural."

Comentários:

O trecho original está no discurso direto, no qual o autor faz uso dos "verbos de elocução" ("dizer"). Para a conversão para o discurso indireto, teremos que fazer a conversão para a 3ª pessoa, já que há intervenção do narrador no discurso, pois utiliza as suas próprias palavras para reproduzir as falas dos personagens.

O correto seria: *"Torres Homem **dizia** que propriedade de escravos **era** uma monstruosa violação do direito natural."* Questão incorreta.



DESCRIÇÃO

Descrever é **caracterizar, relatar** em detalhes características de pessoas, objetos, imagens, cenas, situações, emoções, sentimentos. A descrição é uma **pormenorização estática, uma pausa no tempo**, geralmente uma interrupção da narração, para apresentação de traços dos seres. Para isso, se utiliza de muitos **adjetivos, verbos de ligação que indicam estado e orações e locuções adjetivas para caracterização**.

O **tempo** mais usual é o **pretérito imperfeito**, por indicar uma ação continuada ou rotineira: era, fazia, estava, parecia...

A descrição quase sempre está presente em outros tipos textuais, assim como dificilmente é encontrada na sua forma pura, de modo que também é comumente permeada por trechos narrativos ou dissertativos. Nas provas de concurso, **o mais comum é a descrição aparecer dentro de uma narração**.

Difere-se fundamentalmente da narração por trazer acontecimentos **simultâneos**, que ocorrem ao mesmo tempo, **sem progressão temporal** e sem relação de anterioridade e posterioridade. As **ações** podem descrever uma rotina, ações habituais, sem foco narrativo.

A descrição está para uma foto, assim como a narração está para um filme.

Além disso, a descrição é o tipo textual que predomina em gêneros como manuais, propagandas, biografias, relatórios, definições e verbetes, tutoriais.

Vejam agora essas características nos textos que vêm sendo cobrados:



(PGE-PE / 2019)

Passávamos férias na fazenda da Jureia, que ficava na região de lindas propriedades cafeeiras. Íamos de automóvel até Barra do Piraí, onde pegávamos um carro de boi. Lembro-me do aboio do condutor, a pé, ao lado dos animais, com uma vara: “Xô, Marinheiro! Vâmu, Teimoso!”. Tenho ótimas recordações de lá e uma foto da qual gosto muito, da minha infância, às gargalhadas, vestindo um macacão que minha própria mãe costurava, com bastante capricho. Ela fazia um para cada dia da semana, assim, eu podia me esbaldar e me sujar à vontade, porque sempre teria um macacão limpo para usar no dia seguinte.

Jô Soares. O livro de Jô: uma autobiografia

desautorizada. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

O texto é essencialmente descritivo, pois detalha lembranças acerca das viagens de férias que a personagem e sua família faziam com frequência durante a sua infância.

Comentários:

Essencialmente, predominantemente, principalmente o texto é narrativo, pois há clara sucessão de fatos e objetivo último de contar uma história, narrar uma sequência de ações ao longo do tempo.

Questão incorreta.



INJUNÇÃO

O texto injuntivo traz **instruções ao leitor** para realizar certa tarefa. Ensina, orienta, interpela ou obriga o leitor a fazer alguma coisa.

Sua principal característica é apresentar **verbos no imperativo**, em comandos neutros, genéricos e impessoais, para prescrever alguma ação do leitor. O uso do infinitivo impessoal também é usado como estratégia de neutralidade, pois omite o agente:

Ex: Passo 1, remover a embalagem. Passo 2, inserir CD de instalação.

Observamos esse tipo textual em gêneros como leis, regulamentos, contratos, manuais de instrução, receitas de bolo, tutoriais.



(PREF. CORDILHEIRA ALTA - SC / 2019 - adaptada)

3 truques para tirar as manchas mais difíceis

Agora você pode comer aquela macarronada sem se preocupar. Testamos todas as fórmulas milagrosas para garantir que suas roupas fiquem sempre limpas.

1. Molho de tomate

1 colher de sopa de sabão em pó; 1/2 copo de água; 1 colher de sopa de lustra-móveis; 2 colheres de sopa de água sanitária.

Modo de fazer

Dilua o sabão em pó na água e misture-o aos outros ingredientes. Aplique a solução sobre a mancha e deixe-a repousar de 5 a 10 minutos. Use uma escova de dentes para esfregar. Enxágue. Se não sair, repita o processo.

2. Óleo ou gordura

1 colher de sopa de lustra-móveis; 1/2 colher de sopa de detergente.

Modo de fazer

Aplique a solução e deixe repousar de 5 a 10 minutos. Use uma escova de dentes para esfregar e enxágue. Se não sair, repita o processo.

3. Vinho

1 colher de sopa de sabão em pó; 1/2 copo de água; 5 colheres de sopa de produto para limpeza pesada (usado para limpar azulejo e fogão); 5 colheres de sopa de água sanitária.

Modo de fazer

Aplique a solução e deixe repousar de 5 a 10 minutos. A mancha ficará marrom: não se preocupe, é normal. Use uma escova de dentes para esfregar e enxágue.

O texto apresenta:

- | | | |
|------------------|--------------------|----------------|
| A) Uma história. | B) Uma notícia. | C) Instruções. |
| D) Uma poesia. | E) Uma propaganda. | |



Comentários:

O texto claramente é injuntivo / instrucional: é um passo a passo de como tirar manchas difíceis. Gabarito: Letra C.



DISSERTAÇÃO

Agora veremos o assunto **mais importante** desta aula e talvez deste curso. Digo isso porque a dissertação é o tipo textual mais cobrado, tanto em tipologia quando nas questões de português que trazem textos. Conhecer a estruturação desse tipo vai ser vital na interpretação em geral, pois aprenderemos as estratégias argumentativas que são objeto de questões de compreensão e das provas discursivas, além de ficarmos familiares com a estruturação correta de um parágrafo e de um texto.

O texto dissertativo basicamente **expõe ideias, razões, teorias, raciocínios, abstrações**, por meio de **relações lógicas sequenciadas no texto**, dentro de uma estrutura específica (introdução, desenvolvimento e conclusão), sem necessária progressão temporal. Por ser neutra, atemporal e clara, marca-se pelo uso dos **verbos no presente**, porque indicam verdades universais: “a água ferve a 100 graus”; “a terra gira em torno do sol”.

A dissertação pode ser objetiva, também chamada de **expositiva**; ou subjetiva, também chamada de **argumentativa** ou **opinativa**. Veremos também que há subtipos para um texto argumentativo e para um texto expositivo.

Na maioria das provas, a banca espera que o candidato saiba identificar textos dissertativos com diferentes finalidades.

Texto dissertativo expositivo (puro)

A finalidade essencial de um texto expositivo é trazer conceitos, discutir um assunto de maneira impessoal e objetiva, ou seja, **sem defesa clara de uma opinião**. Não há defesa de tese, apenas exposição clara e atemporal de ideias.

Diz-se que o autor é impessoal e o leitor é universal. O autor explana o que sabe de forma neutra e permite que o leitor forme sua própria opinião. Pode ocorrer que a opinião do autor transpareça pelo sentido dos modalizadores (marcas linguísticas de opinião), mas **não é seu objetivo primário** criar debate e convencer o leitor.



EXEMPLIFICANDO

"Com a pandemia, o planejamento de diversos certames previstos para 2020 acabou sendo prejudicado. Por outro lado, já está sendo observada uma abertura gradual da economia em alguns Estados, fato que deve se replicar no resto do Brasil."

Texto dissertativo expositivo-informativo

É um subtipo do expositivo. Esse texto visa **acrescentar informação nova** ao leitor, ao contrário do expositivo puro, que não pressupõe que a informação discutida seja nova para quem lê.

É comum ocorrerem no texto informativo trechos descritivos, como dados, estatísticas; ou narrativos, como relatos de acontecimentos, mas é a finalidade do texto que deve ser o critério de identificação do tipo



textual. Não é por trazer relato de um crime que um texto com clara finalidade de trazer informação nova ao leitor (sobre uma ação da polícia, por exemplo) deve ser classificado como uma narrativa.

Atentem para isso, pois quase todo texto dissertativo traz elementos de outra tipologia.



EXEMPLIFICANDO

"Foi encaminhado, em agosto de 2020, ao Congresso Nacional, o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA). A proposta trouxe a previsão de receitas e despesas da União para 2021, incluindo a criação de vagas.

O anexo V do documento prevê o provimento de 50.946 cargos no Poder Executivo Federal, os quais estão distribuídos da seguinte maneira (...)"

Texto dissertativo argumentativo

O texto argumentativo, além de discutir e informar, **defende uma tese**, uma opinião pessoal, tendo como finalidade principal o **convencimento** do leitor.

Para persuadi-lo, o autor se utiliza de modalizadores e de operadores argumentativos, construindo fundamentação para seus argumentos por via de relações lógicas organizadas numa estrutura argumentativa progressiva.

A **linguagem** utilizada é **clara, impessoal** (embora parcial), culta. A **primeira pessoa** é utilizada para realçar a inclusão do autor no universo de ideias discutidas e seu alinhamento aos argumentos utilizados, bem como para envolver o leitor. Também é comum o uso da **terceira pessoa**, com verbos no presente do indicativo, como estratégia para sugerir que as informações são fatos. Os verbos são semanticamente carregados e sugerem ou corroboram a opinião que está sendo defendida. Esses **argumentos** são apresentados de **forma estruturada**, com progressão.

Operadores argumentativos

Para comprovar sua opinião e sua tese, o autor deverá estabelecer algumas relações de sentido para relacionar suas ideias e seus raciocínios. Para isso, poderá usar **conectivos diversos, conjunções, advérbios, palavras denotativas**.

As **conjunções** são operadores argumentativos, pois ajudam a construir argumentos e relações lógicas diversas. Em suma, introduzem ideias e argumentos, estabelecendo entre eles relações de tempo, concessão, condição, proporcionalidade, comparação, conformidade, causa, consequência, adição, alternância, conclusão, explicação, oposição.

Advérbios e palavras denotativas também funcionam como operadores argumentativos, pois estabelecem entre argumentos relações de inclusão, exclusão, retificação, realce, prioridade, predominância, relevância, esclarecimento.

Não vou aprofundar muito aqui, pois já vimos essas relações todas no estudo das classes (conjunções, advérbios, preposições, palavras denotativas), mas é bom saber que a banca pode chamar de "operadores argumentativos ou discursivos" esses termos e os sentidos que estabelecem na construção do texto.



Dessa forma, podemos dizer que as conjunções aditivas são operadores que “somam argumentos”, as conjunções adversativas “opõem argumentos”, as alternativas “excluem ou alternam” argumentos, assim por diante.

A estrutura argumentativa

Como dito, a dissertação argumentativa traz uma **progressão lógica de argumentos**. Em nível estrutural, essa progressão toma a forma de introdução, desenvolvimento e conclusão.

Na **introdução**, o autor **apresenta o tema**, a ideia principal, sua tese.

No **desenvolvimento**, o autor traz **argumentos** de apoio ao convencimento.

Na **conclusão**, o autor retoma a ideia central, apresentada na introdução, **e consolida seu raciocínio**. Nesse parágrafo, geralmente ele oferece soluções para os problemas discutidos, faz constatações e reitera sua opinião de forma mais incisiva.

Existe grande liberdade na forma com que os autores constroem suas argumentações. Alguns autores concluem logo no início, depois justificam sua posição, outros trazem sua tese somente no final.

Vejam os detalhes de cada uma dessas partes.

Introdução

A introdução deve conter a **tese**, ou seja, uma afirmação que deverá ser sustentada no decorrer dos parágrafos. Se o autor pudesse sintetizar todo seu texto numa sentença, essa seria sua tese.

A **opinião** do autor aqui aparece de modo brando e será reiterada de modo forte na conclusão.

Também é na introdução que o autor tenta **seduzir o leitor, captar seu interesse**, atraindo-o para continuar lendo.

Desenvolvimento

No desenvolvimento deve constar a **fundamentação** da opinião “levantada” na introdução.

A **ideia central de um parágrafo de desenvolvimento** é chamada de **tópico frasal** ou pequena tese. Ele é a síntese do argumento, a ideia mais importante do parágrafo, e geralmente vem no início (não necessariamente).

É importante destacar que o parágrafo segue uma estrutura análoga ao texto argumentativo como um todo, ou seja, o parágrafo de desenvolvimento também tem a sua **introdução**, que geralmente coincide com o **tópico frasal**.

O período seguinte deve trazer uma ampliação desse tópico, sustentando-o por meio de **argumentos e contra-argumentos, raciocínios lógicos, exemplos, comparações, narrativas, citações de autoridades, dados estatísticos** ou outra forma de desenvolvimento. Por fim, pode haver uma conclusão que retoma a ideia-núcleo ou anuncia o tópico frasal do próximo argumento.

A estrutura do parágrafo argumentativo pode ser vista assim:



Tópico Frasal (pequena tese ou tese do parágrafo)

Ampliação (exemplo, estatística, citação, dado, analogia...)

Conclusão da ideia-núcleo ou anúncio do próximo tópico



Cada argumento deve vir separado em um parágrafo, por clareza e por destacar mais ainda a estrutura dissertativo-argumentativa.

Essa regra é tão importante que as **banças geralmente descontam pontos** por parágrafos que trazem mais de uma ideia.

Para ilustrar essa teoria, vamos focar no segundo parágrafo de desenvolvimento retirado da prova da CVM:

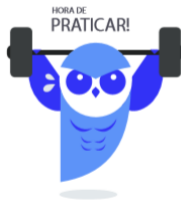


O potencial das energias propriamente "limpas" e renováveis é enorme, comparativamente ao que já existe: ventos, marés, correntes marítimas e fluviais, energia solar. Elas deverão constituir um nó importante na matriz energética mundial. Entretanto, admite-se que ainda assim continuarão sendo apenas complementares e não suficientes para substituir o petróleo.

Um dos problemas dessas energias limpas é que o seu potencial não é regularmente distribuído no mundo entre as nações consumidoras (1). O Saara, Mogavi e o Nordeste brasileiro são exemplos de ricos potenciais de energia solar, mas em que isso beneficia os grandes consumidores do norte da Europa? (2) O Nordeste brasileiro, assim como a região de Bengala e outras regiões tropicais, tem enorme potencial eólico. Mas não são só eles: a Dinamarca produz 75% da energia que consome pelos ventos (3). Poucos países podem rivalizar com o Brasil quanto à energia hidrelétrica. Nenhuma dessas fontes energéticas limpas e renováveis poderá, por si, constituir-se no sucessor do petróleo em nível mundial (4).

Sintetizando a progressão lógica e estrutural desse texto, temos: a) As fontes renováveis são importantes, b) mas, serão apenas um complemento, pois não estão distribuídas de forma regular pelo mundo, conforme exemplos, c) portanto, não são capazes de substituir o petróleo. Veja que a estrutura de um único parágrafo reflete a macroestrutura do texto dissertativo-argumentativo.





(SEPLAG-RECIFE (PE) / 2019 - Adaptada)

Quem não gosta de samba

“Como se dá que ritmos e melodias, embora tão somente sons, se assemelhem a estados da alma?”, pergunta Aristóteles. Há pessoas que não suportam a música; mas há também uma venerável linhagem de moralistas que não suporta a ideia do que a música é capaz de suscitar nos ouvintes. Platão condenou certas escalas e ritmos musicais e propôs que fossem banidos da cidade ideal. Santo Agostinho confessou-se vulnerável aos “prazeres do ouvido” e se penitenciou por sua irrefreável propensão ao “pecado da lascívia musical”. Calvino alerta os fiéis contra os perigos do caos, volúpia e emefinação que ela provoca. Descartes temia que a música pudesse superexcitar a imaginação.

O que todo esse medo da música – ou de certos tipos de música – sugere? O vigor e o tom dos ataques traem o melindre. Eles revelam não só aquilo que afirmam – a crença num suposto perigo moral da música –, mas também o que deixam transparecer. O pavor pressupõe uma viva percepção da ameaça. Será exagero, portanto, detectar nesses ataques um índice da especial força da sensualidade justamente naqueles que tanto se empenharam em preveni-la e erradicá-la nos outros?

O que mais violentamente repudiamos está em nós mesmos. Por vias oblíquas ou com plena ciência do fato, nossos respeitáveis moralistas sabiam muito bem do que estavam falando.

(Adaptado de: GIANETTI, Eduardo. Trópicos utópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 23-24)

A frase *O vigor e o tom dos ataques traem o melindre* contém um argumento semelhante ao que está na seguinte frase: *O que mais violentamente repudiamos está em nós mesmos*. (3º parágrafo).

Comentários:

O autor, quando se refere ao “vigor e o tom dos ataques”, fala da intensidade com que os moralistas por ele citados atacam a música, o que é semelhante a repudiar violentamente.

Da mesma maneira, o “melindre”, ou o sentimento de vergonha é traído pela maneira como atacam a música, pois, na verdade, estão envergonhados por causa da atração interior pelos encantos da música, argumento semelhante a “repudiamos está em nós mesmos”. Questão correta.



Finalidade predominante dos Textos

Expositivo/Explicativo/Informativo: Expor informações e conhecimentos



Opinativo/Argumentativo: Convencer, defender uma opinião.

Polêmico: Contrabalancear opiniões.

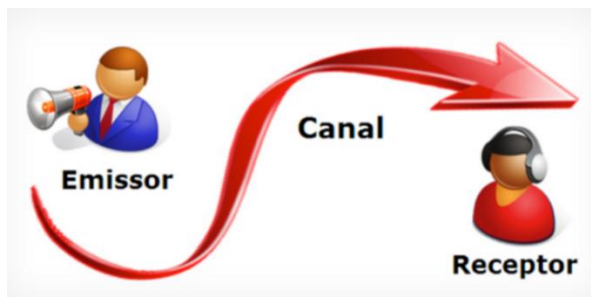
Instrucional: Normatizar, prescrever, ensinar.



FUNÇÕES DA LINGUAGEM

A comunicação ocorre na interação de vários elementos integrados: um **emissor**, uma **mensagem**, um **receptor** para essa mensagem, que tem um tema, um assunto, um contexto, um **referente**.

Há outros elementos: a mensagem é transmitida por determinado “meio”, um “**canal**”, e utiliza um determinado sistema de signos conhecidos pelas partes, chamado “**código**”.



No contexto de “adequação” ou “inadequação” de uma variante linguística, temos que ponderar qual é a finalidade daquela situação comunicativa, que se reflete em diversas “funções da linguagem”.

A depender do objetivo, a linguagem vai “focar” em algum dos elementos envolvidos na comunicação. Às vezes, o foco do discurso recai sobre o conteúdo do texto; às vezes, sobre a forma que esse conteúdo é passado. Pode também recair sobre o assunto em si.

Vejamos a característica principal de cada função da linguagem.

FUNÇÃO EMOTIVA:

O foco recai sobre o próprio “emissor”.

O “eu” é o centro da mensagem, que se apresenta como subjetiva e pessoal. Por esse motivo, reflete o ânimo e as emoções.

Essa função da linguagem predomina em poemas líricos e em prosa intimista.

Como marcas textuais, temos o uso de *interjeições, exclamações, reticências, vocativos, verbos em primeira pessoa, adjetivos valorativos*.



EXEMPLIFICANDO

Oh? como és linda, mulher que passas
Que me sacias e suplicas
Dentro das noites, dentro dos dias?
(Vinícius de Moraes)

Sinto que viver é inevitável. Posso na primavera ficar horas sentada fumando, apenas sendo. Ser às vezes sangra. Mas não há como não sangrar pois é no sangue que sinto a primavera. Dói. A

primavera me dá coisas. Dá do que viver E sinto que um dia na primavera é que vou morrer de amor pungente e coração enfraquecido.

(Clarice Lispector)

FUNÇÃO FÁTICA:

O foco da mensagem recai sobre o próprio “canal” em que ela é transmitida. Visa a **testar, estabelecer, manter ou encerrar a comunicação**.

Nessa função se encaixam as saudações, os iniciadores de conversa, os marcadores conversacionais de confirmação: *alô? Tá ouvindo? Tudo bem? Como vai? Dá licença? Certo? Ok? Entendeu? Todos comigo? Hein? Falou... Ok.. Bom dia...*

Vejamos a tirinha:



Note que na tirinha do Cascão e do Cebolinha, o efeito de humor é construído justamente pelo uso da função fática.

FUNÇÃO APELATIVA OU CONATIVA:

O foco recai sobre o interlocutor, o ouvinte. A finalidade é **convencê-lo ou influenciá-lo**. Por isso, é permeada por **discurso em segunda pessoa (Tu e Você) e verbos no imperativo**.

Por objetivar induzir o ouvinte a fazer algo, esta é a linguagem predominante em sermões e em propaganda.



FUNÇÃO REFERENCIAL OU DENOTATIVA:

A ênfase está no referente, isto é, no assunto, no conteúdo, **na informação**.

A linguagem tende a ser objetiva, expositiva, e por isso costuma fazer uso de recursos impessoalizadores como a **terceira pessoa, tempos verbais afirmativos como o futuro e o presente do indicativo**.

A linguagem é concisa e objetiva, típica dos textos jornalísticos, didáticos, científicos e outros que tenham como finalidade primária **informar ou ensinar**.



FUNÇÃO POÉTICA OU CONOTATIVA:

A ênfase está na própria mensagem, na **forma em que é construída** e transmitida (de forma criativa, elaborada, com recursos figurativos), diferentemente da função referencial, que foca no conteúdo em si.

Essa é a linguagem literária, por isso, encontraremos recursos como *figuras de estilo ou linguagem (linguagem conotativa, figurada), neologismos, construções criativas e deliberadamente recheadas de polissemia e ambiguidade.*



Um texto pode ter indícios de várias funções de linguagem, mas uma será considerada **predominante**.

Por exemplo, um texto poético pode também estar permeado pela linguagem emotiva, com muitas referências ao próprio narrador/eu-lírico e seus sentimentos. Porém, a função predominante será a poética.

Vejamos alguns exemplos de poesia e anúncio criativo que exploram essa função:

“...Eu, que tantas vezes não tenho tido paciência para tomar banho,
Eu, que tantas vezes tenho sido ridículo, absurdo,
Que tenho enrolado os pés publicamente nos tapetes das etiquetas,
Que tenho sido grotesco, mesquinho, submisso e arrogante,
Que tenho sofrido enxovalhos e calado,
Que quando não tenho calado, tenho sido mais ridículo ainda...”

(Fernando Pessoa, Poema em linha reta)



FUNÇÃO METALINGUÍSTICA:

O foco está no código utilizado na transmissão da mensagem. O código é usado para explicar o próprio código, ou seja, a língua explica a língua.

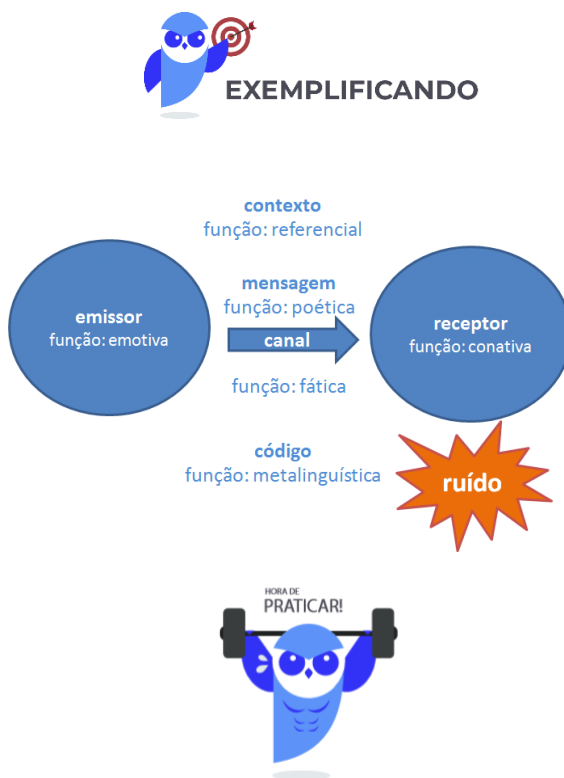


Esta aula é um exemplo, pois uso a linguagem para falar sobre a própria linguagem. Além disso, encontraremos a metalinguagem em **verbetes de dicionários**, em **resenhas**, em **manuals de redação e gramáticas**, em filmes que falam de filmes, em atores que interpretam atores, em poemas que falam sobre a poesia.

A metalinguagem também ocorre em outras formas de expressão que não a prosa e a poesia. Observe as figuras abaixo:



Para finalizar e facilitar seu entendimento e memorização, deixo aqui um resumo das funções que acabamos de estudar:



(ALAP / 2020 - adaptada)

Entrando na Câmara, verifiquei que a grandiosa representação que eu fazia do legislador, não se me tinha diminuído com o exame da opaca figura do doutor Castro. Era uma exceção, mas certamente os outros deviam ser quase semideuses, mais que homens, pois eu queria-os com força e com faculdades capazes de atender e de pesar tão vários fatos, tão desconstruídas considerações, tantas e tão sutis condições da existência de cada e da de todos. Para tirar regras seguras para a vida total desse entrechoque de paixões, de desejos, de ideias e de vontades, o legislador tinha que ter a ciência da terra e a clarividade do céu e sentir

bem nítido o alvo incerto para que marchamos, na bruma do futuro fugidio. Quanta penetração! Quanto amor! Que estudo e saber não lhe eram exigidos! Era preciso tudo, tudo! A Teologia e a Física, a Alquimia! ... Era preciso saber tudo e sentir tudo! Era na verdade um vasto e levantado ofício!

Os elementos do texto estão predominantemente concentrados no emissor, explícito nas impressões e exclamações proferidas pelo narrador.

Comentários:

Logo no início, percebe-se que a **função emotiva** é a que se destaca no texto uma vez que os verbos são conjugados em primeira pessoa, ou seja, o foco está em quem fala (emissor). Além disso, as impressões pessoais do emissor ficam explícitas com o uso de exclamações, que denotam certa admiração.

Percebe-se que o emissor fica encantado. Por isso, pode-se dizer que a função do texto é a emotiva já que o foco está em suas impressões pessoais. Questão correta.

Agora que já vimos toda a teoria, é hora de Praticar!



QUESTÕES COMENTADAS - NARRAÇÃO - CEBRASPE

1. (CEBRASPE / PGE-PE / ASSISTENTE DE PROCURADORIA / 2019)

Passávamos férias na fazenda da Jureia, que ficava na região de lindas propriedades cafeeiras. Íamos de automóvel até Barra do Piraí, onde pegávamos um carro de boi. Lembro-me do aboio do condutor, a pé, ao lado dos animais, com uma vara: "Xô, Marinheiro! Vâmu, Teimoso!". Tenho ótimas recordações de lá e uma foto da qual gosto muito, da minha infância, às gargalhadas, vestindo um macacão que minha própria mãe costurava, com bastante capricho. Ela fazia um para cada dia da semana, assim, eu podia me esbaldar e me sujar à vontade, porque sempre teria um macacão limpo para usar no dia seguinte.

Jô Soares. O livro de Jô: uma autobiografia desautorizada. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

O texto é essencialmente descritivo, pois detalha lembranças acerca das viagens de férias que a personagem e sua família faziam com frequência durante a sua infância.

Comentários:

Essencialmente, predominantemente, principalmente o texto é narrativo, pois há clara sucessão de fatos e objetivo último de contar uma história, narrar uma sequência de ações ao longo do tempo.

Questão incorreta.

2. (CEBRASPE / SEDU-ES / 2010)

Julgue o item que se segue, relativo à interpretação, produção, tipos e gêneros de textos. Anedota, autobiografia e história em quadrinhos são gêneros textuais narrativos.

Comentários:

Outra questão conceitual. Todos esses gêneros contam "histórias", em sentido amplo: descrevem ações, com personagens, num fluxo temporal dinâmico. Questão correta.



QUESTÕES COMENTADAS - DESCRIÇÃO - CEBRASPE

1. (CEBRASPE / MP-CE / CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR / 2020)

Desde os alvares da democracia ateniense, são sobejamente conhecidas as suas relações com a argumentação e a retórica. Porém, tal como a retórica e a argumentação podem ser postas ao serviço da mentira e da manipulação, também em relação à liberdade de expressão se coloca a questão dos seus limites.

O terceiro parágrafo do texto é essencialmente descritivo, porque caracteriza a liberdade de expressão.

Comentários:

Não caracteriza! Apenas menciona sem detalhar. O texto predominantemente descritivo tem objetivo principal de criar a imagem mental de um objeto, uma entidade, uma cena... Traz um detalhamento visual, o que não ocorre aqui. Questão incorreta.



QUESTÕES COMENTADAS - DISSERTAÇÃO - CEBRASPE

1. (CEBRASPE / CGDF / 2023)

Percebe-se no Brasil um persistente discurso de negatização da atividade fiscal, do Estado fiscal, ainda marcado por figuras arcaicas como a do “leão” do imposto de renda, a tão repetida expressão “carga tributária”, entre outras. Essa “demonização” do fisco em muito se justifica por uma deslegitimação do Estado brasileiro como um todo e, na seara tributária, especialmente por não sentir retorno a população em relação ao quanto é onerada. Frise-se, porém, que essa imagem negativa é, às vezes, patrocinada por quem ideologicamente julga desnecessária uma tributação nas proporções em que o Estado brasileiro vem aplicando. Nesse cenário, percebe-se, com linhas mais nítidas, um fenômeno que acompanha toda a história tributária do homem: o da oposição social aos tributos, entendida aqui não como uma predisposição “natural”, “inata” dos contribuintes, mas como todo desvio que afasta o contribuinte do cumprimento de uma obrigação tributária, não sendo naturais as causas que o levam a resistir. O contribuinte resiste diante da cobrança de uma tributação ilícita; diante da cobrança ou da instituição de um tributo por um governo ou legislador ilegítimo; diante da possibilidade de se praticar uma conduta tributária menos onerosa, tendo o contribuinte a liberdade e o direito de resistir à tributação mais severa; e, no caso dos crimes contra a ordem tributária, quando apenas há a vontade livre e consciente de cometer o crime.

A resistência fiscal, assim, tem um conteúdo que ora se distancia dos conceitos clássicos de direito de resistência (objeção de consciência, desobediência civil, greve política, direito de revolta, entre outros), ora se aproxima desses mesmos conceitos. É quando se veem na literatura, especialmente na estrangeira, expressões como “direito de resistência fiscal”, “objeção fiscal”, “desobediência fiscal”, “greve fiscal”, “revolta fiscal”, “rebelião fiscal”. Entre outras, tais expressões relacionam-se com os conceitos de “direito de resistência” e de “resistência fiscal”, tomados como dois gêneros em que algumas espécies coincidem, mas que também possuem pontos incomunicáveis.

Com efeito, dado que seja gênero de múltiplas espécies, podem ser elencadas como modalidades de resistência fiscal: a) a resistência à cobrança de tributos ilícitos/inconstitucionais, que tem total amparo no princípio constitucional da legalidade tributária, tendo os contribuintes direito de resistir a essa tributação ilegal/inconstitucional; b) a resistência à cobrança ou à instituição de tributos que, mesmo amparados na lei e na Constituição Federal de 1988, são, porém, rechaçados pela sociedade, considerados ilegítimos pela população, ou rechaçados por camada social que se veja prejudicada com sua instituição; c) o crime tributário, que não passa de uma ofensa deliberada à lei; e d) a resistência lícita, na qual se opta por alternativa legal menos onerosa ou pela abstenção de conduta tributável.

A história mostrou que a resistência fiscal, por mais que pareça natural e inevitável a toda realidade tributária, teve proporções menores em regimes considerados mais democráticos, uma vez que os abusos e o arbítrio das autoridades foram, em muitas sociedades, as principais causas para a recusa ao pagamento dos tributos. Verifica-se, assim, uma razão inversamente



proporcional entre o quantum democrático de um regime político e a resistência social aos tributos por ele instituídos. Assim, a democracia participativa, em superação aos modelos clássicos e insuficientes da representação ou do exercício semidireto do poder, aponta para uma “relegitimação” do Estado fiscal, na qual a sociedade passa a tomar parte de espaços de decisões políticas.

A sociedade contribuinte deve-se preocupar, portanto, no caminho a ser trilhado em direção a uma educação (para a cidadania) fiscal, não apenas com a “carga tributária”, mas com o destino das arrecadações e com os gastos públicos. Nesse sentido, já existem alguns avanços, como o da Lei n.º 12.741/2012, que obrigou, como direito básico dos consumidores, informarem-se os tributos incidentes e repassados no preço dos produtos, e os programas de educação fiscal ligados aos órgãos fiscais da União, dos estados e das capitais. Muito ainda, porém, estão alheios os cidadãos acerca do que o Estado arrecada e, mais ainda, de como gastam os governantes tais recursos, o que pode aumentar os índices de resistência fiscal na sociedade brasileira.

Isaac Rodrigues Cunha. Resistência fiscal, democracia e educação tributária: fundamentos para uma fiscalidade democrático-participativa por meio de uma “pedagogia fiscal”. Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Direito, Programa de Pós-Graduação em Direito, Fortaleza, 2017 (com adaptações)

Quanto à tipologia e aos gêneros textuais, o texto CB1A1 classifica-se como

- A) narrativo, dado o conjunto de fatos nele relatados
- B) descritivo, pelo volume de dados apresentados.
- C) dissertativo-argumentativo, pela exposição de ideias do autor e de outrem.
- D) jornalístico, dada a programática omissão, pelo autor, de opinião acerca do assunto tratado.

Comentários:

O texto traz opiniões e argumentos, pelo que se classifica como dissertativo-argumentativo. A banca menciona que há opinião do autor e de terceiros.

Por exemplo, na introdução, temos a opinião geral do autor:

Percebe-se no Brasil um persistente discurso de negatização da atividade fiscal, do Estado fiscal, ainda marcado por figuras arcaicas como a do “leão” do imposto de renda, a tão repetida expressão “carga tributária”, entre outras.

Também na conclusão:

A sociedade contribuinte deve-se preocupar, portanto, no caminho a ser trilhado em direção a uma educação (para a cidadania) fiscal, não apenas com a “carga tributária”, mas com o destino das arrecadações e com os gastos públicos.

Depois, há citação de opiniões alheias.

Em determinado momento, temos uma opinião geral da sociedade, que demoniza a tributação porque não visualiza o benefício desse pagamento.



Essa “demonização” do fisco em muito se justifica por uma deslegitimação do Estado brasileiro como um todo e, na seara tributária, especialmente por não sentir retorno a população em relação ao quanto é onerada.

Gabarito letra C.

2. (CEBRASPE / MP-CE / CARGOS DE NÍVEL MÉDIO / 2020)

Em qualquer tempo ou lugar, a vida social é sempre marcada por rituais. Essa afirmação pode ser inesperada para muitos, porque tendemos a negar tanto a existência quanto a importância dos rituais na nossa vida cotidiana. Em geral, consideramos que rituais seriam eventos de sociedades históricas, da vida na corte europeia, por exemplo, ou, em outro extremo, de sociedades indígenas. Entre nós, a inclinação inicial é diminuir sua relevância. Muitas vezes comentamos “Ah, foi apenas um ritual”, querendo enfatizar exatamente que o evento em questão não teve maior significado e conteúdo. Por exemplo, um discurso pode receber esse comentário se for considerado superficial em relação à expectativa de um importante comunicado. Ritual, nesse caso, é a dimensão menos importante de um evento, sinal de uma forma vazia, algo pouco sério — e, portanto, “apenas um ritual”. Agimos como se desconhecêssemos que forma e conteúdo estão sempre combinados e associamos o ritual apenas à forma, isto é, à convencionalidade, à rigidez, ao tradicionalismo. Tudo se passa como se nós, modernos, guiados pela livre vontade, estivéssemos liberados desse fenômeno do passado. Em suma, usamos o termo ritual no dia a dia com uma conotação de fenômeno formal e arcaico.

Mariza Peirano. Rituais ontem e hoje. Rio de Janeiro:

Jorge Zahar Editor, 2003, p. 7-8 (com adaptações).

O texto apresentado é predominantemente descritivo, já que exemplifica uma das acepções do termo ritual.

Comentários:

O texto é eminentemente dissertativo, pois expõe considerações sobre rituais e nossa visão sobre eles. O texto predominantemente descritivo tem como foco o detalhamento de um ser, um objeto, uma cena etc. Não é o caso aqui. Questão incorreta.

3. (CEBRASPE / PGE-PE / ANA. JUDICIÁRIO DE PROCURADORIA / 2019)

Texto CB2A1-I

Raras vezes na história humana, o trabalho, a riqueza, o poder e o saber mudaram simultaneamente. Quando isso ocorre, sobrevêm verdadeiras descontinuidades que marcam época, pedras miliáres no caminho da humanidade. A invenção das técnicas para controlar o fogo, o início da agricultura e do pastoreio na Mesopotâmia, a organização da democracia na Grécia, as grandes descobertas científicas e geográficas entre os séculos XII e XVI, o advento da sociedade industrial no século XIX, tudo isso representa saltos de época, que desorientaram gerações inteiras.

Se observarmos bem, essas ondas longas da história, como as chamava Braudel, tornaram-se cada vez mais curtas. Acabamos de nos recuperar da ultrapassagem da agricultura pela indústria, ocorrida no século XX, e, em menos de um século, um novo salto de época nos tomou de surpresa, lançando-nos na confusão. Dessa vez o salto coincidiu com a rápida passagem de uma



sociedade de tipo industrial dominada pelos proprietários das fábricas manufatureiras para uma sociedade de tipo pós-industrial dominada pelos proprietários dos meios de informação.

O fórceps com o qual a recém-nascida sociedade pós-industrial foi extraída do ventre da sociedade industrial anterior é representado pelo progresso científico e tecnológico, pela globalização, pelas guerras mundiais, pelas revoluções proletárias, pelo ensino universal e pelos meios de comunicação de massa. Agindo simultaneamente, esses fenômenos produziram uma avalanche ciclópica — talvez a mais irresistível de toda a história humana — na qual nós, contemporâneos, temos o privilégio e a desventura de estar envolvidos em primeira pessoa.

Ninguém poderia ficar impassível diante de uma mudança dessa envergadura. Por isso a sensação mais difundida é a desorientação.

A nossa desorientação afeta as esferas econômica, familiar, política, sexual, cultural... É um sintoma de crescimento, mas é também um indício de um perigo, porque quem está desorientado sente-se em crise, e quem se sente em crise deixa de projetar o próprio futuro. Se deixarmos de projetar nosso futuro, alguém o projetará para nós, não em função de nossos interesses, mas do seu próprio proveito.

Domenico de Masi. Alfabeto da sociedade desorientada: para entender o nosso tempo. Trad. Silvana Cobucci e Federico Carotti. São Paulo: Objetiva, 2017, p. 93-4 (com adaptações).

O texto caracteriza-se como dissertativo-argumentativo, devido, entre outros aspectos, à presença de evidências e fatos históricos utilizados para validar a argumentação do autor.

Comentários:

Sim. A redação da banca é perfeita. O texto usa exemplos de fases e fenômenos históricos para fortalecer a tese de que “Raras vezes na história humana, o trabalho, a riqueza, o poder e o saber mudaram simultaneamente” e que isso está acontecendo agora, pois as mudanças estão ficando mais rápidas, gerando esses “saltos de época”. Questão correta.

4. (CEBRASPE / SEFAZ-RS / AUDITOR FISCAL / 2019)

Texto 1A11-I

Pixis foi um músico medíocre, mas teve o seu dia de glória no distante ano de 1837.

Em um concerto em Paris, Franz Liszt tocou uma peça do (hoje) desconhecido compositor, junto com outra, do admirável, maravilhoso e extraordinário Beethoven (os adjetivos aqui podem ser verdadeiros, mas — como se verá — relativos). A plateia, formada por um público refinado, culto e um pouco bovino, como são, sempre, os homens em ajuntamentos, esperava com impaciência.

Liszt tocou Beethoven e foi calorosamente aplaudido. Depois, quando chegou a vez do obscuro e inferior Pixis, manifestou-se o desprezo coletivo. Alguns, com ouvidos mais sensíveis, depois de lerem o programa que anunciava as peças do músico menor, retiraram-se do teatro, incapazes de suportar música de má qualidade.

Como sabemos, os melômanos são impacientes com as obras de epígonos, tão céleres em reproduzir, em clave rebaixada, as novas técnicas inventadas pelos grandes artistas.

Liszt, no entanto, registraria que um erro tipográfico invertera, no programa do concerto, os nomes de Pixis e Beethoven...



A música de Pixis, ouvida como sendo de Beethoven, foi recebida com entusiasmo e paixão, e a de Beethoven, ouvida como sendo de Pixis, foi enxovalhada.

Esse episódio, cômico se não fosse doloroso, deveria nos tornar mais atentos e menos arrogantes a respeito do que julgamos ser arte.

Desconsiderar, no fenômeno estético, os mecanismos de recepção é correr o risco de aplaudir Pixis como se fosse Beethoven.

Charles Kiefer. *O paradoxo de Pixis*. In: *Para ser escritor*. São Paulo: Leya, 2010 (com adaptações).

O autor do texto 1A11-I apresenta a narrativa do concerto de Liszt com o propósito de

- A) reconhecer que Pixis era tão genial quanto Beethoven.
- B) criticar o modo como algumas pessoas consomem arte.
- C) dar notoriedade à carreira de Pixis.
- D) alertar o público de que não se deve confiar em tudo que se lê.
- E) incentivar o público a ampliar seu repertório musical.

Comentários:

O raciocínio que conclui o texto está nos últimos parágrafos. O autor critica o consumo de arte baseado apenas em “grife” e não em um julgamento isento da obra em si. Quando foi apresentado como obra de um compositor de renome, o trabalho de Pixis foi consumido de forma diferente de como seria se fosse apresentado em nome próprio, isso faz o autor questionar o que é mesmo “extraordinário”.

A música de Pixis, ouvida como sendo de Beethoven, foi recebida com entusiasmo e paixão, e a de Beethoven, ouvida como sendo de Pixis, foi enxovalhada.

Esse episódio, cômico se não fosse doloroso, deveria nos tornar mais atentos e menos arrogantes a respeito do que julgamos ser arte.

Desconsiderar, no fenômeno estético, os mecanismos de recepção é correr o risco de aplaudir Pixis como se fosse Beethoven.

Gabarito letra B.

5. (CEBRASPE / SEFAZ-RS / AUDITOR FISCAL / 2019)

Texto 1A3-I

A política tributária não se restringe ao objetivo de abastecer os cofres públicos, mas tem também objetivos econômicos e sociais. Se fosse aumentada a tributação sobre um produto considerado nocivo para o consumidor ou para a sociedade, o seu consumo poderia ser desestimulado. Caso a intenção fosse promover uma melhor distribuição de renda, o Estado poderia reduzir tributos incidentes sobre os produtos mais consumidos pela população de renda mais baixa e elevar os tributos sobre a renda da classe mais alta.

Por outro lado, se o Estado reduzisse a tributação de determinado setor da economia, os custos desse setor diminuiriam, o que possibilitaria a queda dos preços de seus produtos e poderia gerar um crescimento das vendas. Outro efeito viável dessa política seria o aumento do lucro das empresas, favorecendo-se, assim, a elevação dos seus investimentos — e,



consequentemente, da produção — e o surgimento de novas empresas, o que provavelmente resultaria no crescimento da produção, bem como no acirramento da concorrência, com possíveis reflexos sobre os preços. Em qualquer um desses cenários, o setor seria estimulado.

Internet: <<https://politicaspublicas.almg.gov.br>> (com adaptações).

O texto 1A3-I organiza-se de forma a apresentar

- A) argumentos em favor dos objetivos do Estado com relação à política tributária, para convencer o leitor.
- B) possíveis consequências sociais e econômicas da política tributária.
- C) procedimentos da atividade de tributação, destacando sua natureza fiscal.
- D) defesa de ações governamentais mais efetivas no que se refere à política tributária.
- E) razões para a diminuição de impostos ser considerada mais benéfica que o aumento destes.

Comentários:

O primeiro parágrafo menciona possíveis (prováveis e hipotéticos) efeitos sociais de uma política econômica: aumentar a tributação sobre o consumo de um bem nocivo que se deseja desencorajar; reduzir os tributos dos bens mais consumidos por pessoas de menor poder aquisitivo, para melhorar a distribuição de renda.

O segundo menciona consequências econômicas da redução da tributação sobre empresas: menor custo, mais lucro, maior investimento, maior concorrência, menor preço...

É só isso que o texto traz!

Vejamos o problema das demais:

- A) Incorreto. Não há tentativa de convencer o leitor nem de defender o Estado, são apresentadas relações lógicas entre algumas políticas e possíveis efeitos.
- C) Incorreto. Não há destaque à natureza fiscal (arrecadatória); pelo contrário, são mencionados efeitos econômicos e sociais.
- D) Incorreto. Vale o mesmo comentário da A.
- E) Incorreto. O texto não defende redução de impostos, também menciona o aumento de impostos sobre produtos nocivos. A alternativa restringe o texto a apenas um de seus aspectos. Gabarito letra B.

6. (CEBRASPE / CGE-CE / CONHEC. BÁSICOS / 2019)

Texto CB1A1-II

Ainda hoje, em muitos rincões do nosso país, são encontrados administradores públicos cujas ações em muito se assemelham às de Nabucodonosor, rei do império babilônico, que, buscando satisfazer sua rainha Meda, saudosa das colinas e florestas de sua pátria, providenciou a construção de estupendos jardins suspensos. Essa excentricidade, que consumiu anos de labor e gastos incalculáveis, culminou em uma das sete maravilhas do mundo antigo.

Tal “maravilha”, que originou mais ônus do que propriamente benefícios, apresenta grande similitude com devaneios atuais em que se constata o gasto de dinheiro público com atos de motivação fútil e imoral, finalidade dissociada do interesse público e em total afronta à



razoabilidade administrativa, com flagrante desproporção entre o numerário despendido e o benefício auferido pela coletividade.

Além da insensatez detectada em alguns atos de administração, constata-se a existência de situação mais grave e preocupante, a degeneração de caráter em muitos entre os que ascendem à gestão do interesse público. Essa degeneração, em alguns casos, precede a investidura; em outros, tem causas endêmicas, sendo o resultado inevitável da interação com um meio viciado.

Emerson Garcia e Rogério Pacheco Alves. *Improbidade administrativa*. 8.^a ed. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 47 (com adaptações)

No texto CB1A1-II, predomina a tipologia

- A) injuntiva.
- B) narrativa.
- C) descritiva.
- D) expositiva.
- E) argumentativa.

Comentários:

O texto é carregado de opiniões do autor: ele declara que há obras desproporcionais, que há administradores corruptos que gastam demais com obras de pouca utilidade pública. Para ilustrar seu ponto de vista, usa uma analogia histórica: os jardins suspensos da babilônia, um exemplo de obra extremamente cara, com pouco benefício para o povo que paga por ela. Por esses indícios, o texto é mais bem enquadrado no tipo argumentativo. Gabarito letra E.

7. (CEBRASPE / PGE-PE–Assistente de Procuradoria – 2019)

A modernidade é um contrato. Todos nós aderimos a ele no dia em que nascemos, e ele regula nossa vida até o dia em que morremos. Pouquíssimos entre nós são capazes de rescindi-lo ou transcendê-lo. Esse contrato configura nossa comida, nossos empregos e nossos sonhos; ele decide onde moramos, quem amamos e como morremos.

À primeira vista, a modernidade parece ser um contrato extremamente complicado, por isso poucos tentam compreender no que exatamente se inscreveram. É como se você tivesse baixado algum software e ele te solicitasse assinar um contrato com dezenas de páginas em “juridiquês”; você dá uma olhada nele, passa imediatamente para a última página, tica em “concordo” e esquece o assunto. Mas a modernidade, de fato, é um contrato surpreendentemente simples. O contrato interno pode ser resumido em uma única frase: humanos concordam em abrir mão de significado em troca de poder.

Yuval Noah Harari. *Homo Deus: uma breve história do amanhã*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016 (com adaptações).

O texto apresenta estratégia argumentativa que visa aproximar o leitor das ideias desenvolvidas pelo autor.

Comentários:

Sim, o autor expressa suas opiniões usando a primeira pessoa do plural: “nós” (nós aderimos, morremos, nossa vida....). Essa estratégia torna suas opiniões inclusivas e generalizantes, o que



tem o efeito de incluir o leitor, fazendo que este se sinta mais próximo daquela realidade comentada no texto. Questão correta.

8. (CEBRASPE / SEFAZ-RS / 2018)

Texto 1A1-II

O imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) é um tributo que deve ser pago todo ano pelos donos de qualquer tipo de veículo. O valor do IPVA é calculado com base no valor do veículo comprado, e sua quitação é um requisito para o licenciamento.

Do total arrecadado com cada veículo, 50% vão para o governo estadual e os outros 50%, para o município no qual o veículo tiver sido emplacado. Essa arrecadação, recolhida pela União, pelos estados ou pelos municípios, não é exclusivamente destinada a asfaltamento de ruas e colocação de sinais, isto é, a manutenção de rodovias, mas pode abranger despesas com educação, saúde, segurança, saneamento, entre outros.

Para pagar o IPVA, o proprietário de veículo recebe em sua casa um aviso de vencimento do imposto, com informações sobre o veículo, valores, datas, parcelas, formas de pagamento. Com esse documento é possível quitar o IPVA, juntamente com o seguro obrigatório, e até fazer o licenciamento antecipado. O não pagamento do IPVA implica multa e impede a realização do licenciamento.

Internet: <<https://www.portaleducacao.com.br>> (com adaptações).

Com relação à tipologia textual, é correto afirmar que o texto 1A1-II é predominantemente

- A) descritivo.
- B) informativo.
- C) argumentativo.
- D) narrativo.
- E) prescritivo.

Comentários:

Predominam no texto informações sobre o IPVA, como ser baseado no valor do veículo, ser requisito para o licenciamento, ser destinado a despesas variadas etc... Então, o texto tem como finalidade informar. Gabarito letra B.

9. (CEBRASPE / SEFAZ-RS / 2018)

Texto 1A2-I

Os direitos humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição. Os direitos humanos incluem o direito à vida e à liberdade, o direito à liberdade de opinião e de expressão, o direito ao trabalho e à educação, entre muitos outros. Todos merecem estes direitos, sem discriminação.

O direito internacional relacionado aos direitos humanos estabelece obrigações para que os governos ajam de determinadas maneiras ou se abstenham de certos atos, a fim de promover e proteger os direitos humanos e as liberdades de grupos ou indivíduos.



Desde o estabelecimento das Nações Unidas, um de seus objetivos fundamentais tem sido promover e encorajar o respeito aos direitos humanos para todos, conforme estipulado na Carta das Nações Unidas.

Os direitos humanos são fundados no respeito pela dignidade e no valor de cada pessoa. São universais, ou seja, são aplicados de forma igual e sem discriminação a todas as pessoas. São inalienáveis — e ninguém pode ser privado de seus direitos humanos —, mas podem ser limitados em situações específicas: o direito à liberdade pode ser restringido se, após o devido processo legal, uma pessoa for julgada culpada de um crime punível com privação de liberdade.

Internet: <<https://nacoesunidas.org>> (com adaptações).

Com relação à tipologia textual, é correto afirmar que o texto 1A2-I apresenta predominantemente

- A) uma combinação de recursos descritivos e narrativos.
- B) recursos da tipologia textual argumentativa.
- C) elementos que caracterizam textos narrativos.
- D) uma articulação entre as tipologias expositiva e narrativa.
- E) elementos que caracterizam a tipologia expositiva.

Comentários:

O texto basicamente expõe características dos direitos humanos, como a universalidade, a inalienabilidade etc... Então, predominam elementos da tipologia expositiva, como verbos no presente universal, o fornecimento de dados, exemplos, o tom objetivo e impessoal. Não há defesa clara e predominante de um ponto de vista nem objetivo de narrar uma história.

A letra B poderia causar dúvidas, mas entendo que não há aqui, de forma PREDOMINANTE, os típicos recursos de argumentação, como citação de autoridades, estatísticas, analogias etc. Basicamente são oferecidas informações sobre tais direitos. Gabarito letra E.



LISTA DE QUESTÕES - NARRAÇÃO - CEBRASPE

1. (CEBRASPE / PGE-PE / ASSISTENTE DE PROCURADORIA / 2019)

Passávamos férias na fazenda da Jureia, que ficava na região de lindas propriedades cafeeiras. Íamos de automóvel até Barra do Piraí, onde pegávamos um carro de boi. Lembro-me do aboio do condutor, a pé, ao lado dos animais, com uma vara: "Xô, Marinheiro! Vâmu, Teimoso!". Tenho ótimas recordações de lá e uma foto da qual gosto muito, da minha infância, às gargalhadas, vestindo um macacão que minha própria mãe costurava, com bastante capricho. Ela fazia um para cada dia da semana, assim, eu podia me esbaldar e me sujar à vontade, porque sempre teria um macacão limpo para usar no dia seguinte.

Jô Soares. O livro de Jô: uma autobiografia desautorizada. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

O texto é essencialmente descritivo, pois detalha lembranças acerca das viagens de férias que a personagem e sua família faziam com frequência durante a sua infância.

2. (CEBRASPE / SEDU-ES / 2010)

Julgue o item que se segue, relativo à interpretação, produção, tipos e gêneros de textos. Anedota, autobiografia e história em quadrinhos são gêneros textuais narrativos.

GABARITO

1. INCORRETA
2. CORRETA



LISTA DE QUESTÕES - DESCRIÇÃO - CEBRASPE

1. (CEBRASPE / MP-CE / CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR / 2020)

Desde os alvares da democracia ateniense, são sobejamente conhecidas as suas relações com a argumentação e a retórica. Porém, tal como a retórica e a argumentação podem ser postas ao serviço da mentira e da manipulação, também em relação à liberdade de expressão se coloca a questão dos seus limites.

O terceiro parágrafo do texto é essencialmente descritivo, porque caracteriza a liberdade de expressão.

GABARITO

1. INCORRETA



LISTA DE QUESTÕES - DISSERTAÇÃO - CEBRASPE

1. (CEBRASPE / CGDF / 2023)

Percebe-se no Brasil um persistente discurso de negação da atividade fiscal, do Estado fiscal, ainda marcado por figuras arcaicas como a do “leão” do imposto de renda, a tão repetida expressão “carga tributária”, entre outras. Essa “demonização” do fisco em muito se justifica por uma deslegitimação do Estado brasileiro como um todo e, na seara tributária, especialmente por não sentir retorno a população em relação ao quanto é onerada. Frise-se, porém, que essa imagem negativa é, às vezes, patrocinada por quem ideologicamente julga desnecessária uma tributação nas proporções em que o Estado brasileiro vem aplicando. Nesse cenário, percebe-se, com linhas mais nítidas, um fenômeno que acompanha toda a história tributária do homem: o da oposição social aos tributos, entendida aqui não como uma predisposição “natural”, “inata” dos contribuintes, mas como todo desvio que afasta o contribuinte do cumprimento de uma obrigação tributária, não sendo naturais as causas que o levam a resistir. O contribuinte resiste diante da cobrança de uma tributação ilícita; diante da cobrança ou da instituição de um tributo por um governo ou legislador ilegítimo; diante da possibilidade de se praticar uma conduta tributária menos onerosa, tendo o contribuinte a liberdade e o direito de resistir à tributação mais severa; e, no caso dos crimes contra a ordem tributária, quando apenas há a vontade livre e consciente de cometer o crime.

A resistência fiscal, assim, tem um conteúdo que ora se distancia dos conceitos clássicos de direito de resistência (objeção de consciência, desobediência civil, greve política, direito de revolta, entre outros), ora se aproxima desses mesmos conceitos. É quando se veem na literatura, especialmente na estrangeira, expressões como “direito de resistência fiscal”, “objeção fiscal”, “desobediência fiscal”, “greve fiscal”, “revolta fiscal”, “rebelião fiscal”. Entre outras, tais expressões relacionam-se com os conceitos de “direito de resistência” e de “resistência fiscal”, tomados como dois gêneros em que algumas espécies coincidem, mas que também possuem pontos incomunicáveis.

Com efeito, dado que seja gênero de múltiplas espécies, podem ser elencadas como modalidades de resistência fiscal: a) a resistência à cobrança de tributos ilícitos/inconstitucionais, que tem total amparo no princípio constitucional da legalidade tributária, tendo os contribuintes direito de resistir a essa tributação ilegal/inconstitucional; b) a resistência à cobrança ou à instituição de tributos que, mesmo amparados na lei e na Constituição Federal de 1988, são, porém, rechaçados pela sociedade, considerados ilegítimos pela população, ou rechaçados por camada social que se veja prejudicada com sua instituição; c) o crime tributário, que não passa de uma ofensa deliberada à lei; e d) a resistência lícita, na qual se opta por alternativa legal menos onerosa ou pela abstenção de conduta tributável.

A história mostrou que a resistência fiscal, por mais que pareça natural e inevitável a toda realidade tributária, teve proporções menores em regimes considerados mais democráticos, uma vez que os abusos e o arbítrio das autoridades foram, em muitas sociedades, as principais causas



para a recusa ao pagamento dos tributos. Verifica-se, assim, uma razão inversamente proporcional entre o quantum democrático de um regime político e a resistência social aos tributos por ele instituídos. Assim, a democracia participativa, em superação aos modelos clássicos e insuficientes da representação ou do exercício semidireto do poder, aponta para uma “relegitimação” do Estado fiscal, na qual a sociedade passa a tomar parte de espaços de decisões políticas.

A sociedade contribuinte deve-se preocupar, portanto, no caminho a ser trilhado em direção a uma educação (para a cidadania) fiscal, não apenas com a “carga tributária”, mas com o destino das arrecadações e com os gastos públicos. Nesse sentido, já existem alguns avanços, como o da Lei n.º 12.741/2012, que obrigou, como direito básico dos consumidores, informarem-se os tributos incidentes e repassados no preço dos produtos, e os programas de educação fiscal ligados aos órgãos fiscais da União, dos estados e das capitais. Muito ainda, porém, estão alheios os cidadãos acerca do que o Estado arrecada e, mais ainda, de como gastam os governantes tais recursos, o que pode aumentar os índices de resistência fiscal na sociedade brasileira.

Isaac Rodrigues Cunha. Resistência fiscal, democracia e educação tributária: fundamentos para uma fiscalidade democrático-participativa por meio de uma “pedagogia fiscal”. Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Direito, Programa de Pós-Graduação em Direito, Fortaleza, 2017 (com adaptações)

Quanto à tipologia e aos gêneros textuais, o texto CB1A1 classifica-se como

- A) narrativo, dado o conjunto de fatos nele relatados
- B) descritivo, pelo volume de dados apresentados.
- C) dissertativo-argumentativo, pela exposição de ideias do autor e de outrem.
- D) jornalístico, dada a programática omissão, pelo autor, de opinião acerca do assunto tratado.

2. (CEBRASPE / MP-CE / CARGOS DE NÍVEL MÉDIO / 2020)

Em qualquer tempo ou lugar, a vida social é sempre marcada por rituais. Essa afirmação pode ser inesperada para muitos, porque tendemos a negar tanto a existência quanto a importância dos rituais na nossa vida cotidiana. Em geral, consideramos que rituais seriam eventos de sociedades históricas, da vida na corte europeia, por exemplo, ou, em outro extremo, de sociedades indígenas. Entre nós, a inclinação inicial é diminuir sua relevância. Muitas vezes comentamos “Ah, foi apenas um ritual”, querendo enfatizar exatamente que o evento em questão não teve maior significado e conteúdo. Por exemplo, um discurso pode receber esse comentário se for considerado superficial em relação à expectativa de um importante comunicado. Ritual, nesse caso, é a dimensão menos importante de um evento, sinal de uma forma vazia, algo pouco sério — e, portanto, “apenas um ritual”. Agimos como se desconhecêssemos que forma e conteúdo estão sempre combinados e associamos o ritual apenas à forma, isto é, à convencionalidade, à rigidez, ao tradicionalismo. Tudo se passa como se nós, modernos, guiados pela livre vontade, estivéssemos liberados desse fenômeno do passado. Em suma, usamos o termo ritual no dia a dia com uma conotação de fenômeno formal e arcaico.

Mariza Peirano. Rituais ontem e hoje. Rio de Janeiro:



Jorge Zahar Editor, 2003, p. 7-8 (com adaptações).

O texto apresentado é predominantemente descritivo, já que exemplifica uma das acepções do termo ritual.

3. (CEBRASPE / PGE-PE / ANA. JUDICIÁRIO DE PROCURADORIA / 2019)

Texto CB2A1-I

Raras vezes na história humana, o trabalho, a riqueza, o poder e o saber mudaram simultaneamente. Quando isso ocorre, sobrevêm verdadeiras descontinuidades que marcam época, pedras miliare no caminho da humanidade. A invenção das técnicas para controlar o fogo, o início da agricultura e do pastoreio na Mesopotâmia, a organização da democracia na Grécia, as grandes descobertas científicas e geográficas entre os séculos XII e XVI, o advento da sociedade industrial no século XIX, tudo isso representa saltos de época, que desorientaram gerações inteiras.

Se observarmos bem, essas ondas longas da história, como as chamava Braudel, tornaram-se cada vez mais curtas. Acabamos de nos recuperar da ultrapassagem da agricultura pela indústria, ocorrida no século XX, e, em menos de um século, um novo salto de época nos tomou de surpresa, lançando-nos na confusão. Dessa vez o salto coincidiu com a rápida passagem de uma sociedade de tipo industrial dominada pelos proprietários das fábricas manufatureiras para uma sociedade de tipo pós-industrial dominada pelos proprietários dos meios de informação.

O fórceps com o qual a recém-nascida sociedade pós-industrial foi extraída do ventre da sociedade industrial anterior é representado pelo progresso científico e tecnológico, pela globalização, pelas guerras mundiais, pelas revoluções proletárias, pelo ensino universal e pelos meios de comunicação de massa. Agindo simultaneamente, esses fenômenos produziram uma avalanche ciclópica — talvez a mais irresistível de toda a história humana — na qual nós, contemporâneos, temos o privilégio e a desventura de estar envolvidos em primeira pessoa.

Ninguém poderia ficar impassível diante de uma mudança dessa envergadura. Por isso a sensação mais difundida é a desorientação.

A nossa desorientação afeta as esferas econômica, familiar, política, sexual, cultural... É um sintoma de crescimento, mas é também um indício de um perigo, porque quem está desorientado sente-se em crise, e quem se sente em crise deixa de projetar o próprio futuro. Se deixarmos de projetar nosso futuro, alguém o projetará para nós, não em função de nossos interesses, mas do seu próprio proveito.

Domenico de Masi. Alfabeto da sociedade desorientada: para entender o nosso tempo. Trad. Silvana Cobucci e Federico Carotti. São Paulo: Objetiva, 2017, p. 93-4 (com adaptações).

O texto caracteriza-se como dissertativo-argumentativo, devido, entre outros aspectos, à presença de evidências e fatos históricos utilizados para validar a argumentação do autor.

4. (CEBRASPE / SEFAZ-RS / AUDITOR FISCAL / 2019)

Texto 1A11-I

Pixis foi um músico medíocre, mas teve o seu dia de glória no distante ano de 1837.

Em um concerto em Paris, Franz Liszt tocou uma peça do (hoje) desconhecido compositor, junto com outra, do admirável, maravilhoso e extraordinário Beethoven (os adjetivos aqui podem



ser verdadeiros, mas — como se verá — relativos). A plateia, formada por um público refinado, culto e um pouco bovino, como são, sempre, os homens em ajuntamentos, esperava com impaciência.

Liszt tocou Beethoven e foi calorosamente aplaudido. Depois, quando chegou a vez do obscuro e inferior Pixis, manifestou-se o desprezo coletivo. Alguns, com ouvidos mais sensíveis, depois de lerem o programa que anunciava as peças do músico menor, retiraram-se do teatro, incapazes de suportar música de má qualidade.

Como sabemos, os melômanos são impacientes com as obras de epígonos, tão céleres em reproduzir, em clave rebaixada, as novas técnicas inventadas pelos grandes artistas.

Liszt, no entanto, registraria que um erro tipográfico invertera, no programa do concerto, os nomes de Pixis e Beethoven...

A música de Pixis, ouvida como sendo de Beethoven, foi recebida com entusiasmo e paixão, e a de Beethoven, ouvida como sendo de Pixis, foi enxovalhada.

Esse episódio, cômico se não fosse doloroso, deveria nos tornar mais atentos e menos arrogantes a respeito do que julgamos ser arte.

Desconsiderar, no fenômeno estético, os mecanismos de recepção é correr o risco de aplaudir Pixis como se fosse Beethoven.

Charles Kiefer. O paradoxo de Pixis. In: Para ser escritor. São Paulo: Leya, 2010 (com adaptações).

O autor do texto 1A11-I apresenta a narrativa do concerto de Liszt com o propósito de

- A) reconhecer que Pixis era tão genial quanto Beethoven.
- B) criticar o modo como algumas pessoas consomem arte.
- C) dar notoriedade à carreira de Pixis.
- D) alertar o público de que não se deve confiar em tudo que se lê.
- E) incentivar o público a ampliar seu repertório musical.

5. (CEBRASPE / SEFAZ-RS / AUDITOR FISCAL / 2019)

Texto 1A3-I

A política tributária não se restringe ao objetivo de abastecer os cofres públicos, mas tem também objetivos econômicos e sociais. Se fosse aumentada a tributação sobre um produto considerado nocivo para o consumidor ou para a sociedade, o seu consumo poderia ser desestimulado. Caso a intenção fosse promover uma melhor distribuição de renda, o Estado poderia reduzir tributos incidentes sobre os produtos mais consumidos pela população de renda mais baixa e elevar os tributos sobre a renda da classe mais alta.

Por outro lado, se o Estado reduzisse a tributação de determinado setor da economia, os custos desse setor diminuiriam, o que possibilitaria a queda dos preços de seus produtos e poderia gerar um crescimento das vendas. Outro efeito viável dessa política seria o aumento do lucro das empresas, favorecendo-se, assim, a elevação dos seus investimentos — e, conseqüentemente, da produção — e o surgimento de novas empresas, o que provavelmente resultaria no crescimento da produção, bem como no acirramento da concorrência, com possíveis reflexos sobre os preços. Em qualquer um desses cenários, o setor seria estimulado.



Internet: <<https://politicaspublicas.almg.gov.br>> (com adaptações).

O texto 1A3-I organiza-se de forma a apresentar

- A) argumentos em favor dos objetivos do Estado com relação à política tributária, para convencer o leitor.
- B) possíveis consequências sociais e econômicas da política tributária.
- C) procedimentos da atividade de tributação, destacando sua natureza fiscal.
- D) defesa de ações governamentais mais efetivas no que se refere à política tributária.
- E) razões para a diminuição de impostos ser considerada mais benéfica que o aumento destes.

6. (CEBRASPE / CGE-CE / CONHEC. BÁSICOS / 2019)

Texto CB1A1-II

Ainda hoje, em muitos rincões do nosso país, são encontrados administradores públicos cujas ações em muito se assemelham às de Nabucodonosor, rei do império babilônico, que, buscando satisfazer sua rainha Meda, saudosa das colinas e florestas de sua pátria, providenciou a construção de estupendos jardins suspensos. Essa excentricidade, que consumiu anos de labor e gastos incalculáveis, culminou em uma das sete maravilhas do mundo antigo.

Tal “maravilha”, que originou mais ônus do que propriamente benefícios, apresenta grande similitude com devaneios atuais em que se constata o gasto de dinheiro público com atos de motivação fútil e imoral, finalidade dissociada do interesse público e em total afronta à razoabilidade administrativa, com flagrante desproporção entre o numerário despendido e o benefício auferido pela coletividade.

Além da insensatez detectada em alguns atos de administração, constata-se a existência de situação mais grave e preocupante, a degeneração de caráter em muitos entre os que ascendem à gestão do interesse público. Essa degeneração, em alguns casos, precede a investidura; em outros, tem causas endêmicas, sendo o resultado inevitável da interação com um meio viciado.

Emerson Garcia e Rogério Pacheco Alves. *Improbidade administrativa*. 8.^a ed. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 47 (com adaptações)

No texto CB1A1-II, predomina a tipologia

- A) injuntiva.
- B) narrativa.
- C) descritiva.
- D) expositiva.
- E) argumentativa.

7. (CEBRASPE / PGE-PE–Assistente de Procuradoria – 2019)

A modernidade é um contrato. Todos nós aderimos a ele no dia em que nascemos, e ele regula nossa vida até o dia em que morremos. Pouquíssimos entre nós são capazes de rescindi-lo ou transcendê-lo. Esse contrato configura nossa comida, nossos empregos e nossos sonhos; ele decide onde moramos, quem amamos e como morremos.



À primeira vista, a modernidade parece ser um contrato extremamente complicado, por isso poucos tentam compreender no que exatamente se inscreveram. É como se você tivesse baixado algum software e ele te solicitasse assinar um contrato com dezenas de páginas em “juridiquês”; você dá uma olhada nele, passa imediatamente para a última página, tica em “concordo” e esquece o assunto. Mas a modernidade, de fato, é um contrato surpreendentemente simples. O contrato interno pode ser resumido em uma única frase: humanos concordam em abrir mão de significado em troca de poder.

Yuval Noah Harari. Homo Deus: uma breve história do amanhã. São Paulo: Companhia das Letras, 2016 (com adaptações).

O texto apresenta estratégia argumentativa que visa aproximar o leitor das ideias desenvolvidas pelo autor.

8. (CEBRASPE / SEFAZ-RS / 2018)

Texto 1A1-II

O imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) é um tributo que deve ser pago todo ano pelos donos de qualquer tipo de veículo. O valor do IPVA é calculado com base no valor do veículo comprado, e sua quitação é um requisito para o licenciamento.

Do total arrecadado com cada veículo, 50% vão para o governo estadual e os outros 50%, para o município no qual o veículo tiver sido emplacado. Essa arrecadação, recolhida pela União, pelos estados ou pelos municípios, não é exclusivamente destinada a asfaltamento de ruas e colocação de sinais, isto é, a manutenção de rodovias, mas pode abranger despesas com educação, saúde, segurança, saneamento, entre outros.

Para pagar o IPVA, o proprietário de veículo recebe em sua casa um aviso de vencimento do imposto, com informações sobre o veículo, valores, datas, parcelas, formas de pagamento. Com esse documento é possível quitar o IPVA, juntamente com o seguro obrigatório, e até fazer o licenciamento antecipado. O não pagamento do IPVA implica multa e impede a realização do licenciamento.

Internet: <<https://www.portaleducacao.com.br>> (com adaptações).

Com relação à tipologia textual, é correto afirmar que o texto 1A1-II é predominantemente

- A) descritivo.
- B) informativo.
- C) argumentativo.
- D) narrativo.
- E) prescritivo.

9. (CEBRASPE / SEFAZ-RS / 2018)

Texto 1A2-I

Os direitos humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição. Os direitos humanos incluem o direito à vida e à liberdade, o direito à liberdade de opinião e de expressão,



o direito ao trabalho e à educação, entre muitos outros. Todos merecem estes direitos, sem discriminação.

O direito internacional relacionado aos direitos humanos estabelece obrigações para que os governos ajam de determinadas maneiras ou se abstenham de certos atos, a fim de promover e proteger os direitos humanos e as liberdades de grupos ou indivíduos.

Desde o estabelecimento das Nações Unidas, um de seus objetivos fundamentais tem sido promover e encorajar o respeito aos direitos humanos para todos, conforme estipulado na Carta das Nações Unidas.

Os direitos humanos são fundados no respeito pela dignidade e no valor de cada pessoa. São universais, ou seja, são aplicados de forma igual e sem discriminação a todas as pessoas. São inalienáveis — e ninguém pode ser privado de seus direitos humanos —, mas podem ser limitados em situações específicas: o direito à liberdade pode ser restringido se, após o devido processo legal, uma pessoa for julgada culpada de um crime punível com privação de liberdade.

Internet: <<https://nacoesunidas.org>> (com adaptações).

Com relação à tipologia textual, é correto afirmar que o texto 1A2-I apresenta predominantemente

- A) uma combinação de recursos descritivos e narrativos.
- B) recursos da tipologia textual argumentativa.
- C) elementos que caracterizam textos narrativos.
- D) uma articulação entre as tipologias expositiva e narrativa.
- E) elementos que caracterizam a tipologia expositiva.

GABARITO

1. LETRA C
2. INCORRETA
3. CORRETA
4. LETRA B
5. LETRA B
6. LETRA E
7. CORRETA
8. LETRA B
9. LETRA E



NOÇÕES BÁSICAS DE “TEXTO”

Olá, pessoal!

Nesta aula estudaremos o tópico mais cobrado nos concursos públicos: *interpretação de texto*!

Sozinho, o tópico “Compreensão e Interpretação de textos” é responsável por 27% a 40% de toda a prova, ao analisarmos os editais dos últimos dois anos.

Por isso, cara Aluna e caro Aluno, sugiro que se aprofunde neste assunto e resolva muitas questões. Ao longo da aula traremos formas de interpretar os textos de acordo com o que as bancas geralmente têm cobrado nas últimas provas.

A Interpretação de Textos é um exercício gradativo. Não é necessário nem recomendável ler todos os textos de uma vez! Sugiro que você divida essa aula em duas e aproveite melhor a lista de questões!

Uma boa interpretação de textos pressupõe uma série de conhecimentos e habilidades, anteriores ao texto em si.

O leitor precisa reconhecer:

- ✓ o contexto (situação/situacionalidade);
- ✓ a finalidade principal do texto: se é informar, narrar, descrever, e como essa intenção se materializa (intencionalidade discursiva);
- ✓ a linguagem: se é literal ou figurada; irônica; se tem um propósito estético, poético, lírico, além da sua mensagem principal;
- ✓ informações implícitas, quando há;
- ✓ referência a informações fora do texto ou a outros textos e se essas referências são parte do conhecimento de mundo do leitor (para que possa entender aceitar essa mensagem – aceitabilidade).

Enfim... Há muitos conceitos subjacentes à construção de um texto. A partir de agora, veremos os principais.

Grande abraço e ótimos estudos!

Time de Português



LINGUAGEM VERBAL E NÃO VERBAL

O **texto verbal** é aquele que se materializa em linguagem escrita ou falada.

O **texto “não verbal”** é o que usa outros elementos, que não a fala ou a escrita: imagens, música, gestos, escultura. Sinais, placas, pinturas, sons, linguagem corporal são todos elementos de linguagem “não verbal”. Comparem dois textos de mesma temática, mas escritos com linguagens diferentes:

Linguagem Verbal:

Urbanização é o crescimento das cidades, tanto em população quanto em extensão territorial. É o processo em que o espaço rural transforma-se em espaço urbano, com a consequente migração populacional do tipo campo-cidade que, quando ocorre de forma intensa e acelerada, é chamada de êxodo rural.

Linguagem Não Verbal:



Em prova, é comum a banca trazer textos “mistos”, “híbridos”, com elementos verbais e não verbais, ao mesmo tempo. Teremos então imagens e palavras. Vejamos:



Copyright ©1999 Mauricio de Sousa Produções Ltda. Todos os direitos reservados.

6493



LINGUAGEM LITERÁRIA E NÃO LITERÁRIA

A diferença básica entre um texto literário e um não literário é a função.

O **texto literário** tem uma *função estética*, tem ênfase no plano da expressão, ou seja, a forma é essencial ao texto.

Por isso, no texto literário, com função poética, abundam recursos estilísticos, como ritmo, versificação, estrutura planejada, figuras de som (rimas, aliterações), linguagem figurada, conotativa... Um texto literário não pode ser resumido, não pode ser alterado sem prejuízo. Se trocarmos uma palavra de lugar, perdemos o efeito estético de uma rima, por exemplo.

O **texto não literário** tem foco no *plano do conteúdo*, na informação, na referência que fornece, por isso pode ser resumido, reescrito de outras formas, sem prejuízo da mensagem original. Sua finalidade é utilitária (informar, convencer, explicar, documentar...), por isso preza pela objetividade, não pela forma. Compare:

Linguagem não literária:

Aos cinquenta anos, inesperadamente, apaixonei-me de novo.

Linguagem literária:

Na curva dos cinquenta derrapei neste amor. (Carlos Drummond de Andrade)

Veja que o segundo fragmento traz uma linguagem figurada (conotativa), por meio da metáfora “derrapar na curva”. Então, a preocupação estética, lírica, na elaboração da mensagem marca o texto literário.

OBS: A distinção vista acima não impede que textos utilitários (artigos, narrações, propagandas) tenham também efeitos estilísticos. A linguagem publicitária, por exemplo, abusa de efeitos estéticos em sua criação.



INTERTEXTUALIDADE

Basicamente, a intertextualidade é **comunicação/diálogo entre textos** (texto escrito, música, pintura, obra audiovisual...), isto é, ocorre intertextualidade quando um texto faz referência a outro, de forma implícita (de forma oculta, de modo que o leitor depende de seu conhecimento de mundo para identificar a referência) ou explícita (por exemplo, numa citação direta, com identificação da autoria do outro texto citado).

Vejam as principais formas de intertextualidade:

Citação: É a **reprodução** do discurso alheio, normalmente **entre aspas** e com indicação da autoria.

Epígrafe: **Citação curta** colocada em uma página no início da obra ou destacada no início de um capítulo. Normalmente abre uma narrativa com a reprodução de frase célebre que anuncia ou resume a temática do capítulo/obra que se inicia.



EXEMPLIFICANDO

Se um homem tem um talento e não tem capacidade de usá-lo, ele fracassou. Se ele tem um talento e usa somente a metade deste, ele fracassou parcialmente. Se ele tem um talento e de certa forma aprende a usá-lo em sua totalidade, ele triunfou gloriosamente e obteve uma satisfação e um triunfo que poucos homens conhecerão.

Thomas Wolfe

Paródia: é a **criação de um texto a partir de outro**, com finalidade humorística, irônica.



EXEMPLIFICANDO

Rua Nascimento Silva, 107
Você ensinando pra Elizete
As canções de canção do amor demais

Minha janela não passa de um quadrado
A gente só vê cimento armado
Onde antes se via o Redentor

É, meu amigo, só resta uma certeza
É preciso acabar com a natureza
É melhor lotear o nosso amor
Original - Carta ao Tom 74 -
Toquinho e Vinícius de Moraes

Rua Nascimento Silva, 107
Eu saio correndo do pivete
Tentando alcançar o elevador

Minha janela não passa de um quadrado
A gente só vê Sérgio Dourado
Onde antes se via o Redentor

É, meu amigo Só resta uma certeza
É preciso acabar com a natureza
É melhor lotear o nosso amor
Paródia "Carta do Tom" –
Chico Buarque

Veja exemplos famosos, com linguagem também não verbal.





Paráfrase: é a criação de um texto a partir de outro, é uma reescritura de ideias com outras palavras. A paráfrase não tem finalidade humorística, mas sim reproduz, preserva e confirma a ideologia do texto original.

Tradução: é a reprodução de um texto de uma língua para outra.

Referência/Alusão: é uma referência a outro texto, mas de forma vaga, indireta, sem indicação. Depende do conhecimento de mundo do leitor para fazer sentido.

Ex: “Profissão Mestre Adverte: dar aulas pode ser prejudicial à saúde”.

Veja que há referência insinuada às propagandas do Ministério da Saúde acerca do cigarro.



Essas definições e exemplos são de difícil diferenciação em muitos casos, então a banca pode muito bem não diferenciar precisamente os conceitos. O importante é reconhecer que são todas formas de intertextualidade, de comunicação entre textos.



(SANASA - CAMPINAS (SP) / 2019 - Adaptada)

Considere o trecho hipotético de uma conversa entre um cidadão-usuário e um atendente da empresa prestadora de serviços, conforme abaixo.

Atendente: “Por favor, senhor, me explique o que está acontecendo?”



Cidadão-usuário: *A fatura da minha conta de água dos cinco últimos meses não passava de R\$ 90,00, mas a desse mês veio R\$ 280,00! Eu não sei se tem um vazamento na caixa ou se o relógio de medição quebrou.*

Atendente: *“Pelo que o senhor está me relatando, o senhor está com dúvida na sua conta de água e pode ter um problema com a sua instalação.*

Cidadão-usuário: *“Sim, é isso mesmo!”*

Nesse trecho de conversa, o atendente utilizou de um recurso denominado paródia.

Comentários:

Da análise da conversa, percebemos que o atendente **repetiu** o que o cliente disse, por meio da utilização de outras palavras, de modo a tornar a compreensão mais fácil. Tal recurso é a “paráfrase”. Lembre-se que a paródia tem a finalidade humorística, irônica. Questão incorreta.



INTERPRETAÇÃO E COMPREENSÃO

Embora muitos alunos os tratem por sinônimos, interpretar e compreender são ações diferentes. Sem filosofar muito, para efeito de prova, **interpretar** é ser capaz de depreender informações do texto, deduzir baseado em pistas, inferir um subtexto, **que não está explícito, mas está pressuposto**.

Compreender, por sua vez, seria **localizar uma informação explícita** no texto e não depende de nenhuma inferência, porque está clara.

Essa diferença aparece nos enunciados, quando a banca nos informa se uma questão deve ser resolvida por **recorrência** (compreensão) ou por **inferência** (interpretação).

Veremos aqui uma breve distinção teórica e depois partiremos para as questões, porque só aprendemos a interpretar lendo e interpretando.

Recorrência:

O leitor deve buscar no texto aquela informação, sabendo que a resposta estará escrita com outras palavras, em forma de paráfrase, ou seja, de uma reescritura. É o tipo mais comum: a resposta está direta e literal no texto.

Inferência:

O leitor deve fazer deduções a partir do texto. O fundamento da dedução será um pressuposto, ou seja, uma pista, vestígios que o texto traz. Deduzir além das pistas do texto é extrapolar. Geralmente questões de inferência trazem o seguinte enunciado: “depreende-se das ideias do texto”.

Ex: Douglas **parou** de fumar.

Nessa informação temos um **pressuposto**, indicado no verbo parar. Só para de fumar quem começou a fumar. Então podemos inferir, deduzir, depreender dessa frase que Douglas fumava.

Ex: A população **supõe** que os senadores **se tornarão** defensores da nova democracia.

O uso do verbo “supõe” **sugere** uma crença no que não é verdadeiro. A forma “se tornarão” indica mudança de estado, o que nos permite deduzir que o estado atual não é esse. Em outras palavras, os senadores não são defensores da nova democracia. A propósito, o adjetivo ‘nova’ permite presumir a existência de uma democracia “velha”.

Os **subentendidos**, ao contrário dos pressupostos, não são decorrências necessárias das pistas, mas são deduções subjetivas, são **informações presumidas e insinuadas**.

Imagine os seguintes diálogos entre pessoas no ponto de ônibus:

Ex: — **Você tem relógio?**
— São 11 horas.
— Obrigado!

Há aqui um subentendido: “quero saber que horas são”, que foi prontamente captado pelo ouvinte.

Ex: — **Você tem isqueiro?**



—Tenho sim. Por quê?

—!!!

Há neste exemplo um subentendido na pergunta: “gostaria de acender meu cigarro”. Mas o ouvinte não compreendeu a informação subentendida e respondeu de forma literal à pergunta insinuada.

O **pressuposto**, embora traga informação implícita, está **visivelmente registrado no teor daquelas palavras**, está “marcado linguisticamente”, ao passo que o **subentendido** é uma insinuação, não marcada linguisticamente, ou seja, **não está propriamente nas palavras, é extralinguístico**, está nas entrelinhas.

Por isso, a leitura literal das palavras pode levar a outra interpretação e não à informação subentendida.

Enfim, pessoal, infelizmente não há uma dica milagrosa para interpretação. Teremos sempre que fazer esse exercício de buscar informações explícitas e implícitas no texto, baseado em vestígios e pistas, nas entrelinhas, ou muitas vezes encontrando a reescritura equivalente de uma ideia apresentada.



(ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO AMAPÁ / 2020 - Adaptado)

Novas formas de vida?

Uma forma radical de mudar as leis da vida é produzir seres completamente inorgânicos. Os exemplos mais óbvios são programas de computador e vírus de computador que podem sofrer evolução independente.

*O campo da programação genética é hoje um dos mais interessantes no mundo da ciência da computação. Esta tenta emular os métodos da evolução genética. Muitos programadores sonham em criar um programa capaz de aprender e evoluir de maneira totalmente independente de seu criador. Nesse caso, o programador seria um *primum mobile*, um primeiro motor, mas sua criação estaria livre para evoluir em direções que nem seu criador nem qualquer outro humano jamais poderiam ter imaginado.*

Um protótipo de tal programa já existe – chama-se vírus de computador. Conforme se espalha pela internet, o vírus se replica milhões e milhões de vezes, o tempo todo sendo perseguido por programas de antivírus predatórios e competindo com outros vírus por um lugar no ciberespaço. Um dia, quando o vírus se replica, um erro ocorre – uma mutação computadorizada. Talvez a mutação ocorra porque o engenheiro humano programou o vírus para, ocasionalmente, cometer erros aleatórios de replicação. Talvez a mutação se deva a um erro aleatório. Se, por acidente, o vírus modificado for melhor para escapar de programas antivírus sem perder sua capacidade de invadir outros computadores, vai se espalhar pelo ciberespaço. Com o passar do tempo, o ciberespaço estará cheio de novos vírus que ninguém produziu e que passam por uma evolução inorgânica.

Essas são criaturas vivas? Depende do que entendemos por “criaturas vivas”. Mas elas certamente foram criadas a partir de um novo processo evolutivo, completamente independente das leis e limitações da evolução orgânica.

No último parágrafo do texto, sugere-se que o âmbito da biologia e da genética não inclui processos que se possam reconhecer como propriamente evolutivos.

Comentários:

O autor diz justamente o contrário: “elas certamente foram criadas a partir de um novo processo evolutivo”.



Pense assim: se é um "novo processo evolutivo", significa que havia um antigo processo evolutivo que era considerado. Portanto, não se pode dizer que "o âmbito da biologia e da genética **não** inclui processos que se possam reconhecer como propriamente evolutivos". Questão incorreta.



ESQUEMATIZANDO

Leia o texto todo. Leia outra vez, marcando as ideias centrais de cada parágrafo, que frequentemente vêm no seu início.

A ideia central na introdução e na conclusão é a tese. No desenvolvimento é o tópico frasal.

Questões de recorrência são resolvidas encontrando uma paráfrase. Questões de inferência exigem uma dedução baseada e pressupostos.



JULGAMENTO DE ASSERTIVAS: PRINCIPAIS ERROS

Pessoal, vamos ver agora os principais raciocínios equivocados que fazem o aluno errar na hora da prova.

Extrapolar:

Esse é o **erro mais comum**. O texto vai até um limite e o examinador oferece uma assertiva que “vai além” desse limite.

O examinador inventa aspectos que não estão contidos no texto e o candidato, por não ter entendido bem o texto, preenche essas lacunas com a imaginação, fazendo outras associações, à margem do texto, estimulado pela assertiva errada. O exemplo mais perigoso é a extrapolação com informação verdadeira, mas que não está no texto.

Limitar e Restringir:

É o contrário da extrapolação. Geralmente se manifesta na **supressão de informação essencial** para o texto. A assertiva reducionista omite parte do que foi dito ou restringe o fato discutido a um universo menor de possibilidades.

Acrescentar opinião:

Nesse tipo de assertiva errada, o examinador **parafraseia parte do texto, mas acrescenta um pouco da sua própria opinião**, opinião esta que não foi externada pelo autor.

A armadilha dessas afirmativas está em embutir uma opinião que não está no texto, mas que está na consciência coletiva, pelo fato de ser um clichê ou senso comum que o candidato possa compartilhar.

Contradizer o texto.

O texto original diz “A” e o **texto parafraseado da assertiva errada diz “Não A” ou “B”**.

Para disfarçar essa contradição, a banca usará muitas palavras do texto, fará uma paráfrase muito semelhante, mas com um vocábulo crucial que fará o sentido ficar inverso ao do texto.

Tangenciar o tema.

O examinador cria uma assertiva que aparentemente se relaciona ao tema, mas **fala de outro assunto**, remotamente correlato. No mundo dos fatos, aqueles dois temas podem até ser afins, mas no texto não se falou do segundo, só do primeiro; então houve fuga ao tema.

Vamos fazer um exercício e localizar esses erros num texto.



(ESTRATÉGIA CONCURSOS / QUESTÃO INÉDITA / 2020) As causas do desemprego no mundo



Atualmente o mundo atingiu um nível muito alto de desemprego, fato que só havia acontecido, em proporções similares, após a crise de 29.

Segundo os órgãos internacionais, existem hoje, aproximadamente, 850 milhões de pessoas desempregadas, algumas profissões foram superadas outras extintas, o crescimento constante de tecnologias provoca alterações no mercado de trabalho em todo o mundo.

Até mesmo em países de terceiro mundo, as fábricas e indústrias estão sofisticadas e modernas. As empresas são obrigadas a investir maciçamente em tecnologia para garantir rapidez e melhorar a qualidade, itens necessários em um mercado tão competitivo.

De acordo com os fragmentos abaixo, julgue os itens:

I- Consoante algumas instituições internacionais, um número próximo de 850 milhões de pessoas estão desempregadas, pois o desenvolvimento das tecnologias de automação modificou profundamente as relações de trabalho, aumentando a rotatividade nos postos de trabalho.

II- Segundo o autor, o desemprego no Brasil atingiu um nível muito alto, algo que só ocorrera após a depressão de 1929.

III- Fábricas em países de terceiro mundo, ao contrário do que possa parecer, ostentam plantas modernas, em que há grandes investimentos em tecnologia, pois esse é um fator necessário para sobreviver num mercado competitivo, assim como a qualidade da mão de obra.

IV- De acordo com organismos internacionais, há aproximadamente 850 milhões de desempregados, tendo em vista que algumas profissões foram superadas e extintas, além do fato de que o crescimento constante de tecnologias provoca manutenção das relações de trabalho no mercado em todo o mundo. Tal nível de desemprego é sem precedentes na história.

V- Os investimentos em tecnologia são um grande fator para a deterioração dos benefícios trabalhistas, constitucionalmente garantidos, acentuando a condição de hipossuficiente dos operários das modernas e sofisticadas fábricas em todo o mundo.

Comentários:

I- No primeiro item, há extrapolação. O texto não menciona nada sobre automação nem sobre rotatividade de trabalho; embora seja possível fazer essas associações à luz do tema “desemprego” isso foi além do que estava escrito no texto. Essas informações não estão contidas.

II- Houve redução drástica da abrangência do tema. O autor fala do desemprego em todo o mundo; a assertiva somente menciona o Brasil, tornando o universo da discussão muito restrito.

III- Esse “ao contrário do que possa parecer” é opinião do examinador levemente embutida no item. O texto não diz claramente que as fábricas parecem menos modernas. Pelo contrário, diz que até as fábricas em países de terceiro mundo estão sofisticadas; então poderíamos até entender um sentido concessivo de que não é esperado que essas fábricas sejam modernas, mas isso é diferente de dizer que “não parecem” modernas. também foi acrescentada uma outra opinião: que “a qualidade da mão de obra é tão importante quanto a tecnologia”. Essas opiniões são compartilhadas por muitas pessoas, então o candidato pode se identificar e marcar o item como certo. Contudo, não constam no texto escrito.

IV- O item é quase todo igual ao texto original, mas no finalzinho traz uma informação oposta: “o crescimento constante de tecnologias provoca manutenção das relações de trabalho”. Não há manutenção, há mudanças constantes, nas palavras do autor, há “alterações”. Também contradiz o texto a parte: “Tal nível de desemprego é sem precedentes na história”. Isso não é verdade, pois também houve desemprego alto após a crise de 29, conforme o texto.



V- O tema do texto é o aumento do desemprego. Esta assertiva menciona indiretamente a tecnologia, mas foca em outro tema: “direitos trabalhistas”. Embora remotamente relacionados, houve fuga ao objeto principal do texto.

Dessa forma, observamos que, embora todas as alternativas tragam palavras muito semelhantes às do texto, todos os itens estão errados. Gabarito EEEEE.

Viram, pessoal? É assim que a banca trabalha para enganar você: muda pequenas partes do texto, subtraindo ou acrescentando informações com o propósito de mudar o sentido da assertiva.

Agora que já vimos toda a teoria, é hora de Praticar!



QUESTÕES COMENTADAS - COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO - CEBRASPE

1. (CEBRASPE / CGDF / 2023)

Percebe-se no Brasil um persistente discurso de negatização da atividade fiscal, do Estado fiscal, ainda marcado por figuras arcaicas como a do “leão” do imposto de renda, a tão repetida expressão “carga tributária”, entre outras. Essa “demonização” do fisco em muito se justifica por uma deslegitimação do Estado brasileiro como um todo e, na seara tributária, especialmente por não sentir retorno a população em relação ao quanto é onerada. Frise-se, porém, que essa imagem negativa é, às vezes, patrocinada por quem ideologicamente julga desnecessária uma tributação nas proporções em que o Estado brasileiro vem aplicando.

Nesse cenário, percebe-se, com linhas mais nítidas, um fenômeno que acompanha toda a história tributária do homem: o da oposição social aos tributos, entendida aqui não como uma predisposição “natural”, “inata” dos contribuintes, mas como todo desvio que afasta o contribuinte do cumprimento de uma obrigação tributária, não sendo naturais as causas que o levam a resistir. O contribuinte resiste diante da cobrança de uma tributação ilícita; diante da cobrança ou da instituição de um tributo por um governo ou legislador ilegítimo; diante da possibilidade de se praticar uma conduta tributária menos onerosa, tendo o contribuinte a liberdade e o direito de resistir à tributação mais severa; e, no caso dos crimes contra a ordem tributária, quando apenas há a vontade livre e consciente de cometer o crime.

A resistência fiscal, assim, tem um conteúdo que ora se distancia dos conceitos clássicos de direito de resistência (objeção de consciência, desobediência civil, greve política, direito de revolta, entre outros), ora se aproxima desses mesmos conceitos. É quando se veem na literatura, especialmente na estrangeira, expressões como “direito de resistência fiscal”, “objeção fiscal”, “desobediência fiscal”, “greve fiscal”, “revolta fiscal”, “rebelião fiscal”. Entre outras, tais expressões relacionam-se com os conceitos de “direito de resistência” e de “resistência fiscal”, tomados como dois gêneros em que algumas espécies coincidem, mas que também possuem pontos incomunicáveis.

Com efeito, dado que seja gênero de múltiplas espécies, podem ser elencadas como modalidades de resistência fiscal: a) a resistência à cobrança de tributos ilícitos/inconstitucionais, que tem total amparo no princípio constitucional da legalidade tributária, tendo os contribuintes direito de resistir a essa tributação ilegal/inconstitucional; b) a resistência à cobrança ou à instituição de tributos que, mesmo amparados na lei e na Constituição Federal de 1988, são, porém, rechaçados pela sociedade, considerados ilegítimos pela população, ou rechaçados por camada social que se veja prejudicada com sua instituição; c) o crime tributário, que não passa de uma ofensa deliberada à lei; e d) a resistência lícita, na qual se opta por alternativa legal menos onerosa ou pela abstenção de conduta tributável.

A história mostrou que a resistência fiscal, por mais que pareça natural e inevitável a toda



realidade tributária, teve proporções menores em regimes considerados mais democráticos, uma vez que os abusos e o arbítrio das autoridades foram, em muitas sociedades, as principais causas para a recusa ao pagamento dos tributos. Verifica-se, assim, uma razão inversamente proporcional entre o quantum democrático de um regime político e a resistência social aos tributos por ele instituídos. Assim, a democracia participativa, em superação aos modelos clássicos e insuficientes da representação ou do exercício semidireto do poder, aponta para uma "relegitimação" do Estado fiscal, na qual a sociedade passa a tomar parte de espaços de decisões políticas.

A sociedade contribuinte deve-se preocupar, portanto, no caminho a ser trilhado em direção a uma educação (para a cidadania) fiscal, não apenas com a "carga tributária", mas com o destino das arrecadações e com os gastos públicos. Nesse sentido, já existem alguns avanços, como o da Lei n.º 12.741/2012, que obrigou, como direito básico dos consumidores, informarem-se os tributos incidentes e repassados no preço dos produtos, e os programas de educação fiscal ligados aos órgãos fiscais da União, dos estados e das capitais. Muito ainda, porém, estão alheios os cidadãos acerca do que o Estado arrecada e, mais ainda, de como gastam os governantes tais recursos, o que pode aumentar os índices de resistência fiscal na sociedade brasileira.

Isaac Rodrigues Cunha. Resistência fiscal, democracia e educação tributária: fundamentos para uma fiscalidade democrático-participativa por meio de uma "pedagogia fiscal". Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Direito, Programa de Pós-Graduação em Direito, Fortaleza, 2017 (com adaptações)

Conforme se depreende da leitura do terceiro parágrafo do texto CB1A1, as expressões "resistência fiscal" e "direito de resistência" são, do ponto de vista conceitual,

- A) antitéticas.
- B) complementares.
- C) totalmente equivalentes.
- D) pontualmente inter-relacionadas.

Comentários:

O terceiro parágrafo traz a ideia de que "resistência fiscal" e "direito de resistência" podem ser, em algumas situações, sinônimos; em outras, porém, são completamente diferentes. Em suma, pontualmente se relacionam, mas nem sempre.

A resistência fiscal, assim, tem um conteúdo que ora se distancia dos conceitos clássicos de direito de resistência (objeção de consciência, desobediência civil, greve política, direito de revolta, entre outros), ora se aproxima desses mesmos conceitos. É quando se veem na literatura, especialmente na estrangeira, expressões como "direito de resistência fiscal", "objeção fiscal", "desobediência fiscal", "greve fiscal", "revolta fiscal", "rebelião fiscal". Entre outras, tais expressões relacionam-se com os conceitos de "direito de resistência" e de "resistência fiscal", tomados como dois gêneros em que algumas espécies coincidem, mas que também possuem



pontos incomunicáveis.

Em suma, ora coincidem, ora são incomunicáveis. Portanto, as expressões “resistência fiscal” e “direito de resistência” são, do ponto de vista conceitual, pontualmente inter-relacionadas.

Gabarito letra D.

2. (CEBRASPE / CGDF / 2023) Utilize o texto da questão anterior

Entende-se da leitura do texto CB1A1 que a “resistência fiscal” é

- A) fenômeno inexistente no Brasil.
- B) fonte de insatisfação dos cidadãos.
- C) movimento verificável em diversas sociedades ao longo da história.
- D) consequência de políticas públicas que promovem justiça social.

Comentários:

O texto menciona a resistência fiscal no terceiro parágrafo:

A resistência fiscal, assim, tem um conteúdo que ora se distancia dos conceitos clássicos de direito de resistência (objeção de consciência, desobediência civil, greve política, direito de revolta, entre outros), ora se aproxima desses mesmos conceitos. É quando se veem na literatura, especialmente na estrangeira, expressões como “direito de resistência fiscal”, “objeção fiscal”, “desobediência fiscal”, “greve fiscal”, “revolta fiscal”, “rebelião fiscal”. Entre outras, tais expressões relacionam-se com os conceitos de “direito de resistência” e de “resistência fiscal”, tomados como dois gêneros em que algumas espécies coincidem, mas que também possuem pontos incomunicáveis.

Depois reforça que a “resistência fiscal”, em suas diversas “modalidades”, foi vista em diversos momentos da história, em diferentes tipos de governos (mais ou menos democráticos):

A história mostrou que a resistência fiscal, por mais que pareça natural e inevitável a toda realidade tributária, teve proporções menores em regimes considerados mais democráticos, uma vez que os abusos e o arbítrio das autoridades foram, em muitas sociedades, as principais causas para a recusa ao pagamento dos tributos.

Gabarito letra C.

3. (CEBRASPE / SEE-PE / 2023)

Com altos índices de evasão escolar, baixo engajamento e conteúdos pouco conectados à realidade dos alunos, o ensino médio já era, antes da pandemia de covid-19, a etapa mais desafiadora da educação básica. Com o fechamento das escolas e o distanciamento dos estudantes do convívio educacional, os últimos anos escolares passaram a trazer ainda mais dificuldades a serem enfrentadas — reforçadas pelas desigualdades raciais, socioeconômicas e de acesso à Internet.



Nenhuma avaliação diagnóstica precisou os prejuízos totais da pandemia para a aprendizagem dos alunos, mas há alguns estudos que ajudam a entender melhor o cenário. Uma pesquisa realizada pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) apontou que houve piora em todas as séries avaliadas. Segundo a pesquisa amostral, em matemática, o desempenho alcançado no 3.º ano do ensino médio foi de 255,3 pontos na escala de proficiência, inferior aos 261,7 obtidos pelos estudantes ao final do 9.º ano do ensino fundamental no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) de 2019. Em língua portuguesa, os estudantes do 9.º ano apresentaram uma queda de 12 pontos, e os do 3.º ano do ensino médio, de 11 pontos.

Após o retorno presencial, estados e municípios ainda têm muito trabalho para identificar os reais prejuízos, dimensioná-los e encontrar caminhos e soluções para que professores e estudantes possam retomar a aprendizagem.

Para Suelaine Carneiro, coordenadora de educação na Geledés, organização da sociedade civil que se posiciona em defesa de mulheres e homens negros, “há um consenso de que não foi possível atender todos os alunos” na educação pública. “Os dados indicam um baixo número de participação dos estudantes, somado à impossibilidade de os familiares acompanharem a resolução das tarefas”, afirma. Mas não fica apenas nisso. “Em termos de aprendizagem, os dados também mostram dificuldades no que diz respeito à compreensão e à resolução das tarefas.”

De acordo com ela, a situação de alunos negros requer ainda mais atenção. “É preciso prestar atenção nessa condição: a pessoa já estava vulnerável socialmente, sem a possibilidade de realizar um isolamento dentro de casa, pois vive em uma casa pequena ou onde não há cômodos suficientes”, contextualiza Suelaine.

Agravada pela pandemia, que engrossou o número de trabalhadores desempregados, a questão econômica foi um dos grandes fatores que impactou a vida dos estudantes do ensino médio. “Temos alunos que estão trabalhando no horário de aula, dizendo que precisam ajudar a família, e aos fins de semana assistem às atividades”, relata a professora Lucenir Ferreira, da Escola Estadual Mário Davi Andreazza, em Boa Vista (RR). Lucenir conta que muitos alunos chegam a falar que não conseguem aprender nada e desabafam por sentir que a aprendizagem foi prejudicada, principalmente os que estão em processo de preparação para o vestibular.

Apesar dos desafios, Suelaine acredita que os impactos não são irreversíveis, como outros especialistas têm apontado. “Você pode recuperar dois anos se houver políticas públicas, compromisso público com a educação, de forma a desenvolver diferentes ações”, diz ela.

Internet: <novaescola.org.br> (com adaptações).

O pronome ‘Você’ (segundo período do último parágrafo) não faz referência a um interlocutor específico.

Comentários:



Sim, assim como o "nós" mostra uma opinião universal, um caráter inclusivo e generalizante nos comentários do autor, o uso do "você" pode indicar um "leitor/ouvinte/interlocutor universal".

Ao usar "você pode recuperar", Suelaine não se refere a nenhuma pessoa em particular, mas sim a qualquer pessoa que se enquadre naquela situação hipotética.

Você/qualquer pessoa pode recuperar dois anos se houver políticas públicas, compromisso público com a educação, de forma a desenvolver diferentes ações", diz ela.

Esse uso é uma espécie de "sujeito indeterminado" não previsto pela gramática tradicional, mas que é bem documentado nos livros e tem caído em prova. Atenção!

Questão correta.

4. (CEBRASPE / PETROBRAS / 2022)

O uso de ferramentas certamente não requer linguagem. Chimpanzés usam galhos como ferramentas para caçar cupins, ou pedras para quebrar nozes. Obviamente, mesmo as ferramentas mais primitivas do Homo erectus (pedras lascadas) são muito mais sofisticadas que qualquer coisa usada por chimpanzés, mas ainda assim não há uma razão convincente para crer que essas pedras não pudessem ter sido produzidas sem linguagem.

O uso do advérbio "Obviamente" desempenha importante papel na argumentação apresentada no texto, realçando uma informação que já é tomada como conhecimento geral.

Comentários:

Note a terminação em "-mente", temos sim um advérbio indicando que o autor acredita que seu comentário é óbvio, evidente; em outras palavras, é informação que é ou deveria ser de conhecimento geral.

Questão correta.

5. (CEBRASPE / PETROBRAS / 2022)

Muito tem sido escrito e debatido sobre a afirmativa de que a "Internet é terra de ninguém". Tal afirmativa não é de hoje, mas ainda alimenta uma sensação de impunidade ou de falsa responsabilidade do que é postado ou compartilhado na Internet e pelas redes sociais. A expressão fakes news, em particular, representa um estrangeirismo que mascara diversos crimes cometidos contra a honra, como injúria, calúnia e difamação. Sob um olhar semântico, dizer "compartilhei fake news de alguém" não carrega qualquer sentimento de culpa, ou se carrega, ela é mínima. Agora, dizer "cometi um crime contra honra" já traz outras implicações, não só de ordem jurídica, mas também de grande responsabilidade pessoal.

Marcelo Hugo da Rocha e Fernando Elias José. Cancelado: a cultura do cancelamento e o prejulgamento nas redes sociais. Belo Horizonte, MG: Letramento, 2021, p. 36 (com adaptações).

No que se refere às ideias, aos sentidos e às construções linguísticas do texto precedente, assim como a sua tipologia, julgue o item a seguir.

A palavra "Agora", no início do último período, introduz no texto um marco temporal, correspondendo, em sentido, a Atualmente.

Comentários:



A banca já cobrou algumas vezes o valor adversativo do “Agora”. Observe num exemplo cotidiano:

Todos querem passar; **agora (porém)** ninguém quer estudar.

De forma similar, na questão, “agora” não tem valor temporal, mas sim de oposição.

*Sob um olhar semântico, dizer “compartilhei fake news de alguém” não carrega qualquer sentimento de culpa, ou se carrega, ela é mínima. **Agora/Por outro lado/Porém**, dizer “cometi um crime contra honra” já traz outras implicações, não só de ordem jurídica, mas também de grande responsabilidade pessoal.*

Questão incorreta.

6. (CEBRASPE / PETROBRÁS / 2022)

Muito tem sido escrito e debatido sobre a afirmativa de que a “Internet é terra de ninguém”. Tal afirmativa não é de hoje, mas ainda alimenta uma sensação de impunidade ou de falsa responsabilidade do que é postado ou compartilhado na Internet e pelas redes sociais. A expressão fakes news, em particular, representa um estrangeirismo que mascara diversos crimes cometidos contra a honra, como injúria, calúnia e difamação. Sob um olhar semântico, dizer “compartilhei fake news de alguém” não carrega qualquer sentimento de culpa, ou se carrega, ela é mínima. Agora, dizer “cometi um crime contra honra” já traz outras implicações, não só de ordem jurídica, mas também de grande responsabilidade pessoal.

Marcelo Hugo da Rocha e Fernando Elias José. Cancelado: a cultura do cancelamento e o prejulgamento nas redes sociais. Belo Horizonte, MG: Letramento, 2021, p. 36 (com adaptações).

No que se refere às ideias, aos sentidos e às construções linguísticas do texto precedente, assim como a sua tipologia, julgue o item a seguir.

No texto, predomina o tipo textual dissertativo-argumentativo.

Comentários:

Sim. O texto tem como base a defesa de uma tese, de um ponto de vista, que o autor tentar fundamentar com argumentos.

A tese é que a internet não é nem deve ser terra de ninguém e que o termo “fake News” esconde uma série de condutas graves e passa uma ideia de impunidade, pois sua carga semântica é relativizada pelas pessoas.

Sob um olhar semântico, dizer “compartilhei fake news de alguém” não carrega qualquer sentimento de culpa, ou se carrega, ela é mínima. Agora, dizer “cometi um crime contra honra” já traz outras implicações, não só de ordem jurídica, mas também de grande responsabilidade pessoal.

Questão correta.

7. (CEBRASPE / PETROBRÁS / 2022)

Muito tem sido escrito e debatido sobre a afirmativa de que a “Internet é terra de ninguém”. Tal afirmativa não é de hoje, mas ainda alimenta uma sensação de impunidade ou de falsa responsabilidade do que é postado ou compartilhado na Internet e pelas redes sociais. A expressão fakes news, em particular, representa um estrangeirismo que mascara diversos crimes



cometidos contra a honra, como injúria, calúnia e difamação. Sob um olhar semântico, dizer “compartilhei fake news de alguém” não carrega qualquer sentimento de culpa, ou se carrega, ela é mínima. Agora, dizer “cometi um crime contra honra” já traz outras implicações, não só de ordem jurídica, mas também de grande responsabilidade pessoal.

Marcelo Hugo da Rocha e Fernando Elias José. Cancelado: a cultura do cancelamento e o prejulgamento nas redes sociais. Belo Horizonte, MG: Letramento, 2021, p. 36 (com adaptações).

No que se refere às ideias, aos sentidos e às construções linguísticas do texto precedente, assim como a sua tipologia, julgue o item a seguir.

No texto, as frases ‘compartilhei fake news de alguém’ e ‘cometi um crime contra honra’ são consideradas equivalentes, já que o compartilhamento de fake news pode ser crime.

Comentários:

Sob um olhar semântico, dizer “compartilhei fake news de alguém” não carrega qualquer sentimento de culpa, ou se carrega, ela é mínima. Agora, dizer “cometi um crime contra honra” já traz outras implicações, não só de ordem jurídica, mas também de grande responsabilidade pessoal.

A tese do autor é justamente o contrário, essas duas frases são consideradas muito diferentes: “compartilhei fake News” soa como algo inofensivo, ao passo que “cometi crime” soa como algo muito grave.

Questão incorreta.

8. (CEBRASPE / PETROBRÁS / 2022)

O texto mais célebre de A República é sem dúvida a Alegoria da Caverna, em que Platão, utilizando-se de linguagem alegórica, discute o processo pelo qual o ser humano pode passar da visão habitual que tem das coisas, “a visão das sombras”, unidirecional, condicionada pelos hábitos e preconceitos que adquire ao longo de sua vida, até a visão do Sol, que representa a possibilidade de alcançar o conhecimento da realidade em seu sentido mais elevado e compreendê-la em sua totalidade. A visão do Sol representa não só o alcance da Verdade e, portanto, do conhecimento em sua acepção mais completa, já que o Sol é “a causa de tudo”, mas também, como diz Sócrates na conclusão dessa passagem: “Nos últimos limites do mundo inteligível, aparece-me a ideia do Bem, que se percebe com dificuldade, mas que não se pode ver sem se concluir que ela é a causa de tudo o que há de reto e de belo. Acrescento que é preciso vê-la se se quer comportar-se com sabedoria, seja na vida privada, seja na vida pública.”.

De acordo com este texto, a possibilidade de um indivíduo tornar-se justo e virtuoso depende de um processo de transformação pelo qual deve passar. Assim, afasta-se das aparências, rompe com as cadeias de preconceitos e condicionamentos e adquire o verdadeiro conhecimento. Tal processo culmina com a visão da forma do Bem, representada pela matéria do Sol. O sábio é aquele que atinge essa percepção. Para Platão, conhecer o Bem significa tornar-se virtuoso. Aquele que conhece a justiça não pode deixar de agir de modo justo.

Danilo Marcondes. Textos básicos de ética: de Platão a Foucault. 1ª ed. Rio de Janeiro: Jahar, 2007, p. 31 (com adaptações).

Em relação às ideias, aos sentidos e aspectos linguísticos do texto precedente, julgue o item subsecutivo.



No que se refere às ideias, aos sentidos e às construções linguísticas do texto precedente, assim como a sua tipologia, julgue o item a seguir.

Considerando-se as ideias de Platão e Sócrates apresentadas no texto, é possível concluir, se se acredita que pessoas que operam sua vivência unicamente a partir de redes sociais vivem de aparências, que tais pessoas não conhecem a Verdade.

Comentários:

Aqui temos uma questão de inferência, mas a resposta sempre se baseia na literalidade do texto:

De acordo com este texto, a possibilidade de um indivíduo tornar-se justo e virtuoso depende de um processo de transformação pelo qual deve passar. Assim, afasta-se das aparências, rompe com as cadeias de preconceitos e condicionamentos e adquire o verdadeiro conhecimento.

A virtude da verdade tem como condição o afastamento das aparências; então, se uma pessoa vive de aparências, não possui a virtude da verdade.

Questão correta.

9. (CEBRASPE / PETROBRÁS / 2022)

Muito tem sido escrito e debatido sobre a afirmativa de que a “Internet é terra de ninguém”. Tal afirmativa não é de hoje, mas ainda alimenta uma sensação de impunidade ou de falsa responsabilidade do que é postado ou compartilhado na Internet e pelas redes sociais. A expressão fakes news, em particular, representa um estrangeirismo que mascara diversos crimes cometidos contra a honra, como injúria, calúnia e difamação. Sob um olhar semântico, dizer “compartilhei fake news de alguém” não carrega qualquer sentimento de culpa, ou se carrega, ela é mínima. Agora, dizer “cometi um crime contra honra” já traz outras implicações, não só de ordem jurídica, mas também de grande responsabilidade pessoal.

Marcelo Hugo da Rocha e Fernando Elias José. Cancelado: a cultura do cancelamento e o prejulgamento nas redes sociais. Belo Horizonte, MG: Letramento, 2021, p. 36 (com adaptações).

No que se refere às ideias, aos sentidos e às construções linguísticas do texto precedente, assim como a sua tipologia, julgue o item a seguir.

Infere-se do emprego do trecho “um estrangeirismo que mascara diversos crimes” (terceiro período) que há outros estrangeirismos que não mascaram crimes ou a eles se associam.

Comentários:

Aqui temos uma questão de inferência, baseada no sentido das orações adjetivas:

*“um estrangeirismo **que mascara diversos crimes**”*

A oração “**que mascara diversos crimes**” é restritiva, então seu comentário é particularizante, com efeito de fazer presumir que há estrangeirismos que mascaram e outros que não mascaram.

Questão correta.

10. (CEBRASPE / PETROBRÁS / 2022)

O texto mais célebre de A República é sem dúvida a Alegoria da Caverna, em que Platão, utilizando-se de linguagem alegórica, discute o processo pelo qual o ser humano pode passar da



visão habitual que tem das coisas, “a visão das sombras”, unidirecional, condicionada pelos hábitos e preconceitos que adquire ao longo de sua vida, até a visão do Sol, que representa a possibilidade de alcançar o conhecimento da realidade em seu sentido mais elevado e compreendê-la em sua totalidade. A visão do Sol representa não só o alcance da Verdade e, portanto, do conhecimento em sua acepção mais completa, já que o Sol é “a causa de tudo”, mas também, como diz Sócrates na conclusão dessa passagem: “Nos últimos limites do mundo inteligível, aparece-me a ideia do Bem, que se percebe com dificuldade, mas que não se pode ver sem se concluir que ela é a causa de tudo o que há de reto e de belo. Acrescento que é preciso vê-la se se quer comportar-se com sabedoria, seja na vida privada, seja na vida pública.”.

De acordo com este texto, a possibilidade de um indivíduo tornar-se justo e virtuoso depende de um processo de transformação pelo qual deve passar. Assim, afasta-se das aparências, rompe com as cadeias de preconceitos e condicionamentos e adquire o verdadeiro conhecimento. Tal processo culmina com a visão da forma do Bem, representada pela matéria do Sol. O sábio é aquele que atinge essa percepção. Para Platão, conhecer o Bem significa tornar-se virtuoso. Aquele que conhece a justiça não pode deixar de agir de modo justo.

Danilo Marcondes. Textos básicos de ética: de Platão a Foucault. 1ª ed. Rio de Janeiro: Jahar, 2007, p. 31 (com adaptações).

Em relação às ideias, aos sentidos e aspectos linguísticos do texto precedente, julgue o item subsequente.

Dado o fato de o vocábulo “mas”, em sua primeira ocorrência no segundo período do primeiro parágrafo, ter sido empregado com sentidos adversativo, de oposição, os sentidos originais do texto seriam mantidos caso ele fosse substituído por porém.

Comentários:

Aqui, temos o “mas” numa correlação aditiva enfática:

A visão do Sol representa **não só** o alcance da Verdade e, portanto, do conhecimento em sua acepção mais completa, já que o Sol é “a causa de tudo”, **mas também**

Questão incorreta.

11. (CEBRASPE / PETROBRÁS / 2022)

O texto mais célebre de *A República* é sem dúvida a Alegoria da Caverna, em que Platão, utilizando-se de linguagem alegórica, discute o processo pelo qual o ser humano pode passar da visão habitual que tem das coisas, “a visão das sombras”, unidirecional, condicionada pelos hábitos e preconceitos que adquire ao longo de sua vida, até a visão do Sol, que representa a possibilidade de alcançar o conhecimento da realidade em seu sentido mais elevado e compreendê-la em sua totalidade. A visão do Sol representa não só o alcance da Verdade e, portanto, do conhecimento em sua acepção mais completa, já que o Sol é “a causa de tudo”, mas também, como diz Sócrates na conclusão dessa passagem: “Nos últimos limites do mundo inteligível, aparece-me a ideia do Bem, que se percebe com dificuldade, mas que não se pode ver sem se concluir que ela é a causa de tudo o que há de reto e de belo. Acrescento que é preciso vê-la se se quer comportar-se com sabedoria, seja na vida privada, seja na vida pública.”.

De acordo com este texto, a possibilidade de um indivíduo tornar-se justo e virtuoso depende de um processo de transformação pelo qual deve passar. Assim, afasta-se das aparências, rompe com as cadeias de preconceitos e condicionamentos e adquire o verdadeiro



conhecimento. Tal processo culmina com a visão da forma do Bem, representada pela matéria do Sol. O sábio é aquele que atinge essa percepção. Para Platão, conhecer o Bem significa tornar-se virtuoso. Aquele que conhece a justiça não pode deixar de agir de modo justo.

Danilo Marcondes. Textos básicos de ética: de Platão a Foucault. 1ª ed. Rio de Janeiro: Jahar, 2007, p. 31 (com adaptações).

Em relação às ideias, aos sentidos e aspectos linguísticos do texto precedente, julgue o item subsecutivo.

No que se refere às ideias, aos sentidos e às construções linguísticas do texto precedente, assim como a sua tipologia, julgue o item a seguir.

Sem prejuízo dos sentidos originais e da correção gramatical do texto, o trecho “falsa responsabilidade do que é postado ou compartilhado” (segundo período) poderia ser substituído por *falsa responsabilidade do que se posta ou se compartilha*.

Comentários:

Aqui temos caso de sinonímia frasal, ou seja, de reescritura de mesmas ideias com formas diferentes. As duas formas são semanticamente equivalentes, apenas são tipos distintos de voz passiva:

O que se posta ou compartilha (voz passiva sintética=VTD+SE)

O que é postado ou compartilhado (voz passiva analítica=SER+Particípio)

Questão correta.

▪ 12. (CEBRASPE / MP-CE / CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR / 2020)

“Desprezo o que dizes, mas defenderei até a morte o teu direito a dizê-lo.” É com essa afirmação atribuída a Voltaire, filósofo do iluminismo francês, que Nigel Warburton principia o seu ensaio sobre liberdade de expressão. A liberdade de expressão — entendida em sentido amplo, em que se incluem a palavra escrita, as peças teatrais, os filmes, os vídeos, as fotografias, os cartuns, as pinturas, entre outros — é um direito consagrado no artigo 19.º da Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948. A liberdade de expressão é particularmente valiosa em uma sociedade democrática, ao ponto de haver quem sustente que, na ausência de uma ampla liberdade de expressão, nenhum governo seria de todo legítimo e não deveria ser denominado democrático. Essa é a perspectiva defendida por Ronald Dworkin, para quem “A livre expressão é uma das condições de um governo legítimo. As leis e políticas não são legítimas a menos que tenham sido adotadas por meio de um processo democrático, e um processo não é democrático se o governo impediu alguém de exprimir as suas convicções acerca de quais devem ser essas leis e políticas”. Desde os alvares da democracia ateniense, são sobejamente conhecidas as suas relações com a argumentação e a retórica. Porém, tal como a retórica e a argumentação podem ser postas ao serviço da mentira e da manipulação, também em relação à liberdade de expressão se coloca a questão dos seus limites.

Internet: <<https://agora-m.blogs.sapo.pt>> (com adaptações).

Acerca das ideias, dos sentidos e dos aspectos linguísticos do texto precedente, julgue o item seguinte.

Segundo Ronald Dworkin, a ampla liberdade de expressão subjaz à existência de um governo legítimo e democrático.



Comentários:

Primeiramente, temos que “subjaz” que significa “estar situado debaixo de”. No texto, esse verbo apresenta um sentido figurado, com o significado de “existir ou estar presente de forma implícita”.

O texto mostra que na perspectiva de Ronald Dworkin, um governo não é democrático se impediu alguém de exprimir as suas convicções acerca de quais devem ser essas leis e políticas, ou seja, se impediu sua liberdade de expressão. Questão correta.

13. (CEBRASPE / MP-CE / CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR / 2020)

A primeira celebração do Dia Mundial da Segurança dos Alimentos das Nações Unidas, que ocorreu em 7 de junho de 2019, tinha como objetivo fortalecer os esforços para 4 garantir que os alimentos que comemos sejam seguros. A cada ano, quase uma em cada dez pessoas no mundo (cerca de 600 milhões de pessoas) adoece e 420 mil morrem depois de 7 ingerir alimentos contaminados por bactérias, vírus, parasitas ou substâncias químicas. Alimentos não seguros também dificultam o 10 desenvolvimento em muitas economias de baixa e média renda, que perdem cerca de US\$ 95 bilhões em produtividade devido a doenças, incapacidade e morte prematura de trabalhadores. 13 Nas Américas, estima-se que 77 milhões de pessoas sofram um episódio de doenças transmitidas por alimentos a cada ano — metade delas são crianças com menos de 5 anos de 16 idade. Os dados disponíveis indicam que as doenças transmitidas por alimentos geram de US\$ 700 mil a US\$ 19 milhões em custos anuais de saúde nos países do 19 Caribe e mais de US\$ 77 milhões nos Estados Unidos da América. Na celebração do Dia Mundial da Segurança dos 22 Alimentos de 2019, discutiu-se que a segurança dos alimentos é responsabilidade de todos. A inocuidade dos alimentos contribui para a segurança alimentar, a saúde humana, a 25 prosperidade econômica, a agricultura, o acesso ao mercado, o turismo e o desenvolvimento sustentável.

Internet: <www.paho.org> (com adaptações).

Acerca das ideias, dos sentidos e dos aspectos linguísticos do texto precedente, julgue o item seguinte.

O problema dos alimentos não seguros reflete em diversos setores, como o econômico, que perde em produtividade, e o da saúde, que necessita despender altos valores na recuperação das pessoas contaminadas.

Comentários:

O 2º parágrafo, ao afirmar que as economias de baixa e média renda perderam em produtividade, se refere a um problema de ordem econômica causado pelos alimentos não seguros.

O 3º parágrafo traz os custos adicionais em saúde na casa dos milhares e milhões, o que também caracteriza um problema causado pelos alimentos não seguros. Questão correta.

14.. (CEBRASPE / MP-CE / CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR / 2020) Utilize o texto da questão anterior.

Acerca das ideias, dos sentidos e dos aspectos linguísticos do texto precedente, julgue o item seguinte.



Embora seja um problema mundial, a contaminação dos alimentos ocorre de forma mais severa nos países do continente americano, de acordo com o texto.

Comentários:

Perceba que ocorreu claramente uma extrapolação do texto, pois a informação de que a *contaminação dos alimentos ocorre de forma mais severa nos países do continente americano* não está presente no texto, nem de forma explícita nem implícita. Questão incorreta.

15.. (CEBRASPE / MP-CE / CARGOS DE NÍVEL MÉDIO / 2020)

Entre todos os fatores técnicos da mobilidade, um papel particularmente importante foi desempenhado pelo transporte da informação — o tipo de comunicação que não envolve o movimento de corpos físicos ou só o faz secundária e marginalmente. Desenvolveram-se, de forma consistente, meios técnicos que também permitiram à informação viajar independentemente dos seus portadores físicos — e independentemente também dos objetos sobre os quais informava: meios que libertaram os “significantes” do controle dos “significados”. A separação dos movimentos da informação em relação aos movimentos dos seus portadores e objetos permitiu, por sua vez, a diferenciação de suas velocidades; o movimento da informação ganhava velocidade num ritmo muito mais rápido que a viagem dos corpos ou a mudança da situação sobre a qual se informava. Afinal, o aparecimento da rede mundial de computadores pôs fim — no que diz respeito à informação — à própria noção de “viagem” (e de “distância” a ser percorrida), o que tornou a informação instantaneamente disponível em todo o planeta, tanto na teoria como na prática.

Zygmunt Bauman. Globalização: as consequências humanas.

Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999 (com adaptações).

A “rede mundial de computadores” a que o autor se refere na linha 9 do texto corresponde à Internet.

Comentários:

O texto é um fragmento, então não há presença literal do termo internet; contudo, como o texto versa sobre globalização, ficava evidente a referência. A rede que torna informação instantaneamente disponível em todo o planeta é a internet. Questão correta.

16.. (CEBRASPE / MP-CE / CARGOS DE NÍVEL MÉDIO / 2020)

Sozinha no mundo, sem pai nem mãe, ela corria, arfava, muda, concentrada. Às vezes, na fuga, pairava ofegante num beiral de telhado e enquanto o rapaz galgava outros com dificuldade tinha tempo de se refazer por um momento. E então parecia tão livre.

Estúpida, tímida e livre. Não vitoriosa como seria um galo em fuga. Que é que havia nas suas vísceras que fazia dela um ser? A galinha é um ser. É verdade que não se poderia contar com ela para nada. Nem ela própria contava consigo, como o galo crê na sua crista. Sua única vantagem é que havia tantas galinhas que morrendo uma surgiria no mesmo instante outra tão igual como se fora a mesma.

O trecho “enquanto o rapaz galgava outros com dificuldade” (1º parágrafo) mostra que havia uma perseguição à galinha pelos telhados da casa.

Comentários:



Questão de inferência baseada em implícitos: se o rapaz galgava “outros” telhados, então estava subindo telhados em sequência, um após o outro, o que mostra a perseguição atrás da galinha. Questão correta.

17. (CEBRASPE / MP-CE / CARGOS DE NÍVEL MÉDIO / 2020) Utilizar texto da questão anterior.

O trecho “Sua única vantagem é que havia tantas galinhas que morrendo uma surgiria no mesmo instante outra tão igual como se fora a mesma” (2º parágrafo) nos remete à ideia de que a personagem já estava certa de sua morte e substituição.

Comentários:

Sim. O trecho dá ideia da banalidade de cada galinha, que é substituída facilmente por outra, tão parecida com a anterior que pareceria a mesma. Questão correta.

18. (CEBRASPE / MP-CE / CARGOS DE NÍVEL MÉDIO / 2020)

Estúpida, tímida e livre. Não vitoriosa como seria um galo em fuga. Que é que havia nas suas vísceras que fazia dela um ser? A galinha é um ser.

As palavras que formam a frase “Estúpida, tímida e livre” (2º parágrafo) qualificam o ser que é o tema do texto: a galinha.

Comentários:

As três palavras são adjetivos e, naturalmente, caracterizam algum termo substantivo. O detalhe é que o referente estava depois dos adjetivos; logo em seguida revelam que o ser era uma galinha:

Estúpida, tímida e livre. Não vitoriosa como seria um galo em fuga. Que é que havia nas suas (da entidade estúpida, tímida e livre) vísceras que fazia dela um ser? A galinha é um ser. Questão correta.

19. (CEBRASPE / MP-CE / CARGOS DE NÍVEL MÉDIO / 2020)

Em qualquer tempo ou lugar, a vida social é sempre marcada por rituais. Essa afirmação pode ser inesperada para muitos, porque tendemos a negar tanto a existência quanto a importância dos rituais na nossa vida cotidiana. Em geral, consideramos que rituais seriam eventos de sociedades históricas, da vida na corte europeia, por exemplo, ou, em outro extremo, de sociedades indígenas. Entre nós, a inclinação inicial é diminuir sua relevância. Muitas vezes comentamos “Ah, foi apenas um ritual”, querendo enfatizar exatamente que o evento em questão não teve maior significado e conteúdo. Por exemplo, um discurso pode receber esse comentário se for considerado superficial em relação à expectativa de um importante comunicado. Ritual, nesse caso, é a dimensão menos importante de um evento, sinal de uma forma vazia, algo pouco sério — e, portanto, “apenas um ritual”. Agimos como se desconhecêssemos que forma e conteúdo estão sempre combinados e associamos o ritual apenas à forma, isto é, à convencionalidade, à rigidez, ao tradicionalismo. Tudo se passa como se nós, modernos, guiados pela livre vontade, estivéssemos liberados desse fenômeno do passado. Em suma, usamos o termo ritual no dia a dia com uma conotação de fenômeno formal e arcaico.



A acepção de ritual empregada nos dois primeiros períodos do texto afasta-se, segundo a autora, do sentido corrente dessa palavra, explorado no restante do texto.

Comentários:

Nos dois primeiros períodos, o sentido de ritual é mais estrito, indica dinâmicas sociais fundamentais:

Em qualquer tempo ou lugar, a vida social é sempre marcada por rituais. Essa afirmação pode ser inesperada para muitos, porque tendemos a negar tanto a existência quanto a importância dos rituais na nossa vida cotidiana.

Nos períodos seguintes, explora o sentido corrente da palavra, indicando algo cerimonial, desimportante ou arcaico:

Muitas vezes comentamos “Ah, foi apenas um ritual”, querendo enfatizar exatamente que o evento em questão não teve maior significado e conteúdo... Questão correta.

20. (CEBRASPE / MP-CE / CARGOS DE NÍVEL MÉDIO / 2020) Utilizar texto da questão anterior.

Depreende-se do trecho “Tudo se passa como se nós, modernos, guiados pela livre vontade, estivéssemos liberados desse fenômeno do passado” (L. 11 a 12) que a autora, ao se declarar moderna, repudia o que pertence ao passado.

Comentários:

Não repudia, inclusive seu texto quer refutar a ideia de que “rituais” sejam práticas arcaicas ou vazias de sentido. De forma alguma podemos afirmar que repudia o passado. Questão incorreta.

21. (CEBRASPE / MP-CE / CARGOS DE NÍVEL MÉDIO / 2020) Utilizar texto da questão 16.

O texto defende que, em uma manifestação social, o ritual é a dimensão que mais contribui para a transmissão dos valores e conteúdos implicados nessa manifestação.

Comentários:

Não. A autora sugere que “rituais” são partes importantes das manifestações sociais, ao contrário do sentido pejorativo que muitos atribuem à palavra. Para ela, forma (ritual) e conteúdo são sempre combinados, mas não faz qualquer hierarquia entre eles, não declara que o ritual é mais importante que o conteúdo. Veja:

Muitas vezes comentamos “Ah, foi apenas um ritual”, querendo enfatizar exatamente que o evento em questão não teve maior significado e conteúdo. Por exemplo, um discurso pode receber esse comentário se for considerado superficial em relação à expectativa de um importante comunicado. Ritual, nesse caso, é a dimensão menos importante de um evento, sinal de uma forma vazia, algo pouco sério — e, portanto, “apenas um ritual”. *Agimos como se desconhecêssemos que forma e conteúdo estão sempre combinados e associamos o ritual apenas à forma*, isto é, à convencionalidade, à rigidez, ao tradicionalismo.

Questão incorreta.

22. (CEBRASPE / TJ-PA / ANALISTA JUDICIÁRIO / 2020)



Texto CG1A1-II

Segundo a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n.º 13.709/2018), dados pessoais são informações que podem identificar alguém. Dentro desse conceito, foi criada uma categoria chamada de "dado sensível", que diz respeito a informações sobre origem racial ou étnica, convicções religiosas, opiniões políticas, saúde ou vida sexual. Registros como esses, a partir da vigência da lei, passam a ter nível maior de proteção, para evitar formas de discriminação. Todas as atividades realizadas no país e todas as pessoas que estão no 10 Brasil estão sujeitas à lei. A norma vale para coletas operadas em outro país, desde que estejam relacionadas a bens ou serviços ofertados a brasileiros. Mas há exceções, como a obtenção de informações pelo Estado para a segurança pública. Ao coletar um dado, as empresas deverão informar a finalidade da coleta. Se o usuário aceitar repassar suas 16 informações, o que pode acontecer, por exemplo, quando ele concorda com termos e condições de um aplicativo, as companhias passam a ter o direito de tratar os dados (respeitada a finalidade específica), desde que em conformidade com a legislação. A lei prevê uma série de obrigações, como a garantia da segurança das informações e a notificação do titular em caso de um incidente de segurança. A norma permite a reutilização dos dados por empresas ou órgãos públicos, em caso de "legítimo interesse". Por outro lado, o titular ganhou uma série de direitos. Ele pode, por exemplo, solicitar à empresa os dados que ela tem sobre ele, a quem foram repassados (em situações como a de reutilização por "legítimo interesse") e para qual finalidade. Caso os registros estejam incorretos, ele poderá cobrar a correção. Em determinados casos, o titular terá o direito de se opor a um tratamento. A lei também prevê a revisão de decisões automatizadas tomadas com base no tratamento de dados, como as notas de crédito ou os perfis de consumo.

Internet: <www.agenciabrasil.ebc.com.br> (com adaptações).

Segundo as ideias veiculadas no texto CG1A1-II,

- A) questões relativas a origem racial ou étnica, convicções religiosas, opiniões políticas, saúde ou vida sexual são as que mais motivam atos de discriminação, e, por isso, os dados sensíveis devem ter maior nível de proteção.
- B) a Lei Geral de Proteção de Dados prevê obrigações tanto para as empresas que coletam os dados quanto para o titular desses dados, de forma proporcional.
- C) a norma legal é válida em caso de bens e serviços ofertados a brasileiros, independentemente do país onde a coleta dos dados pessoais for feita.
- D) o Estado é autorizado a coletar e a tratar dados pessoais de brasileiros da forma que julgar mais adequada.
- E) o Brasil é pioneiro na edição de uma lei acerca da coleta e do uso de dados sensíveis.

Comentários:

Vamos analisar todas as alternativas:

A) ERRADO. São formas de discriminação, por isso recebem o nome de "dados sensíveis".

Não há, no texto, referência à quantidade de discriminação envolvida. Elas devem ser protegidas, pois o governo quer evitar formas de discriminação.

B) ERRADO. A lei prevê obrigações às empresas que coletam dados. Para o usuário, a lei prevê direitos, de acordo com o texto.



C) CORRETO. A norma é válida para atividades realizadas no Brasil e para atividades que envolvam bens ou serviços para brasileiros (em qualquer lugar do mundo).

D) ERRADO. Deve ser evitada a discriminação e ter uma finalidade específica.

E) ERRADO. No texto, há apenas informações acerca da data de publicação da lei (2018) no Brasil.

Gabarito: Letra C.

23. (CEBRASPE / SEFAZ-AL / AUDITOR / 2020)

É uma loja grande e escura no centro da cidade, uma quadra distante da estação de trem. Quando visito a família, entre um churrasco e outro, vou até lá para olhar as gôndolas atulhadas de baldes, bacias, chaves de fenda, garfos, colheres, facas, afiadores de vários modelos, pedras de amolar, parafusos, porcas, pregos, anzóis e varas de pescar. É uma loja grande e escura, eu dizia, no centro da cidade onde nasci, e dentro dela me sinto protegido, distante da neurose e dos problemas, sonhando com uma das vidas que não tive e me esquecendo da vida real em que me perco enquanto a atravesso e sou por ela atravessado. Tem meia dúzia de atendentes, conheço dois ou três 13 pelo nome, e o dono do lugar é sempre simpático comigo. Sabe que gosto do seu negócio, que, se me mudasse de novo para lá, seria seu freguês. Mas também sei que me vê como um tipo que há vinte anos vive na capital, que a essa altura é mais metropolitano que interiorano, um cara talvez meio esquisito, ou apenas ridículo, que se interessa por coisas de que não precisa, coisas das quais não entende. Da última vez gastei uma eternidade olhando uma caneca de alumínio. Não a coloquei na cesta de compras. Para ser sincero, mal consegui tocá-la. De repente minha existência pareceu absurda, e eu teria que trocar de roupa e de pele antes de usar aquela caneca industrial. Ou pelo menos pintar de outra cor as paredes da sala. Era trabalho demais, desisti. Agora tenho uma caneca imaginária — que brilha na sombra quando bebo água.

Fabrizio Corsaletti. Escuro. In: Perambule. São Paulo: Editora 34, 2018 (com adaptações).

No que concerne às ideias e aos aspectos linguísticos do texto apresentado, julgue o item a seguir.

O texto evidencia o sentimento ambíguo de nostalgia e de deslocamento do autor em relação à sua cidade natal.

Comentários:

São pressupostos que nos ajudam a perceber a nostalgia do autor: "*vou até lá para olhar as gôndolas*", "*dentro dela me sinto protegido*", "*uma das vidas que não tive*", "*gastei uma eternidade olhando uma caneca de alumínio*".

Quanto ao deslocamento, as seguintes expressões nos levam a ele: "*mais metropolitano que interiorano*", "*teria que trocar de roupa e de pele*", "*pintar de outra cor as paredes da sala*".

Já a ambiguidade fica evidente no trecho: "*sonhando com uma das vidas que não tive e me esquecendo da vida real*". Questão correta.

24. (CEBRASPE / SEFAZ-RS–Auditor Fiscal – 2019)

Texto 1A1-I



O direito tributário brasileiro depara-se com grandes desafios, principalmente em tempos de globalização e interdependência dos sistemas econômicos. Entre esses pontos de atenção, destacam-se três. O primeiro é a guerra fiscal ocasionada pelo ICMS. O principal tributo em vigor, atualmente, é estadual, o que faz contribuintes e advogados se debruçarem sobre vinte e sete diferentes legislações no país para entendê-lo. Isso se tornou um atentado contra o princípio de simplificação, contribuindo para o incremento de uma guerra fiscal entre os estados, que buscam alterar regras para conceder benefícios e isenções, a fim de atrair e facilitar a instalação de novas empresas. É, portanto, um dos instrumentos mais utilizados na disputa por investimentos, gerando, com isso, consequências negativas do ponto de vista tanto econômico quanto fiscal.

A competitividade gerada pela interdependência estadual é outro ponto. Na década de 60, a adoção do imposto sobre valor agregado (IVA) trouxe um avanço importante para a tributação indireta, permitindo a internacionalização das trocas de mercadorias com a facilitação da equivalência dos impostos sobre consumo e tributação, e diminuindo as diferenças entre países. O ICMS, adotado no país, é o único caso no mundo de imposto que, embora se pareça com o IVA, não é administrado pelo governo federal — o que dá aos estados total autonomia para administrar, cobrar e gastar os recursos dele originados. A competência estadual do ICMS gera ainda dificuldades na relação entre as vinte e sete unidades da Federação, dada a coexistência dos princípios de origem e destino nas transações comerciais interestaduais, que gera a já comentada guerra fiscal.

A harmonização com os outros sistemas tributários é outro desafio que deve ser enfrentado. É preciso integrar-se aos países do MERCOSUL, além de promover a aproximação aos padrões tributários de um mundo globalizado e desenvolvido, principalmente quando se trata de Europa. Só assim o país recuperará o poder da economia e poderá utilizar essa recuperação como condição para intensificar a integração com outros países e para participar mais ativamente da globalização.

André Pereira. Os desafios do direito tributário brasileiro. In: DCI – Diário Comércio, Indústria e Serviços. 2/mar./2017. Internet: <www.dci.com.br> (com adaptações).

Os três aspectos que representam desafios para o direito tributário brasileiro, na ordem em que aparecem no texto 1A1-I, são

- A) a alteração de regras para benefícios e isenções, a competitividade propiciada pela interdependência dos estados e a recuperação do poder econômico do país.
- B) o conflito fiscal proporcionado pelo ICMS, a competitividade produzida pela interdependência dos estados e a recuperação do poder econômico do país.
- C) a alteração de regras para benefícios e isenções, a competitividade gerada pela interdependência dos estados e a recuperação do poder econômico do país.
- D) o afinamento com outros sistemas tributários, a adoção do IVA e o conflito fiscal favorecido pelo ICMS.
- E) o conflito fiscal propiciado pelo ICMS, a competitividade gerada pela interdependência dos estados e o afinamento com outros sistemas tributários.

Comentários:

Questão literal. Vejamos:



- 1) Entre esses pontos de atenção, destacam-se três. O primeiro é a guerra fiscal ocasionada pelo ICMS. (...)
 - 2) A competitividade gerada pela interdependência estadual é outro ponto. (...)
 - 3) A harmonização com os outros sistemas tributários é outro desafio que deve ser enfrentado.
- Gabarito letra E.

25. (CEBRASPE / SEFAZ-RS / AUDITOR FISCAL / 2019) *Utilize o texto da questão anterior.*

Infere-se das ideias do texto 1A1-I que o autor é contrário

- A) ao modelo tributário europeu.
- B) à aplicação do IVA em nível federal.
- C) ao sistema tributário do MERCOSUL.
- D) à competência estadual para o ICMS.
- E) aos padrões tributários do mundo globalizado.

Comentários:

O autor aponta que o fato de a competência do IPVA ser estadual causa problemas. Cada estado pode legislar sobre o IPVA, o que gera muitas legislações ao mesmo tempo, prejudicando a simplificação. Além disso, cada estado pode criar benefícios fiscais em sua legislação, para atrair empresas e investimentos para seu território. Isso gera concorrência entre os entes federativos, a chamada "guerra fiscal". Por esses argumentos, fica evidente que o autor é contra a competência individual de cada estado e sugere uma legislação única, federal, como a do IVA que mencionou. Gabarito letra D.

26. (CEBRASPE / MP-CE / CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR / 2020)

Desde os alvares da democracia ateniense, são sobejamente conhecidas as suas relações com a argumentação e a retórica. Porém, tal como a retórica e a argumentação podem ser postas ao serviço da mentira e da manipulação, também em relação à liberdade de expressão se coloca a questão dos seus limites.

No texto, sugere-se que a liberdade de expressão pode ser usada em favor da mentira e da manipulação.

Comentários:

Sim, os vocábulos "tal como" e "também" dão a pista de que ambas podem ser usadas para o mal. O autor declara que a retórica e a argumentação podem ser postas ao serviço da mentira e da manipulação e a liberdade de expressão **também** pode ser usada para tal.

tal como a retórica e a argumentação podem ser postas ao serviço da mentira e da manipulação, também em relação à liberdade de expressão se coloca a questão dos seus limites. Questão correta.

27. (CEBRASPE / PGE-PE / ANA. JUDICIÁRIO DE PROCURADORIA / 2019)

Texto CB2A1-I



Raras vezes na história humana, o trabalho, a riqueza, o poder e o saber mudaram simultaneamente. Quando isso ocorre, sobrevêm verdadeiras descontinuidades que marcam época, pedras miliare no caminho da humanidade. A invenção das técnicas para controlar o fogo, o início da agricultura e do pastoreio na Mesopotâmia, a organização da democracia na Grécia, as grandes descobertas científicas e geográficas entre os séculos XII e XVI, o advento da sociedade industrial no século XIX, tudo isso representa saltos de época, que desorientaram gerações inteiras.

Se observarmos bem, essas ondas longas da história, como as chamava Braudel, tornaram-se cada vez mais curtas. Acabamos de nos recuperar da ultrapassagem da agricultura pela indústria, ocorrida no século XX, e, em menos de um século, um novo salto de época nos tomou de surpresa, lançando-nos na confusão. Dessa vez o salto coincidiu com a rápida passagem de uma sociedade de tipo industrial dominada pelos proprietários das fábricas manufatureiras para uma sociedade de tipo pós-industrial dominada pelos proprietários dos meios de informação.

O fórceps com o qual a recém-nascida sociedade pós-industrial foi extraída do ventre da sociedade industrial anterior é representado pelo progresso científico e tecnológico, pela globalização, pelas guerras mundiais, pelas revoluções proletárias, pelo ensino universal e pelos meios de comunicação de massa. Agindo simultaneamente, esses fenômenos produziram uma avalanche ciclópica — talvez a mais irresistível de toda a história humana — na qual nós, contemporâneos, temos o privilégio e a desventura de estar envolvidos em primeira pessoa.

Ninguém poderia ficar impassível diante de uma mudança dessa envergadura. Por isso a sensação mais difundida é a desorientação.

A nossa desorientação afeta as esferas econômica, familiar, política, sexual, cultural... É um sintoma de crescimento, mas é também um indício de um perigo, porque quem está desorientado sente-se em crise, e quem se sente em crise deixa de projetar o próprio futuro. Se deixarmos de projetar nosso futuro, alguém o projetará para nós, não em função de nossos interesses, mas do seu próprio proveito.

Domenico de Masi. Alfabeto da sociedade desorientada: para entender o nosso tempo. Trad. Silvana Cobucci e Federico Carotti. São Paulo: Objetiva, 2017, p. 93-4 (com adaptações).

Infere-se do texto que a desorientação das gerações, em épocas específicas, promove uma radical e simultânea alteração no escopo do trabalho, da riqueza, do poder e do saber humano.

Comentários:

É o contrário, a mudança radical é que gera desorientação, como ocorre agora. A desorientação, por sua vez, causa de as pessoas sentirem-se em crise pararem de planejar o futuro. Veja:

A nossa desorientação afeta as esferas econômica, familiar, política, sexual, cultural... É um sintoma de crescimento, mas é também um indício de um perigo, porque quem está desorientado sente-se em crise, e quem se sente em crise deixa de projetar o próprio futuro. Se deixarmos de projetar nosso futuro, alguém o projetará para nós, não em função de nossos interesses, mas do seu próprio proveito. Questão incorreta.

28. (CEBRASPE / PGE-PE / ANA. JUDICIÁRIO DE PROCURADORIA / 2019) Utilizar texto da questão anterior.



De acordo com o texto, as sociedades deste século vivenciaram a substituição da agricultura e, a partir disso, passaram a se submeter ao controle dos proprietários de veículos de informação.

Comentários:

O texto não diz que as sociedades deste século vivenciaram tudo dentro do mesmo século, como texto faz supor. Aliás, nem sequer faz essa divisão de “várias sociedades” simultâneas, mas sim em sociedades historicamente diferentes. O que diz é que o segundo “salto de época” ocorreu em menos de um século:

Acabamos de nos recuperar da ultrapassagem da agricultura pela indústria, ocorrida no século XX, e, em menos de um século, um novo salto de época nos tomou de surpresa, lançando-nos na confusão. Dessa vez o salto coincidiu com a rápida passagem de uma sociedade de tipo industrial dominada pelos proprietários das fábricas manufatureiras para uma sociedade de tipo pós-industrial dominada pelos proprietários dos meios de informação.

Além disso, dizer que a sociedade é “dominada” não é o mesmo que dizer que “passaram a se submeter”, pois ser “dominado” é algo irresistível e “submeter-se” dá uma ideia mais voluntária. Questão incorreta.

29. (CEBRASPE / PGE-PE / ANA. JUDICIÁRIO DE PROCURADORIA / 2019) Utilizar texto da questão 27.

Conclui-se do último parágrafo do texto que o sentimento de crise provocado pela sensação de desorientação favorece um futuro prejudicial ao próprio sujeito em crise.

Comentários:

Sim, porque, se deixarmos de projetar nosso futuro, alguém projetará o futuro por nós, sem ser em nosso benefício. Isso está expresso no texto:

A nossa desorientação afeta as esferas econômica, familiar, política, sexual, cultural... É um sintoma de crescimento, mas é também um indício de um perigo, porque quem está desorientado sente-se em crise, e quem se sente em crise deixa de projetar o próprio futuro. Se deixarmos de projetar nosso futuro, alguém o projetará para nós, não em função de nossos interesses, mas do seu próprio proveito. Questão correta.

30. (CEBRASPE / PRF / POLICIAL / 2019)

A vida humana só viceja sob algum tipo de luz, de preferência a do sol, tão óbvia quanto essencial. Somos animais diurnos, por mais que boêmios da pá virada e vampiros em geral discordem dessa afirmativa. Poucas vezes a gente pensa nisso, do mesmo jeito que devem ser poucas as pessoas que acordam se sentindo primatas, mamíferos ou terráqueos, outros rótulos que nos cabem por força da natureza das coisas.

A humanidade continua se aperfeiçoando na arte de afastar as trevas noturnas de todo habitat humano. Luz soa para muitos como sinônimo de civilização, e pode-se observar do espaço o mapa das desigualdades econômicas mundiais desenhado na banda noturna do planeta. A parcela ocidental do hemisfério norte é, de longe, a mais iluminada.

Dispor de tanta luz assim, porém, tem um custo ambiental muito alto, avisam os cientistas. Nos humanos, o excesso de luz urbana que se infiltra no ambiente no qual dormimos pode reduzir drasticamente os níveis de melatonina, que regula o nosso ciclo de sono-vigília.



Mesmo assim, sinto uma alegria quase infantil quando vejo se acenderem as luzes da cidade. E repito para mim mesmo a pergunta que me faço desde que me conheço por gente: quem é o responsável por acender as luzes da cidade? O mais plausível é imaginar que essa tarefa caiba a sensores fotoelétricos espalhados pelos bairros. Mas e antes dos sensores, como é que se fazia? Imagino que algum funcionário trepava na antena mais alta no topo do maior arranha-céu e, ao constatar a falência da luz solar, acionava um interruptor, e a cidade toda se iluminava.

Não consigo pensar em um cargo público mais empolgante que o desse homem. Claro que o cargo, se existia, já foi extinto, e o homem da luz já deve ter se transferido para o mundo das trevas eternas.

Reinaldo Moraes. "Luz! Mais luz". Internet: <www.nexojournal.com.br> (com adaptações).

Infere-se do primeiro parágrafo do texto que "boêmios da pá virada e vampiros" diferem biologicamente dos seres humanos em geral, os quais tendem a desempenhar a maior parte de suas atividades durante a manhã e a tarde.

Comentários:

Não diferem biologicamente. O autor é categórico: "somos animais diurnos". Todos somos diurnos, os boêmios apenas não concordam com essa afirmação:

Somos animais diurnos, por mais que boêmios da pá virada e vampiros em geral discordem dessa afirmativa. Questão incorreta.

31. (CEBRASPE / PRF / POLICIAL / 2019) Utilizar texto da questão anterior.

É correto inferir do trecho "o homem da luz já deve ter se transferido para o mundo das trevas eternas" (l. 21 e 22) que provavelmente o funcionário responsável pelo acionamento da iluminação urbana já morreu.

Comentários:

Pelos sentidos metafóricos do texto, considerando que a luz foi associada à vida humana, podemos inferir sim que provavelmente o funcionário já morreu, tanto pela metáfora eufemística (suavizada) da morte, quanto pela passagem do tempo mencionada no texto. Questão correta.

32. (CEBRASPE / PGE-PE / ANALISTA JUDICIÁRIO / 2019)

A própria palavra "crise" é bem mais a expressão de um movimento do espírito que de um juízo fundado em argumentos extraídos da razão ou da experiência. Não há período histórico que não tenha sido julgado, de uma parte ou de outra, como um período em crise. Ouvi falar de crise em todas as fases da minha vida: depois da Primeira Guerra Mundial, durante o fascismo e o nazismo, durante a Segunda Guerra Mundial, no pós-guerra, bem como naqueles que foram chamados de anos de chumbo. Sempre duvidei que o conceito de crise tivesse qualquer utilidade para definir uma sociedade ou uma época.

Que fique claro: não tenho nenhuma intenção de difamar ou condenar o passado para absolver o presente, nem de deplorar o presente para louvar os bons tempos antigos. Desejo apenas ajudar a que se compreenda que todo juízo excessivamente resolutivo nesse campo corre o risco de parecer leviano. Certamente, existem épocas mais turbulentas e outras menos. Mas é difícil dizer se a maior turbulência depende de uma crise moral (de uma diminuição da crença em



princípios fundamentais) ou de outras causas, econômicas, sociais, políticas, culturais ou até mesmo biológicas.

Norberto Bobbio. *Elogio da serenidade e outros escritos morais*. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p. 160-1 (com adaptações).

Para o autor do texto, todo período histórico que se tornou passado se caracteriza como um período de crise moral.

Comentários:

O autor, ao contrário, relativiza o conceito de “crise” e diz que não é possível dizer realmente se há uma crise ou a razão de uma crise:

Mas é difícil dizer se a maior turbulência depende de uma crise moral (de uma diminuição da crença em princípios fundamentais) ou de outras causas, econômicas, sociais, políticas, culturais ou até mesmo biológicas. Questão incorreta.

33. (CEBRASPE / PGE-PE / ANALISTA JUDICIÁRIO / 2019)

Como período e como crise, a época atual mostra-se, aliás, como coisa nova. Como período, as suas variáveis características instalam-se em toda parte e a tudo influenciam, direta ou indiretamente. Daí a denominação de globalização. Como crise, as mesmas variáveis construtoras do sistema estão continuamente chocando-se e exigindo novas definições e novos arranjos. Trata-se, porém, de uma crise persistente dentro de um período com características duradouras, mesmo que novos contornos apareçam.

O mesmo sistema ideológico que justifica o processo de globalização e que ajuda a considerá-lo o único caminho histórico acaba, também, por impor certa visão da crise e a aceitação dos remédios sugeridos. Em razão disso, todos os países, lugares e pessoas passam a se comportar, isto é, a organizar sua ação, como se tal “crise” fosse a mesma para todos e como se a receita para a afastar devesse ser geralmente a mesma. Na verdade, porém, a única crise que os responsáveis desejam afastar é a crise financeira, e não qualquer outra. Aí está, na verdade, uma causa para mais aprofundamento da crise real — econômica, social, política, moral — que caracteriza o nosso tempo.

Milton Santos. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 27.ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2017, p. 34-6 (com adaptações).

Infere-se do texto que, na atualidade, é imposto um comportamento hegemônico e uniforme para lidar com diferentes situações de crise no mundo.

Comentários:

Sim. A globalização da crise ocorre junto com a globalização da suposta solução para a crise:

todos os países, lugares e pessoas passam a se comportar, isto é, a organizar sua ação, como se tal “crise” fosse a mesma para todos e como se a receita para a afastar devesse ser geralmente a mesma.

Questão correta.

34. (CEBRASPE / PGE-PE / ANALISTA JUDICIÁRIO / 2019) Utilizar texto da questão anterior.



Conclui-se do último parágrafo do texto que a verdadeira crise não será resolvida enquanto os esforços persistirem centralizados na resolução da crise financeira.

Comentários:

Sim. Buscar solução apenas para crise financeira é uma causa para a crise das demais esferas; sem eliminar esta causa, não é possível também eliminar a crise como um todo. Veja:

a única crise que os responsáveis desejam afastar é a crise financeira, e não qualquer outra. Aí está, na verdade, uma causa para mais aprofundamento da crise real — econômica, social, política, moral — que caracteriza o nosso tempo. Questão correta.

35. (CEBRASPE / PGE-PE / CONHECIMENTOS BÁSICOS 1, 2, 3 e 4 / 2019)

O modelo econômico de produção capitalista, aperfeiçoado pelos avanços científicos e tecnológicos que, por sua vez, proporcionaram a reestruturação da produção e a Terceira Revolução Industrial, retirou do trabalho seu valor, transformando o empregado em simples mercadoria inserta no processo de produção. Nesse contexto, o trabalhador se vê tolhido da principal manifestação de sua humanidade e dignidade: o trabalho. A luta dos trabalhadores, portanto, não é mais apenas por condições melhores de subsistência, mas pela própria dignidade do ser humano.

Em face desse cenário, a opinião pública passa a questionar o papel do Estado e das instituições dominantes, no sentido de buscar um consenso sobre as consequências sociais da atividade econômica. A sociedade requer das organizações uma nova configuração da atividade econômica, pautada na ética e na responsabilidade para com a sociedade e o meio ambiente, a fim de minimizar problemas sociais como concentração de renda, precarização das relações de trabalho e falta de direitos básicos como educação, saúde e moradia, agravados, entre outros motivos, por propostas que concebem um Estado que seja parco em prestações sociais e no qual a própria sociedade se responsabilize pelos riscos de sua existência, só recorrendo ao Poder Público subsidiariamente, na impossibilidade de autossatisfação de suas necessidades.

Samia Moda Cirino. Sustentabilidade no meio ambiente de trabalho: um novo paradigma para a valorização do trabalho humano. Internet: <www.publicadireito.com.br> (com adaptações).

De acordo com o texto, o quadro de concentração de renda, de precarização das relações de trabalho e de falta de direitos básicos como educação, saúde e moradia é resultado da negligência estatal com relação às necessidades da população.

Comentários:

Questão capciosa. Na verdade, a ausência de prestação estatal é um “agravante”, não é a única causa como o enunciado dá a entender. Veja:

A sociedade requer das organizações uma nova configuração da atividade econômica, pautada na ética e na responsabilidade para com a sociedade e o meio ambiente, a fim de minimizar problemas sociais como concentração de renda, precarização das relações de trabalho e falta de direitos básicos como educação, saúde e moradia, *agravados, entre outros motivos, por propostas que concebem um Estado que seja parco em prestações sociais.* Questão incorreta.

36. (CEBRASPE / PGE-PE / CONHECIMENTOS BÁSICOS 1, 2, 3 e 4 / 2019) Utilizar texto da questão anterior.



Conforme o texto, a Terceira Revolução Industrial foi o evento histórico responsável por transformar o empregado em simples mercadoria do processo de produção.

Comentários:

Seguindo a literalidade, conforme o texto, o responsável é o Modelo Capitalista. Leiamos no texto essa afirmação:

O modelo econômico de produção capitalista, aperfeiçoado pelos avanços científicos e tecnológicos que, por sua vez, proporcionaram a reestruturação da produção e a Terceira Revolução Industrial, retirou do trabalho seu valor, transformando o empregado em simples mercadoria inserta no processo de produção. Questão incorreta.

37. (CEBRASPE / PGE-PE / CONHECIMENTOS BÁSICOS 1, 2, 3 e 4 / 2019)

O desejo por igualdade em nossos dias, ensejado pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, marco da modernidade, segundo Axel Honneth, advém de uma busca por autorrespeito. Para Honneth, houve uma conversão de demandas por distribuição igualitária em demandas por mais dignidade e respeito. O autor descreve o campo de ação social como o locus marcado pela permanente luta entre os sujeitos por conservação e reconhecimento. O conflito, diz ele, força os sujeitos a se reconhecerem mutuamente e impulsiona a criação de uma rede normativa. Quer dizer, o estabelecimento da figura do sujeito de direitos constitui um mínimo necessário para a perpetuação da sociedade, porque é pelo respeito mútuo de suas pretensões legítimas que as pessoas conseguem se relacionar socialmente.

Nesse contexto, a Lei Maria da Penha teria o papel de assegurar o reconhecimento das mulheres em situação de violências (incluída a psicológica) pelo direito; afinal, é constatando as obrigações que temos diante do direito alheio que chegamos a uma compreensão de cada um(a) de nós como sujeitos de direitos. De acordo com Honneth, as demandas por direitos — como aqueles que se referem à igualdade de gênero ou relacionados à orientação sexual —, advindas de um reconhecimento anteriormente denegado, criam conflitos práticos indispensáveis para a mobilidade social.

Isadora Vier Machado. Da dor no corpo à dor na alma: uma leitura do conceito de violência psicológica da Lei Maria da Penha. Internet: <<http://pct.capes.gov.br>> (com adaptações).

O desejo de igualdade entre os indivíduos, manifesto a partir da criação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, impulsionou a busca por autorrespeito.

Comentários:

Houve uma inversão:

O desejo por igualdade em nossos dias, ensejado pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, marco da modernidade, segundo Axel Honneth, **advém (é consequência) de uma busca por autorrespeito.**

Então, a busca por autorrespeito é que impulsiona o desejo de igualdade, não o contrário.

Questão incorreta.

38. (CEBRASPE / PGE-PE / CONHECIMENTOS BÁSICOS 1, 2, 3 e 4 / 2019) Utilizar texto da questão anterior.



O texto indica que, de acordo com Axel Honneth, o conflito motiva o reconhecimento dos sujeitos de direito, o que é condição básica para a preservação da sociedade.

Comentários:

Sim. Literal:

O conflito, diz ele, força os sujeitos a se reconhecerem mutuamente e impulsiona a criação de uma rede normativa. Quer dizer, o estabelecimento da figura do sujeito de direitos constitui um mínimo necessário para a perpetuação da sociedade, porque é pelo respeito mútuo de suas pretensões legítimas que as pessoas conseguem se relacionar socialmente (é requisito, é condição). Questão correta.

39. (CEBRASPE / PRF / POLICIAL / 2019)

As atividades pertinentes ao trabalho relacionam-se intrinsecamente com a satisfação das necessidades dos seres humanos — alimentar-se, proteger-se do frio e do calor, ter o que calçar etc. Estas colocam os homens em uma relação de dependência com a natureza, pois no mundo natural estão os elementos que serão utilizados para atendê-los.

Se prestarmos atenção à nossa volta, perceberemos que quase tudo que vemos existe em razão de atividades do trabalho humano. Os processos de produção dos objetos que nos cercam movimentam relações diversas entre os indivíduos, assim como a organização do trabalho alterou-se bastante entre diferentes sociedades e momentos da história.

De acordo com o cientista social norte-americano Marshall Sahlins, nas sociedades tribais, o trabalho geralmente não tem a mesma concepção que vigora nas sociedades industrializadas. Naquelas, o trabalho está integrado a outras dimensões da sociabilidade — festas, ritos, artes, mitos etc. —, não representando, assim, um mundo à parte.

Nas sociedades tribais, o trabalho está em tudo, e praticamente todos trabalham. Sahlins propôs que tais sociedades fossem conhecidas como “sociedades de abundância” ou “sociedades do lazer”, pelo fato de que nelas a satisfação das necessidades básicas sociais e materiais se dá plenamente.

Thiago de Mello. Trabalho. Internet: <educacao.globo.com> (com adaptações).

Conclui-se do texto que, devido à abundância de recursos, nas sociedades tribais os indivíduos não têm necessidade de separar as práticas laborais das outras atividades sociais.

Comentários:

Não é “devido à abundância”, o motivo é a satisfação plena das necessidades. Isso está expresso no texto:

Sahlins propôs que tais sociedades fossem conhecidas como “sociedades de abundância” ou “sociedades do lazer”, pelo fato de que nelas a satisfação das necessidades básicas sociais e materiais se dá plenamente. Questão incorreta.

40. (CEBRASPE / PRF / POLICIAL / 2019)

O nome é o nosso rosto na multidão de palavras. Delineia os traços da imagem que fazem de nós, embora não do que somos (no íntimo). Alguns escondem seus donos, outros lhes põem nos olhos um azul que não possuem. Raramente coincidem, nome e pessoa. Também há



rostos quase idênticos, e os nomes de quem os leva (pela vida afora) são completamente díspares, nenhuma letra se igualando a outra.

O do autor deste texto é um nome simples, apostólico, advindo do avô. No entanto, o sobrenome, pelo qual passou a ser reconhecido, é incomum. Sonoro, hispânico. Com uma combinação incomum de nome e sobrenome, difícil seria encontrar um homônimo. Mas eis que um surgiu, quando ele andava pelos vinte anos. E continua, ao seu lado, até agora — sombra amiga.

Impossível não existir aqui ou ali alguma confusão entre eles, um episódio obscuro que, logo, viria às claras com a real justificativa: esse não sou eu. Houve o caso da mulher que telefonou para ele, esmagando-o com impropérios por uma crítica feita no jornal pelo outro, sobre um célebre arquiteto, de quem ela era secretária.

João Anzanello Carrascoza. *Homônimo*. In: *Diário das Coincidências*. Ed. digital. São Paulo: Objetiva, p. 52 (com adaptações).

A afirmação de que alguns nomes põem nos olhos de seus donos “um azul que não possuem” (l.3) contradiz a ideia de que os nomes definem não as qualidades reais de cada um, mas o modo como os outros o veem.

Comentários:

Contradiz não, na verdade “confirma”. O comentário é a explicação da metáfora. Questão incorreta.

41. (CEBRASPE / PRF / POLICIAL / 2019) Utilizar texto da questão anterior.

Infere-se que o autor do texto é espanhol.

Comentários:

Não se pode afirmar isso. Apenas foi dito que o nome é hispânico. Garcia é um nome hispânico e nem todo Garcia é espanhol. Questão incorreta.

42. (CEBRASPE / SEFAZ-RS / AUDITOR FISCAL / 2019)

Texto 1A11-I

Pixis foi um músico medíocre, mas teve o seu dia de glória no distante ano de 1837.

Em um concerto em Paris, Franz Liszt tocou uma peça do (hoje) desconhecido compositor, junto com outra, do admirável, maravilhoso e extraordinário Beethoven (os adjetivos aqui podem ser verdadeiros, mas — como se verá — relativos). A plateia, formada por um público refinado, culto e um pouco bovino, como são, sempre, os homens em ajuntamentos, esperava com impaciência.

Liszt tocou Beethoven e foi calorosamente aplaudido. Depois, quando chegou a vez do obscuro e inferior Pixis, manifestou-se o desprezo coletivo. Alguns, com ouvidos mais sensíveis, depois de lerem o programa que anunciava as peças do músico menor, retiraram-se do teatro, incapazes de suportar música de má qualidade.

Como sabemos, os melômanos são impacientes com as obras de epígonos, tão céleres em reproduzir, em clave rebaixada, as novas técnicas inventadas pelos grandes artistas.



Liszt, no entanto, registraria que um erro tipográfico invertera, no programa do concerto, os nomes de Pixis e Beethoven...

A música de Pixis, ouvida como sendo de Beethoven, foi recebida com entusiasmo e paixão, e a de Beethoven, ouvida como sendo de Pixis, foi enxovalhada.

Esse episódio, cômico se não fosse doloroso, deveria nos tornar mais atentos e menos arrogantes a respeito do que julgamos ser arte.

Desconsiderar, no fenômeno estético, os mecanismos de recepção é correr o risco de aplaudir Pixis como se fosse Beethoven.

Charles Kiefer. O paradoxo de Pixis. In: Para ser escritor. São Paulo: Leya, 2010 (com adaptações).

Infere-se do texto 1A11-I que, na ocasião do concerto em Paris, em 1837,

- A) Pixis tocou uma composição de Beethoven como se fosse de sua autoria.
- B) Liszt equivocou-se na leitura do roteiro de composições que deveria executar.
- C) a plateia revoltou-se contra Liszt, por ele ter confundido uma composição de Pixis com uma de Beethoven.
- D) o público julgou as composições apenas com base nas designações equivocadas no programa do concerto.
- E) as peças de Pixis e Beethoven foram executadas de modo tão semelhante que o público não foi capaz de distingui-las.

Comentários:

A questão é de “inferência”, mas está bem evidente na literalidade do texto:

Liszt, no entanto, registraria que um erro tipográfico invertera, no programa do concerto, os nomes de Pixis e Beethoven...

Vejamos o problema das demais:

- A) Incorreto. Quem tocou foi Liszt.
- B) Incorreto. Houve um erro tipográfico de quem elaborou o programa, não houve erro do músico.
- C) Incorreto. A plateia não sabia do equívoco; revoltou-se porque se pautava pela “grife” do autor, não pela qualidade em si.
- E) Incorreto. Olha o devaneio! Houve apenas troca do nome na sequência do programa. Gabarito letra D.

43. (CEBRASPE / SEFAZ-RS / AUDITOR FISCAL / 2019) Utilizar texto da questão anterior.

No texto 1A11-I, com o emprego da expressão “(hoje)” (L.2) entre parênteses, o autor

- A) destaca que Pixis é desconhecido na atualidade, mas que não o era em 1837.
- B) indica que, a partir da data do concerto, Pixis deixou de ser desconhecido.
- C) enfatiza o “dia de glória” (L.1) de Pixis.
- D) ressalta que se trata do dia do concerto de Franz Liszt.



E) revela desprezo pela popularidade de Pixis em 1837.

Comentários:

Questão direta. O “Hoje”, visualmente destacado por vir entre parênteses, indica que Pixis é desconhecido hoje (atualmente), o que nos permite inferir um contraste: ele é desconhecido atualmente, mas não era na época. A prova disso é que a plateia o conhecia e tinha visão negativa dele, tanto que desprezou a música que pensaram ser dele. Gabarito letra A.

44. (CEBRASPE / SEFAZ-RS / AUDITOR FISCAL / 2019)

Texto 1A3-I

A política tributária não se restringe ao objetivo de abastecer os cofres públicos, mas tem também objetivos econômicos e sociais. Se fosse aumentada a tributação sobre um produto considerado nocivo para o consumidor ou para a sociedade, o seu consumo poderia ser desestimulado. Caso a intenção fosse promover uma melhor distribuição de renda, o Estado poderia reduzir tributos incidentes sobre os produtos mais consumidos pela população de renda mais baixa e elevar os tributos sobre a renda da classe mais alta.

Por outro lado, se o Estado reduzisse a tributação de determinado setor da economia, os custos desse setor diminuiriam, o que possibilitaria a queda dos preços de seus produtos e poderia gerar um crescimento das vendas. Outro efeito viável dessa política seria o aumento do lucro das empresas, favorecendo-se, assim, a elevação dos seus investimentos — e, conseqüentemente, da produção — e o surgimento de novas empresas, o que provavelmente resultaria no crescimento da produção, bem como no acirramento da concorrência, com possíveis reflexos sobre os preços. Em qualquer um desses cenários, o setor seria estimulado.

Internet: <<https://politicaspUBLICAS.almg.gov.br>> (com adaptações).

Infere-se do texto 1A3-I que a ação do Estado, com relação à política tributária, visa

- A) ao provimento de receitas e também a finalidades econômicas e sociais.
- B) à redução de tributos sobre empresas comprometidas com o desenvolvimento social.
- C) ao aumento do lucro de empresas, com impacto sobre o crescimento do país.
- D) ao estímulo do setor empresarial pela concessão de isenção do pagamento de impostos.
- E) ao crescimento da livre concorrência, com aumento dos impostos aplicados a empresas.

Comentários:

Questão direta:

A política tributária não se restringe ao objetivo de abastecer os cofres públicos (não é só isso, não quer só arrecadar), mas tem também objetivos econômicos e sociais (também considera elementos sociais— distribuição de renda, consumo nocivo— e econômicos— investimento, aumento concorrência).

O texto se estrutura nessa divisão: finalidade fiscal x finalidades sociais e econômicas. Todas as demais alternativas vão focar em apenas um dos aspectos. Gabarito letra A.

45. (CEBRASPE / SEFAZ-RS / AUDITOR FISCAL / 2019)

Texto 1A3-II



Entre os maiores poderes concedidos pela sociedade ao Estado, está o poder de tributar. A tributação está inserida no núcleo do contrato social estabelecido pelos cidadãos entre si para que se alcance o bem comum. Desse modo, o poder de tributar está na origem do Estado ou do ente político, a partir da qual foi possível que as pessoas deixassem de viver no que Hobbes definiu como o estado natural (ou a vida pré-política da humanidade) e passassem a constituir uma sociedade de fato, a geri-la mediante um governo, e a financiá-la, estabelecendo, assim, uma relação clara entre governante e governados.

A tributação, portanto, somente pode ser compreendida a partir da necessidade dos indivíduos de estabelecer convívio social organizado e de gerir a coisa pública mediante a concessão de poder a um soberano. Em decorrência disso, a condição necessária (mas não suficiente) para que o poder de tributar seja legítimo é que ele emane do Estado, pois qualquer imposição tributária privada seria comparável a usurpação ou roubo.

Internet: <www.receita.fazenda.gov.br> (com adaptações).

De acordo com o texto 1A3-II, o poder de tributar é uma

- A) competência conferida pelos cidadãos ao Estado, com vistas ao bem comum da sociedade.
- B) condição para a construção de uma relação hierárquica entre governantes e governados.
- C) obrigação criada pelo Estado para a sua manutenção, mas que, gradativamente, passou a gerar benefícios à sociedade.
- D) forma de submissão dos cidadãos ao Estado assemelhada a usurpação ou roubo.
- E) relação anterior à constituição do Estado e da própria sociedade.

Comentários:

Pelas relações do texto, os homens saem de um estado natural (cada um por si) e se organizam em uma sociedade de fato; então transferem para um soberano a tarefa de tomar decisões públicas, pelo bem comum.

A tributação está inserida no núcleo do *contrato social estabelecido pelos cidadãos entre si para que se alcance o bem comum*.

B) Incorreto. Não há relação hierárquica, há uma delegação de poder.

C) Incorreto. O poder de tributar não é uma obrigação, é um poder de administração concedido pelo povo e voltado para o bem comum.

D) Incorreto. Se o poder de tributar emana do Estado, não há roubo. Segundo o texto, é o tributo privado que constitui usurpação ou roubo.

E) Incorreto. O poder de tributar é posterior à organização das pessoas em uma sociedade de fato.

Gabarito letra A.

46. (CEBRASPE / CGE-CE / CONHEC. BÁSICOS / 2019)

Texto CB1A1-I

Candeia era quase nada. Não tinha mais que vinte casas mortas, uma igrejinha velha, um resto de praça. Algumas construções nem sequer tinham telhado; outras, invadidas pelo mato,



incompletas, sem paredes. Nem o ar tinha esperança de ser vento. Era custoso acreditar que morasse alguém naquele cemitério de gigantes.

O único sinal de vida vinha de um bar aberto. Duas mesas de madeira na frente, um caminhão, um homem e uma mulher na boleia ouvindo música, entre abraços, beijos e carícias ousadas. Mais desolado e triste que Juazeiro do Norte aquele povoado, muito mais. Em Juazeiro tinha gente, a cidade era viva. E no meio daquele povo todo sempre se encontrava uma alma boa como a de sua mãe, uma moça bonita, um amigo animado. Candeia era morta.

Samuel ao menos ficou um pouco feliz por ouvir a música do caminhoneiro. Quase sorriu. O esboço de alegria durou até aparecer pela porta mal pintada de azul uma mulher assombrosa, praguejando com uma vassoura na mão e mandando desligar aquela música maldita. O caminhoneiro a chamou pelo nome:

— Cadê o café, Helenice? Deixa de praguejar, coisa-ruim!

Pela mesma porta saiu uma moça, bem jovem, com uma garrafa térmica vermelha e duas canecas. Foi e voltou com rapidez, agora trazendo dois pratos, quatro pães pequenos, duas bananas cozidas e um pote de margarina.

— Cinco reais — ordenou Helenice, com a mão na garrafa térmica. — Só come se pagar.

O homem pagou, sempre rindo da cara de Helenice, visivelmente bêbado.

Samuel invej ou o caminhoneiro. Não tinha tanto dinheiro para comer naquele fim de tarde, fim de vida.

*Socorro Acioli. A cabeça do santo. São Paulo:
Companhia das Letras, 2014, p. 17-8 (com adaptações).*

Infere-se do texto CB1A1-I que o narrador caracteriza Candeia como “quase nada” (L.1) e “morta” (L.9) devido à

- A) desesperança reinante no povoado.
- B) impressão de abandono exibida pelo povoado.
- C) inexistência de espaços de diversão no povoado.
- D) desigualdade explícita em todos os cantos do povoado.
- E) presença de pessoas mesquinhas e desgraçadas pelo povoado.

Comentários:

A cidade era morta porque tinha poucas casas, construções incompletas, pouca gente, apenas uma igreja, pouco registro de vida. A cidade tinha aspecto de abandono.

Candeia era quase nada. Não tinha mais que vinte casas mortas, uma igreja velha, um resto de praça. Algumas construções nem sequer tinham telhado; outras, invadidas pelo mato, incompletas, sem paredes. Nem o ar tinha esperança de ser vento. Era custoso acreditar que morasse alguém naquele cemitério de gigantes.

O único sinal de vida vinha de um bar aberto. [...] Candeia era morta. Gabarito letra B.

47. (CEBRASPE / CGE-CE / CONHEC. BÁSICOS / 2019)

Texto CB1A1-II



Ainda hoje, em muitos rincões do nosso país, são encontrados administradores públicos cujas ações em muito se assemelham às de Nabucodonosor, rei do império babilônico, que, buscando satisfazer sua rainha Meda, saudosa das colinas e florestas de sua pátria, providenciou a construção de estupendos jardins suspensos. Essa excentricidade, que consumiu anos de labor e gastos incalculáveis, culminou em uma das sete maravilhas do mundo antigo.

Tal “maravilha”, que originou mais ônus do que propriamente benefícios, apresenta grande similitude com devaneios atuais em que se constata o gasto de dinheiro público com atos de motivação fútil e imoral, finalidade dissociada do interesse público e em total afronta à razoabilidade administrativa, com flagrante desproporção entre o numerário despendido e o benefício auferido pela coletividade.

Além da insensatez detectada em alguns atos de administração, constata-se a existência de situação mais grave e preocupante, a degeneração de caráter em muitos entre os que ascendem à gestão do interesse público. Essa degeneração, em alguns casos, precede a investidura; em outros, tem causas endêmicas, sendo o resultado inevitável da interação com um meio viciado.

Emerson Garcia e Rogério Pacheco Alves. *Improbidade administrativa*. 8.ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 47 (com adaptações)

O texto CB1A1-II afirma que

- A) a integridade e a sensatez são características encontradas nos atos dos gestores públicos.
- B) a razoabilidade administrativa exige dos gestores públicos equilíbrio entre o gasto de dinheiro público e os benefícios desse gasto para a população.
- C) o desvio de dinheiro público por gestores públicos geralmente se deve a questões pessoais ou familiares.
- D) a degeneração de caráter atinge alguns gestores públicos antes mesmo de sua posse, ou quando da sua inserção em um ambiente corrupto.
- E) o mau trabalho dos gestores públicos tem gerado, além de desperdício de dinheiro público, sobrecarga tributária e poucas perspectivas de vantagem para o povo.

Comentários:

A degeneração pode ocorrer antes ou depois.

Veja o trecho:

A degeneração de caráter em muitos entre os que ascendem à gestão do interesse público. Essa degeneração, em alguns casos, precede a investidura (vem antes); em outros, tem causas endêmicas (internas), sendo o resultado inevitável da interação com um meio viciado. (depois, já dentro do poder público)

Gabarito letra D.

Vejamos as demais:

- a) O texto afirma o contrário, fala da degeneração de caráter e da futilidade dos gastos.
- b) Isso pode até ser verdade, se você pensar em direito administrativo, caso tenha estudado. Mas isso não está expresso no texto, que não conceitua em momento algum “razoabilidade” dessa forma. Cuidado com o que parece verdadeiro, mas não consta no texto.
- c) Isso não foi dito no texto, o jardim ser em benefício da esposa é apenas um exemplo, que não permite extrapolação para uma regra geral.



e) Não se falou em sobrecarga tributária em momento algum, além disso a alternativa é muito generalizante ao dizer que todos os gestores fazem um mau trabalho.

48. (CEBRASPE / CGE-CE / CONHEC. BÁSICOS / 2019) Utilizar texto da questão anterior.

Depreende-se do texto CB1A1-II que os jardins suspensos construídos no império do rei Nabucodonosor representavam

- A) as sete maravilhas do mundo antigo.
- B) a riqueza do império babilônico.
- C) a degeneração de caráter de Nabucodonosor.
- D) a fertilidade do bioma local.
- E) a paisagem da pátria da rainha Meda.

Comentários:

O Imperador Nabucodonosor construiu os jardins para matar a saudade que sua esposa tinha da paisagem da pátria dela, veja:

...buscando satisfazer sua rainha Meda, saudosa das colinas e florestas de sua pátria, providenciou a construção de estupendos jardins suspensos.

Como os jardins eram lembretes visuais da terra de Meda, entendemos que os jardins representam a paisagem da pátria da rainha Meda. Gabarito letra E.

49. (CEBRASPE / PGE-PE–Assistente de Procuradoria – 2019)

A modernidade é um contrato. Todos nós aderimos a ele no dia em que nascemos, e ele regula nossa vida até o dia em que morremos. Pouquíssimos entre nós são capazes de rescindi-lo ou transcendê-lo. Esse contrato configura nossa comida, nossos empregos e nossos sonhos; ele decide onde moramos, quem amamos e como morremos.

À primeira vista, a modernidade parece ser um contrato extremamente complicado, por isso poucos tentam compreender no que exatamente se inscreveram. É como se você tivesse baixado algum software e ele te solicitasse assinar um contrato com dezenas de páginas em "juridiquês"; você dá uma olhada nele, passa imediatamente para a última página, tica em "concordo" e esquece o assunto. Mas a modernidade, de fato, é um contrato surpreendentemente simples. O contrato interno pode ser resumido em uma única frase: humanos concordam em abrir mão de significado em troca de poder.

Yuval Noah Harari. Homo Deus: uma breve história do amanhã. São Paulo: Companhia das Letras, 2016 (com adaptações).

Infere-se do texto que a modernidade impele o ser humano a tomar decisões com as quais ele não concorda.

Comentários:

Segundo o texto, a modernidade é um contrato e todos aderimos a ele. Então, em tese, concordamos, mesmo sem saber exatamente os detalhes do contrato. Questão incorreta.



50. (CEBRASPE / TCE-PB–Auditor de Contas Públicas – 2018)

A história é uma disciplina definida por sua capacidade de lembrar. Poucos se lembram, porém, de como ela é capaz de esquecer. Há também quem caracterize a história como uma ciência da mudança no tempo, e quase ninguém aponta sua genuína capacidade de reiteração.

A história brasileira não escapa dessas ambiguidades fundamentais: ela é feita do encadeamento de eventos que se acumulam e evocam alterações substanciais, mas também anda repleta de lacunas, invisibilidades e esquecimentos. Além disso, se ao longo do tempo se destacam as alterações cumulativas de fatos e ocorrências, não é difícil notar, também, a presença de problemas estruturais que permanecem como que inalterados e assim se repetem, vergonhosamente, na nossa história nacional.

Nessa lista seria possível mencionar os racismos, o feminicídio, a corrupção, a homofobia e o patrimonialismo.

Mas destaco aqui um tema que, de alguma maneira, dá conta de todos os demais: a nossa tremenda e contínua desigualdade social.

Desigualdade não é uma contingência nem um acidente qualquer, tampouco uma decorrência natural e mutável de um processo que não nos diz respeito. Ela é consequência de nossas escolhas — sociais, educacionais, políticas, culturais e institucionais —, que têm resultado em uma clara e crescente concentração dos benefícios públicos nas mãos de poucos. (...) Quando se trata de enfrentar a desigualdade, não há saída fácil ou receita de bolo. Prefiro apostar nos alertas que nós mesmos somos capazes de identificar.

Lília Moritz Schwarcz. Desigualdade é teimosia. Internet: <www.nexojornal.com.br> (com adaptações).

No último parágrafo do texto 1A1BBB, a autora sugere que a responsabilidade pela existência da desigualdade social é de todos os indivíduos, entre eles incluído o leitor, o que é denotado pela

- A) alusão à “concentração dos benefícios públicos” (ℓ.16).
- B) escolha do termo “apostar” (ℓ.17) para definir sua posição quanto ao tema.
- C) utilização dos pronomes “nos” (ℓ.14) e “nossas” (ℓ.14).
- D) recusa a definir a desigualdade como “natural” (ℓ.13).
- E) referência a escolhas “institucionais” (ℓ.15).

Comentários:

A autora, ao usar o pronome ‘nós’, sugere que a responsabilidade pela desigualdade social é “nossa”, isto é, “de todos” e se inclui nesse grupo. Veja:

Desigualdade não é uma contingência nem um acidente qualquer, tampouco uma decorrência natural e mutável de um processo que não nos (a todos nós) diz respeito. Ela (a desigualdade) é consequência de nossas escolhas (nossa escolha é a causa, logo somos causadores, responsáveis)

O “nós” tem sentido inclusivo e generalizante, indica que aquelas afirmações valem para o autor e também para o leitor e as pessoas em geral. Gabarito letra C.

51. (CEBRASPE / MPU / ANALISTA / 2018)

Texto CB1A1-II



Falar em desigualdade é falar também em pobreza. A reprodução social das desigualdades contribui para o aprofundamento das situações de pobreza, por isso uma estratégia de enfrentamento deve considerar a conexão entre as duas pautas.

É necessário compreender que a desigualdade se expressa em diferentes dimensões na vida das pessoas e que apenas uma minoria se beneficia com a acumulação de riqueza e de poder. No caso do Brasil, há especificidades que devem ser observadas. A história de colonização e de escravidão deixou heranças ainda presentes, que resguardam a condição desigual no acesso a bens, serviços e equipamentos públicos.

A desigualdade não é natural; ela é uma construção social. Quando a desigualdade é naturalizada, ela passa a instituir o poder da opressão social. Os mecanismos que reproduzem as desigualdades devem ser revelados de forma que se possibilite seu enfrentamento pela sociedade civil por meio da cidadania ativa, buscando-se o aprofundamento da democracia e a garantia da justiça de gênero, da igualdade racial e dos direitos humanos.

Kátia Maia. Vamos falar sobre desigualdade? Internet: <www.oxfam.org.br> (com adaptações).

No texto, a palavra *minoria* (l.5) refere-se aos grupos sociais marginalizados, em situação de maior vulnerabilidade social, tal qual a população das periferias, por exemplo.

Comentários:

A minoria em tela é a minoria que se beneficia da riqueza, isto é, a minoria rica da população. Por isso o texto fala em “desigualdade”, no sentido de que “a minoria é rica” e a maioria é pobre. Questão incorreta.

52. (CEBRASPE / MPU / ANALISTA / 2018) Utilizar texto da questão anterior.

A história do Brasil é marcada por fatos cujos efeitos na sociedade até hoje contribuem para a manutenção de desigualdades.

Comentários:

Esse entendimento consta em:

No caso do Brasil, há especificidades que devem ser observadas. A história de colonização e de escravidão deixou heranças ainda presentes, que resguardam a condição desigual no acesso a bens, serviços e equipamentos públicos. Questão correta.

Em suma, esses fatores históricos contribuem para a manutenção das desigualdades atuais.

53. (CEBRASPE / MPU / TÉCNICO / 2018)

Texto CB2A1-I

Se a cultura, no que tange a valores e visões de mundo, é fundamental para nossa constituição enquanto indivíduos (servindo-nos como parâmetro para nosso comportamento moral, por exemplo), limitarmos-nos a ela, desconhecendo ou depreciando as demais culturas de povos ou grupos dos quais não fazemos parte, pode nos levar a uma visão estreita das dimensões da vida humana. O etnocentrismo, dessa forma, representa uma visão de mundo que toma a cultura do outro (alheia ao observador) como algo menor, sem valor, errado, primitivo. Ou seja, a visão etnocêntrica desconsidera a lógica de funcionamento de outra cultura, o que faz o indivíduo limitar-se à visão que possui como referência cultural. A herança cultural que recebemos



de nossos pais e antepassados contribui para isso, pois nos condiciona ao mesmo tempo em que nos educa.

Tomar conhecimento do outro sem aceitar sua lógica de pensamento e seus hábitos acaba por gerar uma visão etnocêntrica e preconceituosa, o que pode até mesmo se desdobrar em conflitos diretos. O etnocentrismo está, certamente, entre as principais causas da intolerância internacional e da xenofobia. Basta pensarmos nas relações entre norte-americanos e latinos imigrantes, entre franceses e os povos vindos do norte do continente africano que buscam residência em países estrangeiros, apenas como exemplos. A visão etnocêntrica caminha na contramão do processo de integração global decorrente da modernização dos meios de comunicação como a Internet, pois é sinônimo de estranheza e de falta de tolerância.

Internet: <<https://brasilecola.uol.com.br>> (com adaptações).

De acordo com o texto, a herança cultural repassada pelos pais contribui para que seus filhos desenvolvam uma visão etnocêntrica.

Comentários:

Literal das linhas 7-9.

A herança cultural que recebemos de nossos pais e antepassados contribui para isso, pois nos condiciona ao mesmo tempo em que nos educa. Questão correta.

54. (CEBRASPE / MPU / TÉCNICO / 2018) Utilizar texto da questão anterior.

Um dos principais desencadeadores do etnocentrismo é a xenofobia.

Comentários:

Houve inversão, é o etnocentrismo que causa xenofobia. Veja:

O etnocentrismo, dessa forma, representa uma visão de mundo que toma a cultura do outro (alheia ao observador) como algo menor, sem valor, errado, primitivo. Ou seja, a visão etnocêntrica desconsidera a lógica de funcionamento de outra cultura, o que faz o indivíduo limitar-se à visão que possui como referência cultural. Questão incorreta.

55. (CEBRASPE / MPU / TÉCNICO / 2018) Utilizar texto da questão 50.

A cultura é um fator que limita a concepção de mundo dos diferentes povos, levando-os a uma visão estreita das dimensões da vida humana.

Comentários:

Não é a cultura em si, é "limitarmo-nos a ela", isto é, "limitarmo-nos à nossa própria cultura" e depreciar as demais. Questão incorreta.

56. (CEBRASPE / MPU / TÉCNICO / 2018)

Texto CB2A1-II



Em 1979, foi aprovada pela Assembleia Geral da ONU a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. O tratado internacional entrou em vigor internamente no Brasil apenas em 2002.

A Convenção prevê que os Estados signatários adotem política destinada a eliminar a discriminação contra a mulher, entendida como "toda distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo".

As medidas previstas visam garantir o gozo dos direitos humanos e das liberdades fundamentais das mulheres, em igualdade de condições com os homens, além de buscar alterar os padrões socioculturais de conduta e suprimir todas as formas de tráfico de mulheres e exploração da prostituição feminina.

A Convenção prevê, ainda, a adoção de ações afirmativas, a exemplo do que ocorreu no Brasil com a cota eleitoral de sexo, prevista na Lei n.º 9.504/1997 (Lei das Eleições). O dispositivo exige que as candidaturas dos partidos obedeçam, nas eleições proporcionais, ao parâmetro mínimo de 30% e máximo de 70% para cada sexo.

Internet: <<http://justificando.cartacapital.com.br>> (com adaptações).

O texto informa que, em 2002, entrou em vigor no Brasil o primeiro dispositivo legal para eliminação da discriminação contra a mulher.

Comentários:

O texto não informa isso, não é possível saber qual foi o primeiro. Aliás, o próprio texto traz menção a uma lei de 1997, anterior à vigência da Convenção. Questão incorreta.



LISTA DE QUESTÕES - COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO - CEBRASPE

GABARITO

- | | |
|---------------|---------------|
| 1. LETRA D | 33. CORRETA |
| 2. LETRA C | 34. CORRETA |
| 3. CORRETA | 35. INCORRETA |
| 4. CORRETA | 36. INCORRETA |
| 5. INCORRETA | 37. INCORRETA |
| 6. CORRETA | 38. CORRETA |
| 7. INCORRETA | 39. INCORRETA |
| 8. CORRETA | 40. INCORRETA |
| 9. CORRETA | 41. INCORRETA |
| 10. INCORRETA | 42. LETRA D |
| 11. CORRETA | 43. LETRA A |
| 12. CORRETA | 44. LETRA A |
| 13. CORRETA | 45. LETRA A |
| 14. INCORRETA | 46. LETRA B |
| 15. CORRETA | 47. LETRA D |
| 16. CORRETA | 48. LETRA E |
| 17. CORRETA | 49. INCORRETA |
| 18. CORRETA | 50. LETRA C |
| 19. CORRETA | 51. INCORRETA |
| 20. INCORRETA | 52. CORRETA |
| 21. INCORRETA | 53. CORRETA |
| 22. LETRA C | 54. INCORRETA |
| 23. CORRETA | 55. INCORRETA |
| 24. LETRA E | 56. INCORRETA |
| 25. LETRA D | |
| 26. CORRETA | |
| 27. INCORRETA | |
| 28. INCORRETA | |
| 29. CORRETA | |
| 30. INCORRETA | |
| 31. CORRETA | |
| 32. INCORRETA | |



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.